Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Stélia Braga Castro

Casa de Chico Mendes e o entorno:
Formas de consagração e preservação do patrimônio cultural

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Stélia Braga Castro

Casa de Chico Mendes e o entorno:
Formas de consagração e preservação do patrimônio cultural

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Carmen Amorim Jara Casco
Supervisor: Marcio Rodrigo Coelho de Carvalho

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa Dissertação foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Acre.

C355c Castro, Stélia Braga.
Casa de Chico Mendes e o entorno: formas de consagração e preservação do patrimônio cultural / Stélia Braga Castro – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

192 f.; il.

Orientadora: Ana Carmen Amorim Jara Casco

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio material. 3. Preservação. 4. Entorno. 5. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. I. Casco, Ana Carmen Amorim Jara. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Stélia Braga Castro

Casa de Chico Mendes e o entorno:
formas de consagração e preservação do patrimônio cultural

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2014.

Banca examinadora

_____

Professora Dra. Ana Carmen Amorim Jara Casco (orientadora) – PEP/MP/IPHAN

_____

Professora MsC. Lia Motta – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dr. Marcelo Antonio Sotratti – Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ

DEDICATÓRIA

À estrela Maria Flor, pelo tempo de minha ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que acreditaram em mim. Especialmente minha mãe Aparecida Braga, meu pai Antonio Stélio, minha avó Rosair Castro, meu avô Claudio Castro e à minha querida Neide Damasceno. E ainda na família, agradeço minha pequena flor, Maria Flor, uma criança doce, inteligente, meiga e muito criativa e que sempre me inspira muito, obrigada pela paciência com toda "distância" minha filha!

Agradeço aos meus irmãos, Apoé Sol, Lua Ísis e Raoni, ainda que distantes sempre me apoiaram.

Agradeço, especialmente, meu companheiro, Leandro do Amaral que com suas críticas, sugestões, companheirismo e amor me ajudou no amadurecimento desta pesquisa e ao meu amadurecimento, como pessoa. Quero ressaltar a importância que ele tem pra mim, pois, em um mundo carregado de efemeridades e superficialidades é difícil encontrar um amor espirituoso, cúmplice e honesto, nesse sentido estou privilegiada, grata meu amor.

Agradeço ao meu professor de história da arte, Marcus Tadeu Ribeiro, por dar aulas ótimas e sempre, com muita sabedoria, dar conselhos aos alunos. Um de seus conselhos me fez acreditar que conseguiria realizar esta pesquisa, que exigiria passar por caminhos obtusos.

Agradeço o corpo técnico do Iphan-AC por tornarem alguns momentos de trabalho bastante divertidos e inesquecíveis, tenho vários roteiros de filmes à serem feitos tendo vocês (nós) como personagens e a estrada de Xapuri (rotina mensal de trabalho) como o cenário. O gênero seria comédia misturada com drama, uma mistura de *Gaiola das Loucas* com *À espera de um milagre*, porque esperançosamente vivemos esperando recursos maiores, parcerias sensíveis e mais amor ao patrimônio acriano! Por isso precisamos fazer um filme irreverente e chocante como os de Almodóvar, sem cenas "chocantes" e explícitas como é comum desse diretor, pois somos sérios gestores do patrimônio, mas também ainda não chegamos no gênero comédia cult de Wood Allen, pois isso é pra quando os patrimônios já estão consagrados. No Acre o Iphan é baby e o trabalho é muito, rs.

Agradeço aos meus queridos amigos e amigas da turma do mestrado! Cada um ao seu modo com um jeito diferente de ser me fez sentir como é bom conhecer as pessoas, viajar com elas e apreciar suas criatividades, como disse Maiakovski "gente é pra brilhar" e desejo à cada um de vocês que brilhem feito mil sóis! Vocês merecem, são pessoas inesquecíveis.

Agradeço a turma da COPEDOC sempre doce e prestativa! Muito obrigada por todo cuidado e carinho.

Agradeço as minhas orientadoras, Ana Carmem e Lia Motta, duas mulheres incríveis que, cada uma a seu modo, me fez amadurecer em questões do patrimônio, da escrita e da pesquisa, à vocês duas um sincero muito obrigada!

Também quero dizer que houve muitas dificuldades relativas à saúde e aos processos intelectuais para a realização e, principalmente, para a finalização da dissertação, sobre isso, agradeço a mim mesma pela força de vontade, pela disposição,

pelo pragmatismo e por ser a primeira a acreditar em mim mesma e não deixar ninguém me tirar isso. Isso foi importante para não perder a positividade!

RESUMO

A Casa de Chico Mendes, antes de ser Patrimônio Cultural do Brasil, já vinha sendo preservada pela própria família de Chico Mendes, na década de 2000 a Casa foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pelo órgão de preservação do patrimônio do Governo do Estado do Acre. O primeiro momento desta pesquisa ajuda-nos a compreender as formas de *consagração* - ou *valoração* - dos bens culturais pelas instituições como também pela sociedade civil de modo a proporcionar uma leitura acerca da ressonância simbólica da Casa (Capitulo II). O segundo momento da pesquisa (Capítulo III) trata-se da *gestão* deste tipo de bem cultural – Casa Histórica -, entendendo a gestão como ações que deveriam proporcionar a preservação do patrimônio, especialmente, nesse caso, no que diz respeito à proteção do entorno do bem. A metodologia de pesquisa é interdisciplinar, visto que realizamos uma ponte de diálogo de autores da antropologia, da geografia, do patrimônio cultural e da história com a narrativa museográfica que a Casa apresenta, observando a ressonância de sua fruição. Para identificar as ações de gestão, foram consultados os documentos referentes ao bem nos acervos do IPHAN-ACRE e da FEM – Fundação de Cultura do Estado do Acre. Também foram realizadas entrevistas com familiares de Chico Mendes, gestores e monitores/guias deste espaço de memória.

Palavras-Chave: Patrimônio Material, Casas Históricas, Casa de Chico Mendes, preservação, entornos.

ABSTRACT

The House of Chico Mendes before Cultural Heritage of Brazil, had already been preserved by the family of Chico Mendes, in the 2000s the house was listed by the Institute of National Historical and Artistic Heritage and the institution of preservation the heritage of the Government of Acre. The first stage of this research helps us to understand the forms of consecration, or valuation of cultural goods by institutions as well as civil society to provide a reading on the symbolic resonance of the House (Chapter II). The second phase of the study (Chapter II) deals with the management of this type of cultural property - Historic House - understood as actions that management should provide preservation of heritage, especially in this case with regard to the protection of the environment as well . The research methodology is interdisciplinary, as we do a bridge of dialogue author of anthropology, geography, cultural heritage and history with the museum- narrative that presents the House, noting the resonance of its fruition. Cultural Foundation of the State of Acre - to identify management actions, the documents in the well in the collections of IPHAN - ACRE and FEM were consulted. Interviews with relatives of Chico Mendes, managers and monitors / this memory space guides were also performed.

Keywords: Material Heritage, Historic Homes, House of Chico Mendes, preservation environments.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1. Inauguração da Usina Castanha. 48

Fotografia 2. Vista panorâmica do casario localizado na Rua do Comércio 49

Fotografia 3. Catraia 51

Fotografia 4. Casa de Chico Mendes quando museu. 59

Fotografia 5. Sala da Casa de Chico Mendes..... 61

Fotografia 6. Livros, localizados na sala 62

Fotografia 7. Quarto com cama de casal..... 63

Fotografia 8. Máquina de escrever sobre a penteadeira..... 64

Fotografia 9. Parede no canto esquerdo..... 65

Fotografia 10. Porta dos fundos – ângulo de mira do assassino 66

Fotografia 11. Placa em memória a Chico Mendes. 69

Fotografia 12. Placa – outro ângulo..... 69

Fotografia 13. Casa de Chico Mendes e vizinhança 97

Fotografia 14. Casa de Chico Mendes e seu entorno..... 98

Fotografia 15. Centro de Memória Chico Mendes 99

Fotografia 16. Casa do lado direito da Casa de Chico Mendes 107

Fotografia 17. Casa do lado esquerda da Casa de Chico Mendes..... 108

Fotografia 18. Antigo bar do entorno imediato..... 108

Fotografia 19. Casa de Chico Mendes em azul e o entorno imediato..... 109

Fotografia 20. Café Regional..... 110

Fotografia 21. Casa do Artesão..... 111

Fotografia 22. Memorial do Seringueiro..... 115

Fotografia 23. Sala de entrada do Memorial do Seringueiro 116

Fotografia 24. Porongas e lamparinas..... 116

Fotografia 25. Método de vulcanização do látex 117

Fotografia 26. Painéis 117

Fotografia 27. Balsa de pelas para transporte de borracha no rio Acre 117

Mapa 1. Localização do Município de Xapuri. 18

Figura 1. Estrada da floresta 27

Mapa 2. Resex Chico Mendes no Acre. 39

Figura 2. São Sebastião. 47

Mapa 3. Localização da Casa de Chico Mendes no perímetro urbano de Xapuri. 50

Mapa 4. Município de Xapuri 52

Mapa 5. Primeira proposta de delimitação do Entorno da Casa de Chico Mendes 101

Mapa 6. Municípios da bacia do Rio Acre 118

Mapa 7. Eixos viários de visibilidade. 1266

Mapa 8. Mapa de vegetação dos fundos da Casa de Chico Mendes.. 127

Mapa 9. Setorização proposta para a nova área de entorno da Casa de Chico Mendes.. 128

Mapa 10. Resex Chico Mendes. 143

LISTA DE SIGLAS

CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna)

DEPAM (Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan)

DPHC (Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre)

FEM (Fundação Estadual de Cultura e Comunicação Elias Mansour)

ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)

ICOMOS/FLA (Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos)

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

RESEX (Reserva Extrativista)

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

OEA (Organização dos Estados Americanos)

SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação)

Sumário

INTRODUÇÃO 15

Metodologia de pesquisa 20

CAPÍTULO I 25

PERSPECTIVA HISTÓRICA E CULTURAL VINCULADAS À CASA DE CHICO MENDES 25

1.1. Aspectos da ocupação territorial seringueira 25

1.2. Os seringueiros e sua identidade político-cultural 30

1.3. Chico Mendes: liderança sindicalista e referência de socioambientalismo 39

1.4. O assassinato de Chico Mendes 43

1.5. Um pouco sobre Xapuri 45

CAPÍTULO II 56

CASA DE CHICO MENDES: FORMAS DE CONSAGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO ..56

2.1. O patrimônio comunitário: objeto de reivindicação social 56

2.2. A consagração pelo Estado: valores atribuídos e seus contextos teóricos 73

2.2.1. O Tombamento Estadual 73

2.2.2. O Tombamento Federal 77

2.2.3 As Casas Históricas: Considerações acerca de Memória Coletiva e Memória Social 81

CAPÍTULO III 88

DOS EFEITOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO 88

3.1. Ação de proteção: o entorno de bens tombados 88

3.2. Casa de Chico Mendes: entorno e localização 97

3.2.1. Ações do DPHC/FEM no Entorno Imediato da Casa de Chico Mendes 104

3.2.2. Ações do IPHAN no Entorno da Casa de Chico Mendes 123

3.3. Os *entornos* na preservação das casas históricas e na de Chico Mendes 133

CONCLUSÃO 146

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 147

Entrevistas **165**

Entrevista1: Cleyssom Alves da Silva 165

Entrevista 3: Elenira Mendes 170

(Filha de Chico Mendes) 170

Entrevista 4: Ilzamar Mendes 175

(Viúva de Chico Mendes) 175

Entrevista 5: José Aguilera 180

Entrevista 6: Libério Souza 181

Mapas

Croqui de Localização 185

Mapas temáticos (Estudos de Entorno IPHAN/ACRE, 2013). 186

INTRODUÇÃO

Sabemos que o embate solitário do autor consigo mesmo e,
às vezes, com mais os próximos – que é a produção de ideias -,
só é plenamente frutífero se comunicado a um público mais vasto.
(...) para poder, assim, recolher comentários, observações e críticas.
Milton Santos
em *Espaço e Método* - advertências do autor. 1992

Como geógrafa na posição de bolsista do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) pude participar dos estudos técnicos de morfologia urbana, tipologia arquitetônica e usos relacionados à *Área de Entorno da Casa de Chico Mendes*.

A Casa de Chico Mendes, até o momento, é o único bem tombado em nível nacional no Estado do Acre e está inscrita no Livro do Tombo Histórico (volume III, fls. 10 a 11, número de inscrição: 596) desde 2008. Este ato institucional ressalta a notabilidade de Francisco Alves Mendes Filho (o Chico Mendes) e dos seringueiros - apresentando-os, também, como exemplos de identidade local (e nacional).

Desse modo, durante os dois anos de trabalho no Iphan-AC, participando do cotidiano operacional da Superintendência, fui conhecendo melhor a Casa de Chico Mendes e seu entorno imediato, ou seja, as casas que estão bem próximas da de Chico Mendes.

A Casa e seu entorno imediato, tornaram-se, então, meu objeto de pesquisa do mestrado. A *área de entorno* de bens tombados é prevista e orientada pelo Artigo 18 do Decreto-Lei nº 25 de 1937, legislação federal que dispõe sobre tombamento, livros de tombo e gestão de bens culturais de natureza material.

O Artigo 18, em princípio, trata da proteção do bem cultural no que diz respeito à proteção de sua "visibilidade" no âmbito da paisagem na qual se encontra. Esta proteção se dá através da criação de normas sobre os padrões de construção da área e são elaboradas a partir de estudos técnicos realizados pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural. Após a criação dessas normas e da poligonal da área, a oficialidade se dá pela publicação no Diário Oficial através de uma Portaria. A partir daí, as novas construções nesta *área* ficam sujeitas as normas e padrões estabelecidos. Dessa maneira,

o entorno estará sobre a tutela do Iphan, ou do órgão de preservação local que tenha elaborado este tipo de norma.

Apesar de trabalhar junto com a equipe que elaborou a definição do entorno da Casa de Chico Mendes se atendo à perspectiva da "visibilidade", minha conduta acadêmica sempre me levou a pensar na necessidade que o bem cultural (a Casa) ressalta ante a força da história que ele nos remete. Desse modo, as pesquisas relativas à iconografia da Casa e dos parâmetros urbanísticos de seu entorno não foram o foco dessa pesquisa, apesar do último capítulo se dedicar a pensar o entorno desse tipo de bem.

A história de Chico Mendes, do Movimento Seringueiro e da força política que outrora destacou a cidade de Xapuri ante o resto do Brasil estão ali, representadas e contidas na Casa, tão contidas que parecem reprimidas. O que ajudou a "reprimir" o entendimento da força política dessa história está, principalmente no atual entorno imediato, onde foram construídas obras para "recepcionar" turistas. Imóveis que hoje descontextualizam o espaço de memória.

De tal modo, o primeiro passo da pesquisa foi a busca de um entendimento simbólico da Casa desde os primeiros cuidados com sua preservação, informado principalmente pela família, para, em seguida, entender o processo de consagração deste patrimônio pelo Estado, tanto pelo Iphan (entidade federal) como pela Fundação Estadual de Cultura Elias Mansour do Acre (FEM). Esta talvez tenha sido a parte mais difícil da pesquisa, na qual é possível perceber as disputas pela memória de Chico Mendes. Averígua-se estes dados no Capítulo II e seus Anexos, nos quais o objetivo foi pontuar fatos que esclareçam a relação social da comunidade e, em seguida, do Estado com a Casa e sua preservação, sem fazer, contudo, um levantamento historiográfico sobre o bem.

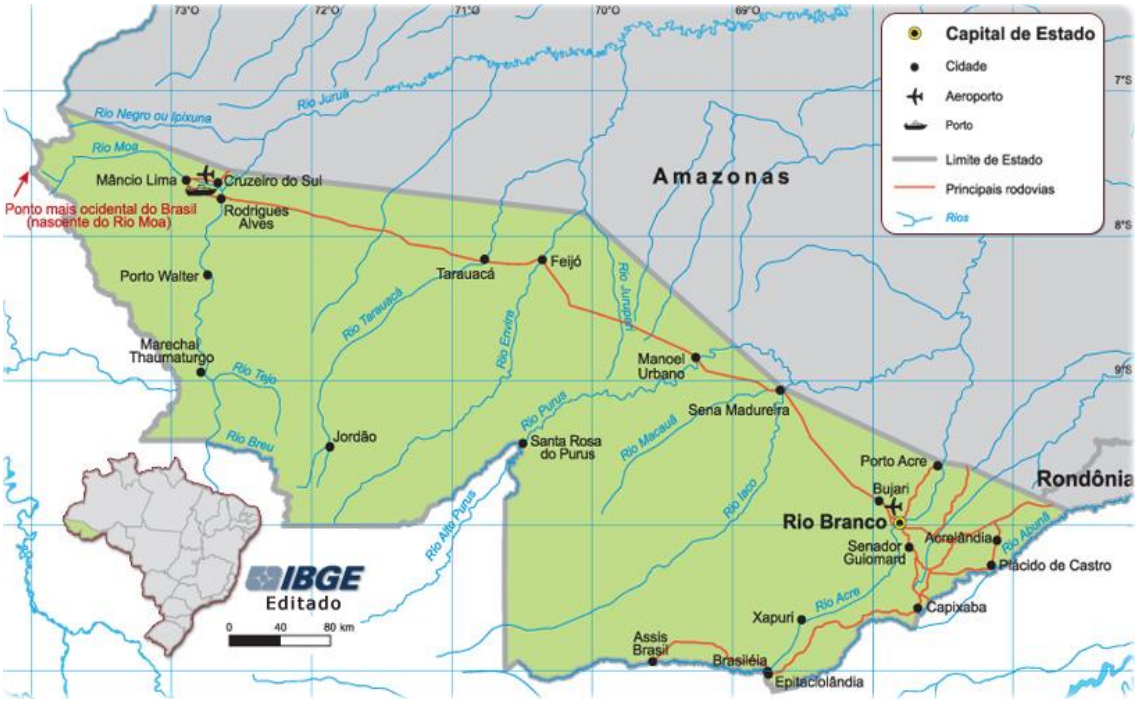
Minha aproximação com a história de Chico Mendes, com a história do Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e, consequentemente, do cotidiano xapuriense e dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada na área da zona rural/florestal de Xapuri, contribuiu significativamente para o entendimento do patrimônio a partir de seu *valor cultural*, ou seja, o histórico (reconhecido tanto pelo Iphan quanto pela FEM).

Assim, voltando à questão do entorno da Casa, e considerando que toda norma, oriunda de estudos de gabinete sobre a proteção da "visibilidade", tem sido objeto de

diferentes interpretações por parte das Cartas Patrimoniais e agentes do Iphan ao longo do tempo (Capítulo III) questionei-me: Como o tratamento do entorno imediato contribuiu para reprimir o valor histórico da Casa? Isso seria possível? Se sim, onde estaria uma possível solução para este problema?

Para tanto, busquei entender, através de diferentes olhares oferecidos pela sociologia/antropologia e geografia o "patrimônio cultural" em seus moldes modernos, dados por instituições públicas e também àquele consagrado comunitariamente, como foi o caso da Casa de Chico Mendes, em 1988. Em seguida, trabalhei os diferentes usos deste patrimônio quando submetidos à *gestão* dos órgãos de preservação no que diz respeito à proteção dos bens culturais incluindo as áreas de entorno. Dessa maneira, estas duas categorias: *consagração* e *gestão/preservação,* no âmbito do patrimônio cultural de natureza material, acompanham o caminho desta pesquisa, na busca de entender espacial e sociologicamente o valor cultural de certa forma reprimido na gestão de Casa de Chico Mendes e ainda, se possível, apontar caminhos, para que o patrimônio possa ressaltar na plenitude dos valores a ele atribuídos. (Re) Conhecer onde estão os problemas é o primeiro passo para se pensar soluções.

A Casa de Chico Mendes encontra-se no município de Xapuri, a 180 quilômetros de distância de Rio Branco, capital do Acre (região sudeste do estado), conforme mostra o mapa a seguir (Mapa 01). Xapuri é um município com população de aproximadamente 17.000 habitantes (IBGE, 2012) e um perímetro urbano diminuto em relação ao tamanho total do seu território. Para chegar na cidade, deve-se sair da BR-364 e percorrer pouco mais de 10 km de estrada (Estrada da Seringa/AC 040) com suas paisagens bovinas e seringueiras passando pela fábrica de preservativos de látex nativo.



Mapa 1. Localização do Município de Xapuri no Estado do Acre, Brasil [2014].

Fonte e elaboração: IBGE. In:web.

Aos olhos do turista ou mesmo do pesquisador cultural, visitar Xapuri é ter a possibilidade de conhecer de perto a identidade seringueira e a memória das organizações políticas que atuaram nas décadas de 1970 e 1980 na região. Vários espaços de memória expõem parte dessa história, mas a "atração" central fica concentrada nas lembranças da vida e morte de Chico Mendes materializadas na Casa e no *Centro de Memória Chico Mendes* onde está o acervo referente à roupas, troféus, manuscritos e outros objetos pessoais deste importante líder sindical.

No Estado do Acre, especialmente na década de 1970, o Movimento Seringueiro se fortalecia politicamente junto à criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Brasileia contra a chegada de agropecuaristas na região no início da década de 1960. O conflito entre seringueiros e agropecuaristas se iniciou pela disputa por terras (antigos seringais, áreas de floresta) que, por sua vez, eram tradicionalmente ocupadas pelos seringueiros que viviam lá desde o início do século XX. Chico Mendes e outros seringueiros lutaram e se organizaram politicamente para conseguirem o direito de permanecer nas terras (florestas).

Sabe-se que as lutas, lideradas outrora também por Chico Mendes, frente à expansão da fronteira agropecuária no Brasil, marcaram profundamente a população do município, no seio da qual existem ainda muitos representantes do Movimento

Seringueiro, que são os verdadeiros detentores da memória do Movimento e podem nos relatar parte da história desta luta que marcou as políticas públicas de preservação ambiental e o direito de comunidades "sustentáveis" ou "tradicionais" às terras historicamente ocupadas.

No contexto da consagração dos *objetos culturais* em *patrimônios nacionais* o tombamento da Casa de Chico Mendes é um dos exemplos dos novos olhares de grupos sociais e do Iphan acerca do patrimônio cultural de natureza material, principalmente no que diz respeito às *casas históricas* (casas tombadas registradas no Livro do Tombo Histórico pelo Iphan), marcando a presença de figuras ilustres da história brasileira, e a maneira de atribuir e reconhecer valores.

Metodologia de pesquisa

Quero salientar que o processo de "construção" das metodologias aplicadas se deu de forma solitária e no embate intelectual comigo mesma, por isso os apontamentos metodológicos e a introdução estão na primeira pessoa. Já nos capítulos desta dissertação me propus a escrever em terceira pessoa, assumindo que os resultados da pesquisa qualitativa apresentados é parte de um processo que se deu em conjunto, através dos autores utilizados, de conversas com minha orientadora, técnicos do Iphan e entrevistas semiestruturadas com pessoas diretamente envolvidas na preservação da memória da Casa de Chico Mendes.

Apresentar a metodologia ajuda a apontar os caminhos e a maneira como se deu a pesquisa que neste caso é um trabalho de ordem teórico e prático, realizado a partir da construção de um campo **interdisciplinar de conhecimentos** proposto pelo mestrado. Neste sentido o pesquisador é instigado, em determinados momentos, a escolher áreas de conhecimento que melhor permitam abordar o objeto de pesquisa e, com isso, acolher e explicitar as metodologias e conceitos das áreas de saber eleitas para a realização da pesquisa. De um modo geral procurei optar pelo diálogo entre autores da geografia, sociologia e história, além de uma consulta sistemática aos conceitos definidos em documentos nacionais e internacionais sobre o campo do patrimônio cultural e reunidos sob o titulo genérico de Cartas Patrimoniais.

Em relação a minha forma de olhar/abordar o objeto de pesquisa compartilho da reflexão de Gaston Bachelard em que "O real nunca é 'o que poderia achar' mas é sempre o que se deveria ter pensado" (1996:17), pois estudar a realidade social é trabalhar com revelações recorrentes correndo riscos de abandonar conhecimentos anteriores de maneira a tentar superar conhecimentos mal estabelecidos, e este objeto é *valorado* e *preservado* a partir de ações sociais distintas. E ainda:

> É impossível anular, de um só golpe, todos os conhecimentos habituais. Diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber. Quando o espírito se apresenta à cultura científica, nunca é jovem. Aliás, é bem velho, porque tem a idade de seus preconceitos. Aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado (BACHELARD, 1996:18).

Com esta colocação cabe ressaltar que no âmbito do Mestrado Profissional do Iphan, como aluna deste programa, tive uma imersão no universo de trabalho da Instituição o que as vezes me deixou muito presa ao entendimento da Instituição acerca do que vem a ser "patrimônio histórico e cultural" na sociedade moderna; por outro lado possibilitou-me observar de perto as ações de *gestão* (preservação) das diversas "memórias" defendidas e preservadas pela Instituição, o que abriu caminho para um olhar crítico sobre as formas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. No entanto, com a experiência profissional no campo do patrimônio cultural e como estudante do assunto, acredito que é importante abrir janelas para o entendimento do conceito de patrimônio cultural para além das compreendidas pela Instituição. Exponho isto, pois, o primeiro desafio desta pesquisa, impulsionado pelo próprio objeto de pesquisa (a Casa de Chico Mendes e seu entorno) foi formular um entendimento epistemológico acerca do que é "patrimônio cultural", pois, a Casa de Chico Mendes tornou-se objeto de preservação, ou melhor, de reivindicação por justiça por parte das pessoas mais próximas, como familiares e amigos. Inicialmente a preservação da Casa se deu sem a intervenção de qualquer instituição pública e com o apoio de ambientalistas e pesquisadores, simbolizando, também, a criação da ONG Fundação Chico Mendes, uma organização pró-memória e que tem como objetivo manter viva a luta de Chico Mendes.

Assim, o objeto de pesquisa provocou a vontade de elaborar um entendimento epistemológico de patrimônio cultural, a partir do campo social no qual está inserida a Casa e é do qual parte meu olhar de pesquisadora. Nesse sentido, leituras correspondentes ao tema "patrimônio cultural" no campo da política pública foram necessárias, como as produções de técnicos e intelectuais da própria Instituição como Mario de Andrade e Lúcio Costa (2011), Motta & Thompson (2010) e Marcus Tadeu Ribeiro (2012), Maria Cecília Londres Fonseca (2005); Sonia Rabello (2009) e Aloísio Magalhães (1997 [1980;1979]) - todos trabalharam e alguns ainda trabalham no Iphan. Além de contribuir para a compreensão da constituição do campo da preservação no Brasil e sua história, outro tipo de leitura foi necessário para melhor compreender o conceito de cultura especialmente estudado na antropologia, para a contribuição do entendimento sociológico/antropológico da Casa como patrimônio (comunitário e consagrado pelo Estado). Para tanto, realizei um "diálogo" entre autores como

Reginaldo Gonçalves (2002, 2003, 2005, 2007); Reginaldo Gonçalves *et al.*, (2013); Clifford Geertz (2008).

Por estar indiretamente estudando os seringueiros do Acre e suas lutas por direitos não reconhecidos utilizei-me também do **reconhecimento** de iniciativas de coletivos e grupos sociais independentes que se uniram para proteção, resgate, conhecimento e preservação de seu patrimônio cultural, como é o caso da Rede Fitovida[1] no Rio de Janeiro e de descendentes da comunidade indígena Wampanoags, do sul de Massachusetts. Estes *coletivos* tiveram iniciativas parecidas, porém suscitando reações adversas menos violentas que do Movimento Seringueiro. Estas "leituras" possibilitaram um *entendimento epistemológico* acerca do patrimônio cultural de grupos sociais em luta pela defesa deste, e contribuiu em especial para analisar o processo de preservação da Casa de Chico Mendes. Esse entendimento permeia toda a pesquisa, mas principalmente o **Capítulo II**, onde são apresentados os fatos que contribuíram para provocar um movimento comunitário de preservação da Casa e da memória de Chico Mendes, onde é apresentada uma descrição da Casa e os efeitos causados pela visitação. No segundo item do mesmo Capítulo apresenta-se a consagração da Casa como Patrimônio Nacional e Estadual, e os *valores culturais* identificados pelos órgãos de preservação que levaram ao tombamento em ambos os níveis, e por fim, discuti algumas considerações acerca da mobilização de Memórias Social e Coletiva neste processo e os contextos teóricos que caracterizam as ações do Iphan no tombamento de Casas Históricas. O Capítulo II permite averiguar esse entendimento epistemológico acerca dos patrimônios na sociedade moderna, as formas de consagração dos mesmos, contribuindo para o embasamento de críticas acerca do modo de *gestão* e *preservação* do patrimônio histórico e cultural que é discutido no capítulo seguinte.

O **Capítulo I** relaciona-se aos aspectos históricos e socioculturais da vida de Chico Mendes e do Movimento Seringueiro, a fim de entender melhor quais valores culturais a Casa representa. Deste modo a trajetória identitária do grupo seringueiro e de Chico Mendes no universo social são exploradas. Assim, para o levantamento de tais informações utilizei a pesquisa do geógrafo Porto Gonçalves (2003) sobre a luta social seringueira na capacidade de "geografar" na terra. E também o trabalho da antropóloga

[1] Para conhecer mais detalhadamente a Rede Fitovida as informações estão disponíveis no site: http://redefitovida.org.br/index.html.

Marchese (2005) e Mary Alegretti (2002; 2008) que apresenta o universo cosmológico do seringueiro. E, finalizo a abordagem da questão identitária fazendo um panorama com a ideia do socioambientalismo apresentada por Juliana Santilli (2005). Também, apresento ao leitor o caso do assassinato de Chico Mendes e seu contexto de vida a partir de autores locais como Rodrigues (2009), entrevista com sua viúva e Porto Gonçalves (2009). Essa abordagem permitirá entender um pouco o processo de preservação comunitária do bem.

O **Capítulo III** apresenta as ações de *gestão* aplicadas no entorno imediato da Casa de Chico Mendes, elabora críticas e apresenta possíveis caminhos, na tentativa de enfrentar o novo desafio colocado para a *gestão* deste tipo de bem cultural. Assim, o diálogo é realizado com historiadores, pesquisadores e gestores que estão dentro do Iphan e outros que estão fora da Instituição e que têm leitura e críticas fortemente embasadas sobre o patrimônio cultural como Márcia Chuva ([Org.] 2012), Ulpiano Meneses, Aloísio Magalhães e também Reginaldo Gonçalves (2002).

Importante ressaltar que como metodologia de pesquisa foram consultados os documentos referentes ao bem nos acervos do Iphan-AC e da FEM. Também foram realizadas entrevistas com familiares e companheiros sindicalistas de Chico Mendes que iniciaram todo o processo de preservação da Casa como patrimônio, além de entrevistas com gestores dos espaços de memória de Xapuri, do Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Acre (DPHC) da FEM.

Houve muitas dificuldades para a realização desta pesquisa, principalmente no acesso às informações que contassem os diferentes momentos pelos quais a Casa passou até tornar-se Patrimônio Cultural Nacional, pois desde 1988 é preservada por familiares principalmente. Assim, devido à falta de fontes sobre o processo de preservação da Casa até seus moldes atuais, tornou-se necessário entrevistas com a proprietária da Casa (viúva de Chico Mendes), a filha de Chico Mendes, e Liberalino Alves, atual Chefe do DPHC. A intenção foi levantar fatos que apontem os diferentes processos pelos quais este bem passou desde sua consagração tanto pelo Estado quanto pela população até seus moldes atuais, buscando mais do que um entendimento cronológico de suas mudanças físicas, um entendimento sobre como se deu a preservação em suas várias fases até tornar-se "Patrimônio Nacional" e quais memórias se queriam preservar tanto localmente em 1988 quanto nacionalmente em 2008 quando o Iphan tomba a casa pelo Iphan.

Como as entrevistas referem-se à fatos passados, ficando assim a mercê de memórias, interesses e reações pessoais, alguns dados orais não se confirmavam, e demonstravam até um **forte interesse pela memória de Chico Mendes**, visto que cada entrevista colocava sob a responsabilidade do entrevistado a preservação desta memória. Desse modo, a confirmação dos dados foi feita a partir dos jornais da época e fotografias antigas. As informações que não se confirmaram e não tivemos como comprovar não foram citadas neste trabalho. No entanto, quero salientar que estas considerações sobre os diferentes processos não são o fim da pesquisa, mas o meio pelo qual tive que passar para embasar toda a discussão a respeito da gestão da Casa e seu entorno, apresentadas no capítulo III.

Por último, e isso precisa ser dito, reconheço os limites intelectuais desta pesquisa, visto que alguns caminhos que o trabalho aponta poderiam ser aprofundados, mas devido o tempo e o caráter de discussão e objetivos deste trabalho foram encerrados no que este trabalho vos apresenta.

CAPÍTULO I

PERSPECTIVA HISTÓRICA E CULTURAL VINCULADAS À CASA DE CHICO MENDES

1.1. Aspectos da ocupação territorial seringueira

Quando falamos da memória de Chico Mendes no âmbito do patrimônio cultural adentramos, também, em contextos históricos de um grupo social - os seringueiros. De tal modo que se torna necessário expor um pouco dos aspectos históricos, sociopolíticos e culturais seringueiros, pois dialogam diretamente com a identidade e memória subjetivadas na Casa de Chico Mendes.

A palavra "seringueiros" em sua origem etimológica refere-se àqueles que extraem o látex ou seringa das árvores *heveas brasiliensis,* conhecidas popularmente por *seringueiras,* por tanto, designa um ofício, uma ocupação. O látex é a matéria-prima da borracha vegetal, produto utilizado para fazer pneus, bolsas, sapatos, entre outros produtos. No final do século XIX o interesse pela matéria-prima estava nas indústrias de pneu (SOUZA, 1995). As seringueiras são árvores de grande porte e naturais da região amazônica. Vários estados da Amazônia Legal têm na história da sua ocupação territorial um contingente considerável de populações proveniente do nordeste brasileiro para trabalhar na extração de látex, dentre eles, Pará, Manaus, Rondônia e Acre. O território acreano, antes da chegada dos exploradores da borracha natural, era ocupado por centenas de grupos indígenas. Entretanto, com o avanço da frente pioneira de exploração da borracha, associado à expansão do capitalismo internacional no final do século XIX, ocorreu a exterminação de parte considerável das populações indígenas e/ou a desocupação de suas terras para instalação dos seringais (SILVA, 2008).

No início do século XX muitos homens chegaram à região para trabalhar no extrativismo do látex, principalmente no período da Primeira Guerra Mundial quando a

demanda de borracha foi intensificada devido seu uso na indústria bélica. Naquele período a espacialidade que se formou na região foi o seringal como empresa, ou seja, uma unidade produtiva que tinha em sua socioespacialidade e modo de gestão um cunho escravocrata, no que diz respeito à exploração da mão-de-obra de seringueiros. Dessa maneira, toda a estrutura de produção e comércio ficava no comando do seringalista, o patrão e dono da vastidão de floresta (PORTO GONÇALVES, 2003).

Sobre a socioespacialidade que se conformou no processo de ocupação da região, bem como das nomenclaturas, que passou a designar as funções dos recém-chegados, subsidiadas pela relação com o meio natural, constata-se que:

> Da seringa surgiu o seringal, espaço físico apropriado por um proprietário em condições de recrutar trabalhadores e de abrir e explorar as matas de seringa. Do seringal surgiu o seringueiro, que a princípio designava o extrator de látex e o proprietário das árvores. Só mais tarde houve a diferenciação entre os dois, surgindo o termo seringalista para o "dono das matas" de seringa (MORAIS, 2008, p. 25-26).

Nesse processo, os seringalistas, incentivados pelo Governo Federal atraem homens de diferentes áreas do nordeste brasileiro para esta nova "frente de trabalho" que se abria na Amazônia. Estes homens, por sua vez, foram movidos pela seca, pobreza e, sobretudo, pelas promessas de trabalho. Ocupando, quando de sua chegada, o interior da floresta amazônica.

Os seringais eram, e ainda são, grandes extensões de florestas, onde vivia e trabalhava o seringueiro. Não existe divisão de terras ou cercas entre os seringais, podendo um seringal abrigar várias *colocações*[2], lugar onde o seringueiro mora e trabalha, estando a casa localizada em uma clareira no meio da floresta, espaço, por conseguinte, de existência das trilhas para o corte da seringa. A imagem a seguir é a representação das estradas de seringa, o quadro foi feito por Hélio Melo, artista plástico acriano. A partir deste quadro, do ano de 1983, podemos o ver o homem seringueiro, ele vai adentrar nas "estradas da seringa" (trilhas onde se localizam as seringueiras) de sua colocação. O caule da árvore é a representação do caminho por onde o seringueiro entra na mata e que, por sua vez, dá acesso às outras estradas representadas nos galhos da árvore:

[2]Para saber mais sobre a espacialidade seringueira ver em: NEVES, Marlúcia. A Colocação e a Casa do Seringueiro. Rio Branco-Ac, 2007, p- 39.



Figura 1. Estrada da floresta [1983]. Hélio Melo,
Vila Antinari, Acre, Brasil.

Geralmente, cada família de seringueiro reside em uma colocação. As colocações são como subunidades que, em conjunto, formam o seringal. Assim:

> Normalmente, cada colocação possui três *estradas*, as "unidades de exploração". Estas são constituídas por percursos circulares traçados na floresta, com o objetivo de ligar entre si as árvores de *hevea brasilienses* (MARCHESE, 2005, p. 27. Ênfase da autora referindo-se as estradas de extração da seringa).

As aberturas dos seringais iniciavam-se sempre às margens de um rio ou na embocadura de um afluente importante, o que facilitava o escoamento da produção, além de facilitar no controle dos seringueiros que residiam mais adentro da mata, pois, o rio era o único meio de transporte para o "resto" do Brasil. De tal modo, a socioespacialidade do seringal funcionava assim: a *sede* do seringal sempre estava na margem do rio. Na *sede* ficava o *barracão* (a casa do patrão) e o armazém (NEVES, 2007). Para se ter comunicação entre *colocações* e com a *sede* eram abertos os varadouros: caminhos na florestas, como trilhas. O seringueiro só ia à sede para entregar a borracha e *aviar* mercadorias, ou seja, trocar o valor do que produziu (extraiu de látex) por fumo, açúcar, sabonete, alimentos, remédios, etc., que, por sua vez, eram produtos existentes nas casas de comércios, comumente, de propriedade dos seringalistas (PORTO GONÇALVES, 2003).

O início do século XX e, também, no período da Segunda Guerra Mundial foram momentos em que se intensificaram a chegada de *homens* nordestinos à região. A chegada de mulheres e crianças se deu, de forma expressiva, no segundo momento dessa ocupação, o que possibilitou, a partir daí, a formação de núcleos familiares e surgimento da agricultura de subsistência (SILVA, 2006). O período entre guerras e o pós-guerra trouxe a falência dos seringais como empresa. Identifica-se como fatores que contribuíram para a crise da economia da borracha na região a diminuição do consumo de borracha no exterior e, ao mesmo tempo, a partir do contrabando de sementes da Amazônia brasileira e do plantio intensivo da seringueira na Malásia, a produção da matéria prima em larga escala e o surgimento de um mercado competidor na Ásia. Assim, principalmente no pós Segunda Guerra Mundial, alguns seringalistas abandonaram ou venderam os seringais, outros mantiveram a produção ainda que com menos lucro. Foi nesse contexto que o seringueiro passou a ser liberado para realizar agricultura de sobrevivência ou *roçado* como é conhecido na região (PORTO GONÇALVES, 2003).

Com a decadência do seringal como empresa o seringueiro se volta para o plantio de roçados, agricultura de pequena escala, para garantir sua sobrevivência diante da escassez do trabalho. O seringueiro, então, passa a plantar mandioca e milho mantendo a extração do látex, da castanha, da pupunha, etc., e mantendo a *colocação* como base territorial (SILVA, 2006) da sua cultura. Naquela conjuntura os seringueiros estavam se tornando trabalhadores livres, seringueiros autônomos.

> É isso mesmo: desde os anos 20 vem aumentando significativamente no Acre aquilo que o IBGE, a partir dos anos 40, passa a designar ocupantes, ou seja, sem Estado e sem Patrão. (PORTO GONÇALVES, 2003, p. 370).

Estes dados justificavam o interesse do Estado em ocupar a região, pois, caracterizava uma situação em que os seringueiros autônomos empreendiam uma auto-organização socioespacial, entretanto, entendida legalmente como um "caos fundiário". Concomitante a esse contexto, a territorialidade comandada pelos seringalistas também entrava em desestruturação devido à desvalorização da borracha vegetal, e estes, por sua vez, em sua maioria, vendem os seringais. Assim, desde 1950 a região começou e ser ocupada por novos imigrantes, provenientes do sudeste, a procura de terras para a agropecuária.

Nas décadas de 1950 e 1960, principalmente, os seringueiros encontram-se em meio a um processo histórico nacional que visava o "desenvolvimento do país" e "ocupação" da Amazônia, e, os seringalistas não demonstram resistência nesse processo, pois detinham dívidas com o Banco da Amazônia, que financiava a produção da borracha.

Nos anos de 1970, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID emprestou aproximadamente 146 milhões de dólares ao Brasil para a construção de estradas e apoio ao projeto nacional de Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal. Esse processo caracterizou-se também pelo incentivo aos pecuaristas e "povoamento" da Amazônia; como consequência houve a expulsão dos seringueiros das colocações onde residiam (ALEGRETTI, 2002). É na mesma década que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais começam a se formar e os seringueiros começam a se organizar politicamente para discutir questões sobre a defesa dos territórios em que viviam há quase um século, território pelo qual já haviam lutado uma vez na Revolução Acreana[3], pois, esta memória que passou de geração para geração com a "ideia de luta e heroísmo" ressurgiu (em 1970) quando foram novamente ameaçados de perder o território, de maneira que se organizaram e lutaram novamente para assegurarem seu direito conquistado no passado (ALLEGRETTI, 2008, p.55).

Sobre a organização política seringueira na escala social, Porto Gonçalves (2003) argumenta que:

> Quando um grupo social recusa o lugar que lhes é reservado "numa determinada ordem de significações" origina-se o movimento (social) que reivindica a mudança de lugar na ordem social (PORTO GONÇALVES, 2003, p.367).

Nesse sentido, a "mudança de lugar" reivindicada pelos seringueiros era justamente o desejo de manter-se no território já ocupado e deixar de ser oprimido pelos novos imigrantes que chegavam à região. Naquele contexto iniciou-se a saga seringueira de luta pela terra, que dura até hoje, sobre novos moldes. Também naquele contexto

[3] Revolução Acreana foi à revolta da população que ocupava a região do atual Estado do Acre. A ação dos seringueiros e seringalistas, era contra os bolivianos que procuravam deter a soberania da posse do território na área. A Revolução Acreana teve início por volta de 1899 e chegou ao fim com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, quando a Bolívia cedeu o território ao Brasil. Para saber mais ver em: SILVA, Silvio Simione. Camponeses da floresta: apontamentos para a compreensão da diferenciação dos trabalhadores seringueiros e do campesinato acreano. Revista Terra Livre. Ano 22. Vol. 01. n. 26. p. 45-61. Goiânia – GO. 2006.

começa a delinear-se uma *identidade* a ser reconhecida, uma identidade cabocla e extrativista: a identidade "seringueira". Assim salienta Porto Gonçalves (2003):

> crescia, também, a importância daqueles que, pelo menos desde os anos 1940 quando, como registro oficial, apareceram pela primeira vez no Censo, em Xapuri, os que na prática, garantiam sua própria sobrevivência reproduzindo-se por si próprios de modo autônomo: ocupantes. Com mulheres e filhos, com sua produção não só voltada ao mercado, até porque tiveram que desenvolver suas estratégias de sobrevivência com a crise no seringal como empresa, integrados à floresta aprendendo com os índios, com os caboclos (PORTO GONÇALVES, 2003, p. 371).

Acreditamos ser fundamental tecermos algumas considerações sobre a identidade seringueira, pois, é a partir dela e por ela que se deu a luta dos seringueiros na conjuntura político-social das décadas de 1970 e 1980 frente o processo de "Desenvolvimento da Amazônia", em que Chico Mendes exerceu papel preponderante e devido ao qual foi assassinado. Nesse sentido, explanar sobre essa identidade, ajuda-nos a entender os valores investidos (ou negligenciados) na Casa de Chico Mendes enquanto um bem aglutinador de determinada memória e/ou patrimônio.

1.2. Os seringueiros e sua identidade político-cultural

Aprofundar uma discussão sobre o conceito de identidade, seja a noção desenvolvida pelo e para os Estados nacionais ou as discussões mais contemporâneas, em que pese os argumentos pós-moderno sobre a crise da identidade nacional, não é a intenção da nossa pesquisa. Também não é nosso objetivo identificar e aprofundar uma investigação sobre a identidade (local) dos seringueiros no contexto das décadas de 1970 e 1980. No entanto, embora uma pesquisa consistente a respeito desses temas não seja nosso alvo, torna-se necessário uma discussão *introdutória* sobre a noção de identidade, bem como a identidade seringueira enquanto *povos da floresta*, pois, tal explanação nos ajudará a apreender e debater os valores reconhecidos no processo de preservação da Casa de Chico Mendes enquanto lugar de memória e representação

social para o movimento dos seringueiros de Xapuri e o socioambientalismo brasileiro, assim como na constituição daquela Casa como patrimônio cultural nacional. Por fim, acreditamos que salientar os motivos pelos quais Chico Mendes lutou e foi morto é passo fundamental para analisarmos o processo de constituição da Casa como uma referência cultural (local e nacional), o que nos possibilitará identificar convergências e divergências no processo de patrimonialização e gestão da casa com o tipo de identidade que ela representa na história local de Xapuri.

Etimologicamente, um dos significados da palavra identidade é a *qualidade de idêntico*[4]. Próximo a isso, no campo das ciências humanas o conceito de identidade diz respeito ao compartilhamento por um grupo de determinadas características comuns. Politicamente, pode ser um território, leis e regras comuns ao grupo e, culturalmente, podemos identificar o compartilhar de uma língua, crenças e costumes, ou seja, um *habitus idêntico* e/ou compartilhado. Assim, a identidade de um grupo, seja ele de dimensão local ou nacional, pode ter como suporte importante o compartilhamento de um passado e, também, a esperança de se viver um futuro comum. Nesse sentido, a identidade é o que identifica e aglutina um grupo social em um universo social.

Compartilhar determinadas características foi algo presente e importante para a estruturação dos grupos seringueiros. Contudo, há um consenso entre os estudiosos da identidade cultural que a consciência e o esforço no sentido de projetar ou aflorar uma *identidade nacional* fez parte do processo de construção dos Estados-nação. Sobre esse processo, como adverte o sociólogo Norbert Elias (2006, p. 159), embora "as ideologias nacionais as representem como formações muito antigas", o caráter nacional dos Estados modernos se deu, de fato, "a partir da segunda metade do século XVIII", em que pese como marco político e histórico a Revolução Francesa de 1789.

Ressalta-se ainda, conforme argumenta Marcia Chuva (2011, p. 39), que foi no contexto citado acima, ou seja, de formação dos Estados nacionais, "que teve início a preocupação com a preservação de monumentos e sítios históricos que materializassem uma biografia da nação", ou seja, que fossem representativos da *identidade nacional*. Naquele contexto a comunidade nacional foi pensada de forma integrada, compartilhando práticas e representações comuns conformou uma coletividade que atendia os interesses políticos e sociais da época.

[4] Segundo o Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 3a. Ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

Atualmente, a ideia de uma *identidade* compartilhada por todos os indivíduos presentes em um território nacional passou a ser questionada. Os fundamentos para tais argumentações são buscados nos impactos do processo de globalização que se intensificou no final do século XX, bem como em outras tantas características da sociedade pós-moderna (KUMAN, 2007). De tal modo, contrapondo-se à noção de uma identidade sólida, é frequente encontrarmos estudos sobre a temática que argumenta a existência na atualidade de uma "crise de identidade", isto é, o declínio das velhas identidades contribui para o surgimento de novas identidades, amparadas em novas e outras referências (Mercer, 1990, p. 43, *apud*, HALL, 2005, p. 7). Observa-se, portanto, segundo esses estudos, que se por um lado a globalização tem provocado efeitos de homogeneização e fragmentação, em contrapartida, reagindo a tal processo, tem-se intensificado o fortalecimento de identidades locais, regionais e comunitárias (HALL, 2005).

Os seringueiros do Acre construíram, durante as décadas de 1970 e 1980, uma *identidade local* estruturadora da luta social desse grupo e esteve em sintonia com o processo de fortalecimento de novas identidades locais, regionais e comunitárias, como destaca Hall (2005) em seus estudos sobre identidade. No entanto, esta união deu-se na reação contra expulsão de suas colocações, assim, os seringueiros passaram a se organizar e a lutar, o que contribuiu para o reconhecimento por parte do poder público de uma identidade seringueira no Acre.

Segundo Porto Gonçalves (2003), os grupos sociais, na sociedade moderna, se constituem segundo sua identidade político-cultural. De maneira que, no universo social, cada grupo constitui-se segundo suas relações/posições. Assim, são, também, identidades experimentadas. Mas também são narrativas atribuídas, muitas vezes, por outrem. As narrativas identitárias estão presentes no campo do sistema cultural, ou melhor, nas políticas culturais e também na Constituição Federal de 1988 (ver artigos 215 e 216) resultante de diferentes processos de reivindicações sociais. E neste contexto político-cultural, os seringueiros têm uma trajetória identitária.

Quando os pecuaristas chegaram à região do Acre, na segunda metade do século XX, iniciou-se o processo de grilagem e expulsão dos seringueiros com ameaças de morte e conivência da polícia local. Respondendo a essa situação, em meados da década de 1970, Chico Mendes e Wilson Pinheiro fundam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Brasiléia (município próximo de Xapuri) e mais tarde Chico Mendes,

após o assassinato de Wilson Pinheiro, funda o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. A partir daí os seringueiros encabeçaram o que ficou conhecido como "Movimento Seringueiro". Ressalta-se que esse movimento é uma das faces dos movimentos sociais pelo direito à terra no Brasil, ou melhor, no caso do Acre, também pelo direito à floresta, da qual dependiam os trabalhadores e seus familiares.

Segundo Walter Porto Gonçalves (2009) em 1976 ocorreu o primeiro *empate*. Este termo origina-se da linguagem local *empatar, impedir* (ALEGRETTI, 2002). Naquele contexto o empate foi uma tática de confronto direto que unia um contingente considerável de seringueiros que após muitas expulsões de suas colocações resolveram "empatar" os desmatamentos, pois, desmatar significava expulsão das famílias. Reagindo a tal situação os seringueiros formavam uma espécie de "corrente humana", com os braços cruzados uns nos outros, impedindo as motosserras de chegarem às árvores. Também fazia parte do processo conversar com os peões (serviçais dos pecuaristas) para o convencimento do não desmatamento e inclusive convidando-os para se associarem no Sindicato, oferecendo-os, por exemplo, colocações (PORTO GONÇALVES, 2009; RODRIGUES, 2009). Os empates foram decisivos na consolidação do Movimento Seringueiro como também na consolidação da identidade seringueira, pois, esta forma de resistência chamou a atenção de todo o Brasil. Ideologicamente os empates, além de ter se configurado em ações pacíficas e pedagógicas, uniam a "ideia" de preservação do meio natural com a garantia de condições adequadas de sobrevivência de famílias, isto é, da população que vivia na floresta, conformando, assim, em um movimento socioambientalista (SANTILLI, 2005).

A identidade seringueira ligada à preservação ambiental que começou a "aparecer" na década de 1970 no Brasil constituiu-se em importante narrativa de Chico Mendes (e outros companheiros sindicalistas), construída diante das formas de se viver e trabalhar no seringal, nomeadas naquele período histórico de "produção sustentável" ou "modo de vida sustentável", pois, não havia degradação intensiva do meio natural e a exploração dos recursos florestais respeitavam o tempo da natureza. Ressalta-se, portanto, que os seringueiros *dessa época* já não viviam exclusivamente da extração de látex, sendo a multiplicidade de recursos provenientes da floresta aspectos fundamental do ser seringueiro e do extrativismo praticado nesse momento, pelo qual eles se identificavam e lutavam.

No período pós 2º Ciclo da Borracha[5] os seringalistas vendem ou abandonam os seringais. Naquele momento a maioria dos seringueiros deixa de extrair o látex, aumentando o extrativismo da castanha entre outros recursos florestais e começam então a praticar a agricultura de subsistência:

> Nos anos entre 1920 e 1942 com a crise no seringal empresa muitos seringueiros viram na agricultura uma salvação. Porém, historicamente, foi por causa da borracha que toda essa gente se mobilizou, ou foram mobilizadas, estabelecendo um novo modo de vida, novas práticas sociais baseada no extrativismo. Esse fato pode "a partir de novas circunstâncias, serem trazidas à memória, ou melhor, ser atual, ser ***atual***izada. Espaço e memória. Habitat e *habitus*". O seringal-colocação é o lugar de produção e de moradia do seringueiro (habitat) e que junto às práticas cotidianas que se estabeleceram ao longo do tempo (*habitus)* formam o *locus* de conformação de subjetividades (PORTO GONÇALVES, 2003, p. 370. Ênfases do autor).

O autor citado expõe que naquele contexto os *seringalistas* abandonam ou vendem suas terras (vastidões de florestas), ou seja, se desfazem de suas "empresas", permitindo, consequentemente, a identidade *seringueira*, já conformada pelo seu *habitus*[6], de permanecer no lugar, mas agora de maneira autônoma.

Em pesquisas mais recentes este *habitus* identificado por Porto Gonçalves (2003) e responsável pela constituição de uma identidade seringueira fundada no *modo de vida*, pôde ser confirmado. Em sua investigação etnográfica com seringueiros de Xapuri na década de 1990 Marchese (2005) constatou que o seringal seria "lugar onde ninguém mais era *seringueiro*, mas onde todos se definiam como tal" (MARCHESE, 2005, p. 49. Ênfase da autora) e, sobre este contexto cultural acrescenta que:

> Tudo indicava definições estreitamente ligadas ao exercício de uma profissão, como de fato é aquela do *seringueiro*. Porém, se se considera que apenas quatro dos meus interlocutores eram efetivamente ativos na época da pesquisa, enquanto cinquenta e um deles se definiam *seringueiros*, emerge então a incongruência ou a plurivalência deste termo ou, ainda, a sobreposição de significado: se de um lado ser seringueiro identifica uma profissão, de outro esta última que não se exerce mais é mesmo assim importante porque atribui um tipo de identidade, ao mesmo tempo em que

[5]Os 1º e 2º **ciclo da borracha** caracterizam-se por momentos econômicos na história do Brasil relacionados à extração do látex e sua alta comercialização como borracha natural, gerando alto lucro aos seringalistas. O 2º ciclo da borracha foi entre 1942 e 1945, durante a II Guerra Mundial.

[6] O conceito de habitus é do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

> revela **o sentido do existir no lugar** (MARCHESE, 2005, p. 125. Grifo meu).

Nesse sentido, o cotidiano seringueiro caracterizava-se na base territorial que se estabeleceu no então *seringal-colocação* ao longo dos anos de extrativismo do látex, em que as definições estreitamente ligadas ao exercício de uma profissão podem ser identificadas na territorialidade: *seringal*, *colocação*, *varadouros* e *estradas de extração* de recursos florestais.

De tal modo, a reivindicação deste grupo social apontou que, mais do que direito à terra, eles queriam as florestas de pé, visto que a relação do seringueiro com a floresta era, e ainda é, permeada por uma lógica espacial e por crenças em entidades da mata que delineiam seu uso (o extrativismo, a caça e o caminhar na mata). Sobre esse âmbito afirma Daniela Marchese (2005) que:

> A *Mãe seringueira*[7], ao nutrir os seus filhos *seringueiros*, transformou-os em "povo", transmitindo-lhes uma identidade específica e particular, fundamentada na "cultura de profissão": a identidade *seringueira*. Esta herança por via materna é um tipo de sub-identidade daquela cabocla que é, ao contrário, transmitida por via paterna. Nasceria, assim, uma identidade Cabocla-seringueira nova e peculiar, que se manifesta de modo característico na "cultura do espaço", concretizada nos espaços específicos do rio e da *estrada da borracha* e, mais genericamente, na relação com o espaço-floresta percebido como circular (MARCHESE, 2005, p. 128-129).

A autora apresenta-nos uma cosmologia baseada no *uso* do espaço, conformado outrora nos tempos dos "coronéis do barranco", ou seja os seringalistas que residiam às margens dos rios, que eram as únicas vias de chegada e saída da região. Assim, os seringueiros têm no espaço florestal que os rodeia o *rio* e a *estrada da seringa* (circuito que o seringueiro percorre para extração dos recursos florestais e que os ligava à margem do rio) também caracterizam uma forma de se orientar na floresta, de se entender e sobreviver naquele espaço. Por "se entender" no espaço apreende-se, por

[7] "A ***Mãe da mata*** é um conto local, esta figura é mais frequentemente chamada de *Mãe da seringueira* por que protege a árvore da borracha. É uma mulher velha, muito alta e magra, cujo corpo é todo recoberto de cicatrizes provocadas pelas feridas infligidas pelo trabalho de corte para extrair o leite. Isto lhe provoca dor, mas, como uma boa mãe, aceita o sofrimento para nutrir, com o leite que jorra do seu corpo, o Povo seu filho, os *seringueiros*. Por isto é preciso respeitá-la, não cortando o seu corpo em vários lugares contemporaneamente pela cobiça de obter mais leite do que é necessário, fazendo-a assim sofrer ou até morrer. Quando o *seringueiro* a maltrata deste modo, podem-se ouvir os seus gritos na floresta. Pode acontecer também que ela se vingue, batendo no *seringueiro* ou provocando-lhe uma febre muitas vezes mortal" (MARCHESE, 2005, p. 107-108. Grifo meu).

exemplo, a relação que o grupo estabeleceu com os cursos d'água. Desse modo, algumas terminologias comuns aos seringueiros são “cabeceiras das águas” e “a borracha vai para baixo”, tais terminologias colocam o interlocutor no lugar de onde o rio parte para o resto do Brasil, ou seja, ele está na cabeça, no alto em relação ao resto do corpo. Entretanto, para além de se sentirem “no alto”, sentem-se num lugar periférico, visto que os rios partem para onde estão as grandes cidades. Resumindo, “Aqui, estamos no fim do mundo” afirma um seringueiro à Marchese (2005, p. 50 e 51). Assim, o labutar se estabeleceu através de uma “relação de percurso” com a floresta, onde o seringueiro se locomove velozmente em meio a densa floresta e seus percalços e, também, embaixo das sombras das árvores, o que o permite trabalhar com “mais conforto” na mata, se comparado com o colono e o pecuarista que trabalha horas do dia sob o sol, no pasto sem sombras (MARCHESE, 2005, p. 123).

A transição da paisagem do seringal (vastidão de floresta) para a fazenda pecuarista (pasto) desfaz toda relação socioespacial preexistente na região, visto que sua lógica de produção e exploração dos recursos é totalmente diferente da comunidade seringueira. Dessa maneira, quando raramente não se expulsavam as famílias seringueiras de suas colocações o pecuarista propunha à família trabalhar para ele. Não obstante, o conflito se estabeleceu, também, no choque cultural, visto que o desmatamento implicava em menos caça (a carne de comer), menos extrativismo (a castanha e a pupunha para se alimentar) e menos saúde (a copaíba para o tratamento e infecções e dores musculares, por exemplo). De tal modo, Porto Gonçalves (2003) afirma que o desmatamento para a criação de bovinos acrescentou uma nova característica à “identidade seringueira”, ou seja, a do seringueiro como agente de preservação ambiental. Com esta “nova” identidade é possível reconhecer os seringueiros como campesinos florestais que conformaram seu cotidiano em torno do ambiente da floresta quando a mesma era seu principal sustento através do extrativismo da borracha (ALEGRETTI, 2002). A intimidade com a floresta, adquirida no trabalho da extração do látex, se transforma em defesa do meio ambiente ameaçado pelas novas formar de explorar economicamente a região. Esta familiaridade com o meio ambiente produz uma “cultura” e uma identidade. Existe uma forte relação entre identidade e cultura. Identidade formada pelo compartilhamento de uma cultura, de um modo de ver, pensar e estar no mundo.

A organização política e as reivindicações do Movimento Seringueiro "compõe-se objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade e, inclusive para alguns deles, à sua afirmação étnica" (Almeida, 1992, p.552 *apud* ALEGRETTI, M. 2008, p. 4).

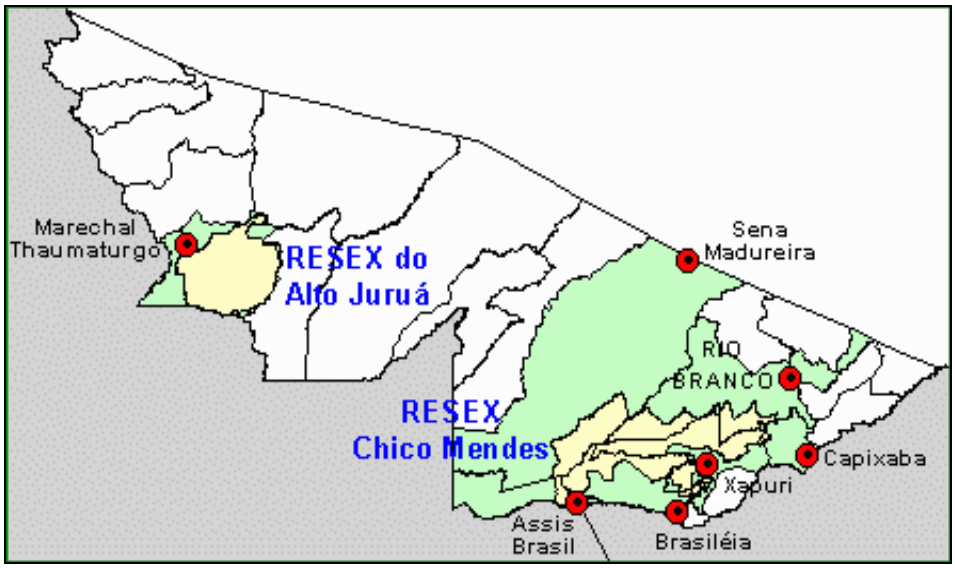
Na década de 1970, paralelo aos conflitos no Acre, eclodiu em vários países movimentos ambientalistas partilhados por atores sociais que buscavam outra lógica de produção industrial e alimentícia, objetivando, principalmente, formas de produção menos agressivas e nocivas ao meio ambiente. Nessa conjuntura ocorreu, em 1972, a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, na qual foi denunciado o modelo de desenvolvimento implantado pelos países capitalistas que, em sua prática de produção, acarretava rápida devastação ambiental, o que possibilitou discutir o risco de tal modelo impedir o acesso aos recursos naturais pelas gerações futuras. Tais denúncias se deram sobretudo por parte de cientistas e ambientalistas que estudavam a causa, não havendo, ainda, a parte social dessa história, ou seja, não havia um movimento organizado que caracterizasse aos olhos do mundo que tal processo de desenvolvimento poderia ser nocivo para algumas pessoas na contemporaneidade e não somente para as futuras gerações. Desse modo, no Brasil, quando o Movimento dos Seringueiros surge, imediatamente os ambientalistas se unem à sua causa, pois este movimento comporia o quadro de pressão política e social sobre os planos do Estado para o desenvolvimento, no caso, da Amazônia brasileira (SANTILLI, 2005).

Com a pressão internacional de ambientalistas, ONG's e da opinião pública, a garantia territorial à comunidades indígenas e seringueiras torna-se a base de discussão para o ordenamento territorial, principalmente no Acre. No entanto, esse não foi um processo fácil ou pacífico. Muitos seringueiros foram mortos, ameaçados e tiveram suas casas e bens queimados, findando, a partir dessa situação, na expulsão de parte desse grupo social para as áreas urbanas. Contudo, foi somente em 1990, após o assassinato de Chico Mendes em dezembro de 1988 (o que intensificou a pressão internacional e de agentes nacionais) que a proposta de criação das *Reservas Extrativistas* entra em vigor na legislação brasileira. (NEGREIROS; FONSECA, 2012).

A proposição de criação de *Reservas Extrativistas* foi apresentada no I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, e visava principalmente "uma reforma agrária inspirada no modelo das reservas indígenas e nas unidades de conservação" (ALEGRETTI, 2008, p. 46). *Reserva Extrativista* é um conceito bastante original,

distinto do que era estabelecido para áreas de proteção de reserva natural no Brasil e no mundo. Pois, naquele período (1980) ainda seguia-se um modelo de Unidade de Conservação elaborado nos Estados Unidos, tratando-se, portanto, de um *parque de proteção integral*, ou seja, que não incluía a função de habitação humana, em que o principal exemplo era o parque nacional de Yellowstone, criado no ano de 1872 e localizado no oeste do EUA. No final da década de 1970 o Yellowstone foi reconhecido como Reserva de Biosfera e pouco tempo depois ganhou o título de Patrimônio Mundial, concedido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Já as Reservas Extrativistas propõe uma área de preservação florestal que permite a habitação de pessoas, geralmente comunidades tradicionais ou ribeirinhas que têm como modo de vida o uso racional dos recursos ambientais.

Ancorada na Constituição Federal de 1988, a Lei 7.804, de 24. 07.1989, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, incluiu as *Reservas Extrativistas* à sua jurisdição. Esse fato possibilitou a criação da *Reserva Extrativista Alto Juruá*, no Acre (a primeira do Brasil), declarada área de interesse ecológico e social e instituída por meio do Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990. Logo em seguida, o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que dispõe sobre as *Reservas Extrativistas* e dá outras providências, definiu, em seu Art. 1°, as *Reservas Extrativistas* como "espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista" e prevê que o território da Reserva é bem do Estado, sendo o uso concedido às populações extrativistas mediante contrato que garante concessão de direito real de uso (SANTILLI, 2005).



Mapa 2. Em cor amarelo observa-se o território das Reservas. Em cor verde os municípios que elas abrangem. **Fonte:** Instituto do Meio Ambiente - IBAMA, 2012.

1.3. Chico Mendes: liderança sindicalista e referência de socioambientalismo

O termo *socioambientalismo* surge nos anos de 1980 a partir da união dos movimentos sociais e dos movimentos ambientalistas. Ressalta-se que naquele contexto a conjuntura política do Brasil era a do fim do regime militar e a promulgação da nova Constituição Federal do Brasil, de 1988. Associado e valendo-se desse momento de reordenamento político, consolidou-se na Amazônia brasileira a Aliança dos Povos da Floresta[8] – um dos marcos do socioambientalismo (SANTILLI, 2005). Esta união possibilitou estudos, pesquisas, e reivindicações sociais de apoio à preservação do modo de vida tradicional nas florestas, em detrimento ao modelo de desenvolvimento e ocupação territorial que se dava na Amazônia brasileira mediante a vinda de pecuaristas à região. Naquele contexto Chico Mendes foi um dos porta-vozes e mediadores da aliança entre preservação ambiental e garantia do modo de vida tradicional. Sobre esse momento, Porto Gonçalves (2009) afirma que:

[8]Aliança dos Povos da Floresta foi lançada no Primeiro Encontro Nacional dos Povos da Floresta e Segundo Encontro Nacional dos Seringueiros. A Aliança deu respaldo a dezenas de colaborações entre índios e seringueiros em conflitos com grileiros e madeireiros no Acre e à gestões conjuntas das duas organizações no plano nacional na reivindicação pelos seus direitos e defesa das suas propostas alternativas.

> Chico Mendes percebeu que os ecologistas ao defenderem a floresta eram aliados importantes da luta dos seringueiros na prática, além de permitirem que os seringueiros saíssem do isolamento a que estavam confinados. Os ecologistas, por seu lado, reconheceram a importância da luta dos seringueiros e dos seus Empates na preservação da floresta. Dessa aliança Chico Mendes formulou um princípio que caracterizaria sua filosofia: "não há defesa da floresta sem os povos da floresta" que bem pode ser estendido a outras situações de defesa da natureza (PORTO GONÇALVES, 2009, p. 153).

Francisco Alves Mendes Filho (mundialmente conhecido como Chico Mendes) foi descendente de nordestinos que migraram para a Amazônia. Nasceu no ano de 1944 no seringal Porto Rico (Xapuri) e lá, como era de costume, começou a trabalhar extraindo látex desde os 11 anos de idade sem ter acesso à escola.

O fator fundamental para a alfabetização e instrução política de Chico Mendes, segundo Porto Gonçalves (2009) se deu quando Chico Mendes conheceu Fernando Euclides Távora, um militante que participou ativamente do levante comunista brasileiro do ano de 1935, e da Revolução boliviana de 1952[9]. Távora, retornando ao Brasil vai morar em Xapuri. Sobre isso salienta o autor:

> Chico Mendes sempre falava com grande carinho de seu grande mentor educador político que nunca mais veria desde o golpe ditatorial civil-militar de 1964. A educação passou a ser uma verdadeira obsessão de Chico Mendes ao que dava um sentido político muito prático, pois, acreditava, que sabendo ler e escrever o seringueiro não mais seria roubado (PORTO GONÇALVES, 2009: 152).

Euclides Távora ensinou Chico Mendes a ler e escrever entre 18 e 19 anos (informação verbal)[10] e mostrou-lhe "o caminho que o levaria a se interessar pelos destinos do planeta e da humanidade" ((PORTO GONÇALVES, 2009:152).

Chico iniciou sua vida política como vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB[11]), atuando na Câmara de Xapuri entre 1977 e 1982. Neste período também era diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Brasiléia, e em 1977 ajudou a

[9]Revolta armada com caráter de luta de classes de proletariados mineiros e camponeses indígenas contra interesses de dominação do Estado boliviano. Para saber mais ver: VIEIRA, T. R. T.; MACHADO, Eliel Ribeiro. **A revolução boliviana de 1952: entre a ruptura e a desilusão.** In: VIII Sepech - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2010, Londrina. Anais VIII Sepech - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2010. p. 2028-2041.

[10] Ibidem. Vieira.

[11] O MDB "naquela época era tido como o único partido realmente de oposição do sistema atual, mesmo sendo criado pela ditatura, mas era o único partido que os trabalhadores depositavam certa confiança, por ser aquele esquema de resistência contra a ditatura". In: ALEGRETTI, 2002: 253.

fundar o STR de Xapuri. Em 1980 saiu do MDB e filiou-se ao recém-criado PT. Em pleno regime militar foi acusado de subversão e torturado por realizar vários fóruns, na assembleia local, de discussão entre seringueiros, representantes indígenas, sindicalistas, religiosos e ativistas, denunciando a violência no campo e as impunidades contra os trabalhadores rurais e indígenas (NEGREIROS; FONSECA, 2012).

Segundo Negreiros e Fonseca (2012), desde que aconteceu o Encontro Nacional dos Seringueiros (1985) o Movimento rompeu fronteiras na América Latina, sendo que, em 1987, uma Comissão da ONU chega à região sudeste acriana para avaliar impactos ambientais na região. Ressalta-se que naquela conjuntura os sindicalistas de Xapuri denunciavam o desmatamento desenfreado financiado pelo capital estrangeiro.

Em relação a sua trajetória política, Chico Mendes foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em Xapuri, e por dois momentos (1981 e 1984) foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, acusado de agregar os "posseiros" e incitar a violência, como seringueiros e indígenas, participando da fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros em 1985 (NEGREIROS; FONSECA, 2012). A respeito desse contexto de organização político-social e de luta, ressalta-se que a lembrança de pessoas que viveram o período dos empates revela um tempo de medo, em que não podiam contar com o poder público e eram ameaçados de morte e perseguidos por pistoleiros[12] a mando de pecuaristas. Nesse contexto, o apoio da igreja foi essencial e um forte pilar para se manter e fortalecer a "luta" seringueira de pé, na figura do bispo Dom Moacir Grecchi "cuja pregação era orientada exclusivamente para a problemática social, focalizando a fome, a ditadura, e a pobreza em contraposição à riqueza" (ALEGRETTI, 2002:305). Foi em meio a essas circunstâncias que se deram as longas reuniões no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Brasiléia (Rodrigues, 2009), tais lembranças e experiências são partilhadas por Gomercindo Rodrigues (2009) no livro *Caminhando na Floresta*; na tese de Mary Allegretti (2002) e por Raimundo Neves (informação verbal) que atuaram politicamente no Movimento e ajudaram Chico Mendes e os seringueiros nas décadas de 1970 e 1980. Suas lembranças relatam fatos sobre a própria trajetória social do grupo, inclusive, ressaltando a tensão que viviam os participantes do movimento. Assim relata Rodrigues (2009):

[12]**Pistoleiro** é o nome que se dá ao indivíduo que se presta ao trabalho armado para segurança do patrão e inclusive assassinatos a mando e, geralmente, neste período histórico, eram contratados por fazendeiros latifundiários.

> Durante o ano de 1988, face à tensão permanente que existia em Xapuri, todos sabíamos que poderíamos ser mortos a qualquer momento. Havia listas de marcados para morrer. Éramos vários os que frequentávamos todas as listas, quase sempre encabeçadas por Chico Mendes, mas sempre contando seja com outros companheiros do movimento, seja com Dom Moacir Grecci, bispo católico da diocese de Rio Branco.
> Era um clima tenso, pesado, pois, como já disse, todos os dias havia pistoleiros em Xapuri. Cinco, seis, dez deles circulando armados pela cidade. A qualquer momento um homicídio poderia ser cometido, pois a polícia não fazia nada, ou melhor, fazia: fazia de conta que não via nada (RODRIGUES, 2009, p. 82 e 83).

O grande mérito de Chico Mendes, como também de Osmarino Amâncio (parceiro e sindicalista do Acre) foi reunir aspectos que contribuíram para construir fortemente a identidade seringueira ante às políticas públicas do Brasil, de modo que, o reconhecimento do caráter sustentável no uso dos recursos florestais do grupo trouxe força política ao Movimento Seringueiro, assim, os ambientalistas se unem ao grupo. Desse modo, "revelou-se" ao mundo que outras formas de "desenvolvimento" eram possíveis; tornou-se visível a existência, bem como a importância dos "conhecimentos tradicionais", e, principalmente, a ideia de "povos da floresta". Nesse sentido, frisa-se que a identidade seringueira somente foi reconhecida e amparada pelo poder público a partir da visibilidade alcançada pelas lutas sociais travadas pelos mesmos. Estando esta identidade ligada ao "diferente" diante do todo social e dos interesses políticos até então traçados na Amazônia, a busca de Chico Mendes foi pelo reconhecimento dessa identidade pelo Estado. Este foi o primeiro passo para a conquista do território seringueiro, pois, a própria Constituição do Brasil, de 1988, agrega os direitos de igualdade e liberdade aos diferentes grupos que compõe a nação (SILVA, 2002) e isso Chico Mendes entendia.

Entender esse processo de luta e a construção dessa identidade é importante para as próximas abordagens acerca da memória ressaltada na linguagem museográfica da Casa de Chico Mendes, pois, foi devido a esse processo exposto acima que Chico Mendes foi morto, o que pode ser identificado na sua Casa enquanto lugar de memória e representação social, como se verá no segundo capítulo.

1.4. O assassinato de Chico Mendes

Segundo Walter Porto Gonçalves (2009) o trabalho de Chico Mendes estava sendo reconhecido tanto no Brasil quanto no mundo. Em 1987, Mendes recebe o Prêmio Global 500 da ONU (Londres), em 1988 recebe a Medalha da Sociedade para Um Mundo Melhor (Nova Iorque) e título de Cidadão Honorário da cidade do Rio de Janeiro. No dia 22 de dezembro de 1988 Chico Mendes foi executado com um tiro de espingarda calibre 20 quando saia pela porta dos fundos de sua casa para tomar banho (comumente, na região, os banheiros ficam numa edícula nos fundos da casa).

Segundo Ilzamar Mendes (informação oral)[13], que era casada com Chico Mendes na época, o julgamento dos assassinos "foi dois anos depois e Xapuri não teve onde acomodar tanta gente. Teve gente que alugou casa por um absurdo". E acrescenta:

> Olha gente é uma história, assim.. Que o próprio Chico sabia que ia morrer, o próprio Chico sabia a repercussão que a luta dele já tinha dado (…). Então, após a morte dele- o Chico morreu umas seis e meia pra sete horas da noite - seis horas da manhã do outro dia Xapuri já tava lotada. Gente que na mesma hora que foi divulgada a morte – acho que com 30 minutos que confirmada a morte do Chico – já pegava o avião do RJ, SP, de toda parte do Brasil e do mundo. (informação oral)[14].

Como já haviam ocorrido outros assassinatos de companheiros sindicalistas financiados pela União Democrática dos Ruralistas, em relato exposto no Dossiê Chico Mendes (MANASFÍ, 2002, p. 3), prevendo sua morte Chico disse "Ato público e enterro numeroso não salvarão a Amazônia. Eu quero viver".

Segundo o Jornal do Brasil[15] de 09 de dezembro de 1990, os acusados foram Darci Alves Pereira, filho de Darli Alves Silva (a mando deste) sentenciados a 30 anos de prisão em dezembro de 1990 – julgados dois anos após o assassinato de Chico Mendes.

[13]Mendes, Ilzamar. Entrevista concedida a autora em julho de 2013.

[14]Mendes. Ibidem.

[15]In: Dossiê Chico Mendes: Cobertura da imprensa. Org. Maha Kouzi Manasfi e Manasfi. Impressão Tribunal de justiça do Acre. Biênio 2000-2002.

Essa morte foi uma dentre tantas outras de seringueiros e companheiros; no entanto, diferente das outras teve ampla repercussão, pois, Chico Mendes contribuiu para a idealização das "Reservas Extrativistas" e foi por meio de sua morte e, sobretudo, pela causa dessa morte que Xapuri é conhecida nacionalmente. Do mesmo modo, sua Casa é uma referência para a memória do líder sindical, do Movimento e para o entendimento dela enquanto um patrimônio histórico.

Meses antes de morrer, já sob ameaça de morte, Chico Mendes havia conseguido um mandato de prisão para Darli Alves Silva assinado por um juiz do Paraná, mas as autoridades locais não tomaram nenhuma providência (RODRIGUES, 2003), conseguindo apenas que dois policiais fizessem sua segurança, o que não foi suficiente.

Os assassinos Darli Alves e Darci Alves, pai e filho, pagaram pelo crime com a sentença diminuída de 30 para 19 anos. Darli Alves, acusado de ser o mandante é dono de terras em Xapuri e ainda vive na região (ALVES E NEGREIROS, 2012). Segundo Gumercindo Rodrigues (2003) e Walter Porto Gonçalves (2009) este crime ainda não foi totalmente esclarecido, indicando a cumplicidade de autoridades locais e a participação direta da UDR – União Democrática dos Ruralistas. Dias antes do julgamento o juiz Adair Longuini, responsável pelo julgamento do assassinato de Chico Mendes, recebeu mais de duas mil cartas provenientes de vários países em apoio à prisão dos assassinos de Chico Mendes e solicitando cuidados com outras lideranças sindicalistas de Xapuri, algumas das entidades e autoridades que enviaram tais cartas foram da Comissão de Estudos de História da Igreja Católica (São Paulo); da Ação Democrática Feminista Gaúcha (Rio Grande do Sul); do Comitê Chico Mendes assinada por quatro mil norte-americanos (Nova Iorque); da Ação Mundo Solidário (Berlim) e do Grupo tortura Nunca Mais (Rio de Janeiro) segundo documentos reunidos no Dossiê Chico Mendes (2002).

1.5. Um pouco sobre Xapuri

O município de Xapuri entra na cena nacional e internacional nas décadas de 1970 e 1980 a partir dos movimentos políticos conhecidos como "empates" e descritos no início deste capitulo. O seringueiro Chico Mendes foi a liderança sindicalista local que conseguiu estabelecer um diálogo direto com os promotores do "desenvolvimento" na Amazônia brasileira. O Movimento Seringueiro deu visibilidade aos costumes tradicionais desenvolvidos no processo de sobrevivência na floresta, e originou as chamadas lutas socioambientais, proporcionando olhares curiosos à Xapuri.

A região sudeste acreana, onde se encontram os municípios de Xapuri e Rio Branco é o local por onde se deu a ocupação do território, tendo sido "caminho" das ações de exploração dos produtos nativos, como as "drogas do sertão"[16] e, posteriormente no final do século XIX e início do século XX, o látex, devido ao interesse no capital norte-americano que financiava a extração deste recurso vegetal. O interesse nesse recurso estava na necessidade de uso na indústria bélica mantidas em alta produção nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais (PORTO GONÇALVES, 2003).

Assim, a grande quantidade de seringueiras na floresta da foz do rio Xapuri (ver Mapa 03) fez com que, por exemplo, o local se tornasse um dos maiores produtores de borracha do Acre. Entretanto, o local onde se instalaram os brasileiros colonizadores pertencia, de acordo com o Tratado de Ayacucho[17], de 1867, ao território boliviano. O que tornou a região, no início do século XX, em um palco de disputa pelo território, esse conflito, após muitas tentativas de negociação e ocupação, culminou na conhecida Revolução Acreana, movimento armado realizado por brasileiros sob o comando de José Plácido de Castro contra bolivianos na luta pela posse das terras acreanas. Estes conflitos tiveram seu fim somente com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903 e teve como consequência o reconhecimento do Acre como Território Federal, dividido em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá

[16] Eram produtos nativos (especiarias) dos biomas brasileiros que atraíam o mercado europeu.

[17] O *Tratado de Ayacucho* foi Assinado em 23 de Novembro de 1867, com o objetivo de selar a paz entre o Brasil e a Bolívia e foram também estabelecidas normas para navegação e tráfego.

cada um governado por prefeito escolhido pelo Presidente da República. No Alto Acre, onde localiza-se Xapuri, a sede da prefeitura foi instalada no Seringal Volta do Empreza – atual município de Rio Branco. Em 1904, em 22 de agosto, o povoado de Xapuri foi elevado à categoria de Vila do Departamento do Alto Acre (MATTOS, 1904) e em 22 de março de 1905 Xapuri foi elevado à categoria de cidade (COSTA, 2010).

O geógrafo Yi-Fu-Tuan (1983:6) ressalta que "Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. "Espaço" é mais abstrato que "lugar". O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor". E conhecer melhor requer a vivência, e vivenciar o espaço é interagir com ele e para interagir é necessário pausa. Enquanto o espaço é movimento o lugar é pausa, pois "cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar". Nesse sentido, por aspectos históricos e culturais relacionados aos grupos identitários do lugar Xapuri, podemos salientar a matriz conhecida e identificada na região como indígena-cabocla que estavam ligadas à ocupação (ou *pausa*) (n)dos *altos rios* brasileiros, como o rio Acre (afluente dos rios *principais* amazônicos, como o Madeira e Purus) onde se instalaram os primeiros seringais acreanos. Seus primeiros moradores/colonizadores (não-indígenas) eram em sua maioria *mateiros* ou *piqueiros* - homens que dominavam o conhecimento do complexo ambiente da floresta, estes eram os únicos que abriam *varadouros* e *estradas* nesses ambientes. E a presença indígena nessa região era significativa e as perseguições e matanças sobre grupos indígenas foram práticas comuns. Porém, apesar desses grupos (indígenas) terem sido aterrorizados, encontraram diferentes estratégias de sobrevivência, uma delas foi assumir a identidade, cabocla, não-índia, de maneira que se inseriram no novo modelo político-cultural (PORTO GONÇALVES, 2003). Assim, salienta o autor:

> Em determinadas conjunturas essa identidade indígena pode aflorar, emergindo do invisível da memória, e tornar-se *atual*, isto é, como algo de outro tempo que atua, aqui e agora, a partir de novas circunstâncias. A década de setenta, no Acre, é particularmente rica nesse sentido (PORTO GONÇALVES, 2003:217).

Naquele período de exploração e ocupação do território, entre conflitos, acordos e reconhecimento de habilidades indígenas dava-se um "novo quadro de relações interétnicas" em que crianças indígenas eram adotadas, mulheres indígenas eram

apossadas, ou seja, escolhidas para serem serviçais das casas dos patrões da borracha ou mesmo para união conjugal com os colonizadores e algumas se tornariam referências para o grupo no ofício de curas através do conhecimento de plantas medicinais e seus usos (PORTO GONÇALVES, 2003). Alguns grupos indígenas passam a aproximar-se dos seringueiros, inclusive trabalhando como um deles, como é o caso dos Huni kui, na região oeste do estado.



Figura 02. São Sebastião

O medo e a insegurança dos nordestinos que se instalaram em Xapuri com relação aos grupos indígenas era visível, tanto pelo desconhecimento do ambiente quanto pela resistência das próprias populações indígenas. Não é à toa que, segundo Porto Gonçalves (2003:221) "São Sebastião foi eleito o padroeiro de Xapuri defendendo, assim, os seringueiros das flechadas dos índios que procuravam resistir à tomada de seus territórios" (Figura 02). Por outro lado, as estratégias de sobrevivência indígena tornaram alguns grupos étnicos "acaboclados" proporcionando uma troca mútua dessas culturas, que permanecem até hoje, na culinária, formas de expressão e nos conhecimentos tradicionais.

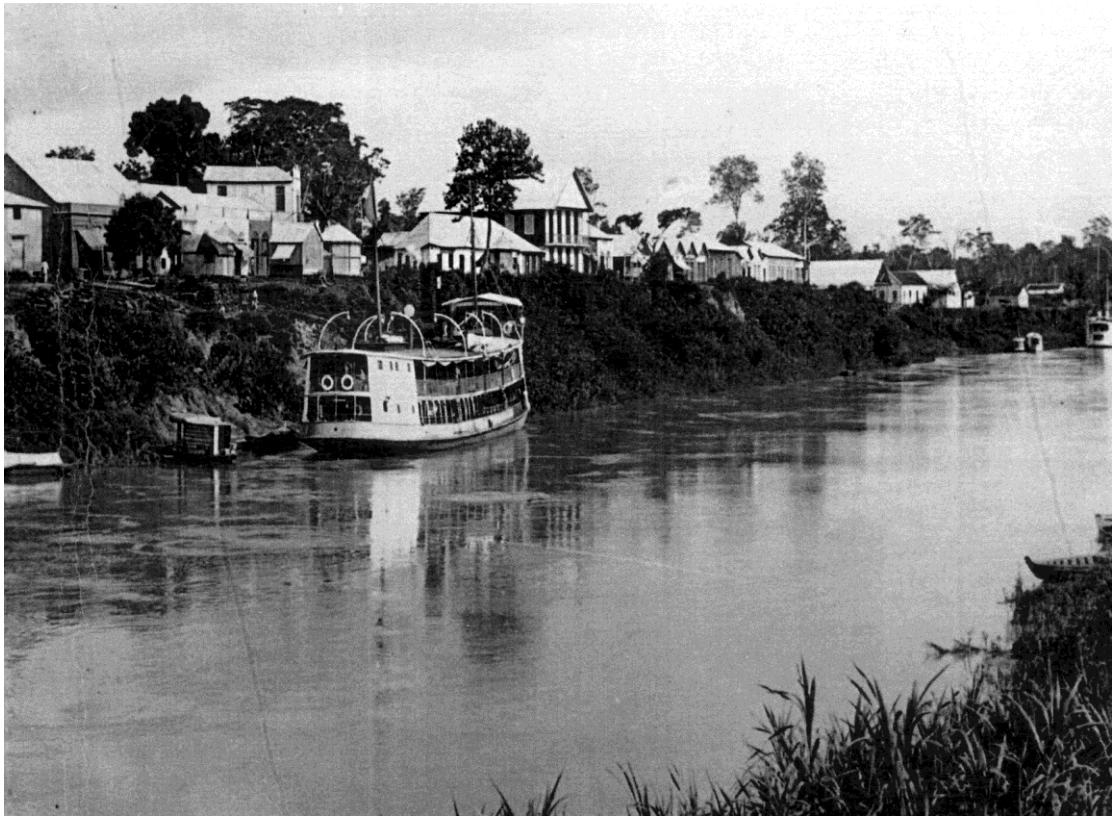
A região de Xapuri se conformou em lugar, com a interação, ainda que forçada, de diferentes grupos étnicos. Sendo o sistema de seringal – que obrigava a vida na floresta - o elo e interesse no conhecimento tradicional indígena que junto a matriz católica nordestina compunham a gênese da cosmologia cabocla seringueira.

Já no período pós Segunda Guerra Mundial, com a queda do valor da borracha muitos seringais foram vendidos ou abandonados pelos seringalistas. A maioria dos seringueiros permaneceu, pois já haviam constituído seu *lugar* e sua cosmologia territorial, entretanto alguns se mudam do seringal para a cidade, em busca de melhores condições de vida, ou mesmo, por terem sido expulsos pelos agropecuaristas que

chegavam na região, já no início da década de 1960. Concomitante a esse processo a cidade de Xapuri crescia e se modificava. Algumas casas e casarões de madeira no estilo chalé com lambrequins ainda hoje podem ser vistos e revelam como algumas pessoas (seringalistas) conseguiram enriquecer ali, pois, denotavam toques de requintes à moda do que estava em voga nos centros urbanos europeus. (COSTA, 2010). As construções em madeira da maioria da população eram de uma arquitetura de menor complexidade e menos rebuscada, porém, mantinham o padrão de estilo chalé, com o telhado em duas águas (observar fotografia 1e 2).

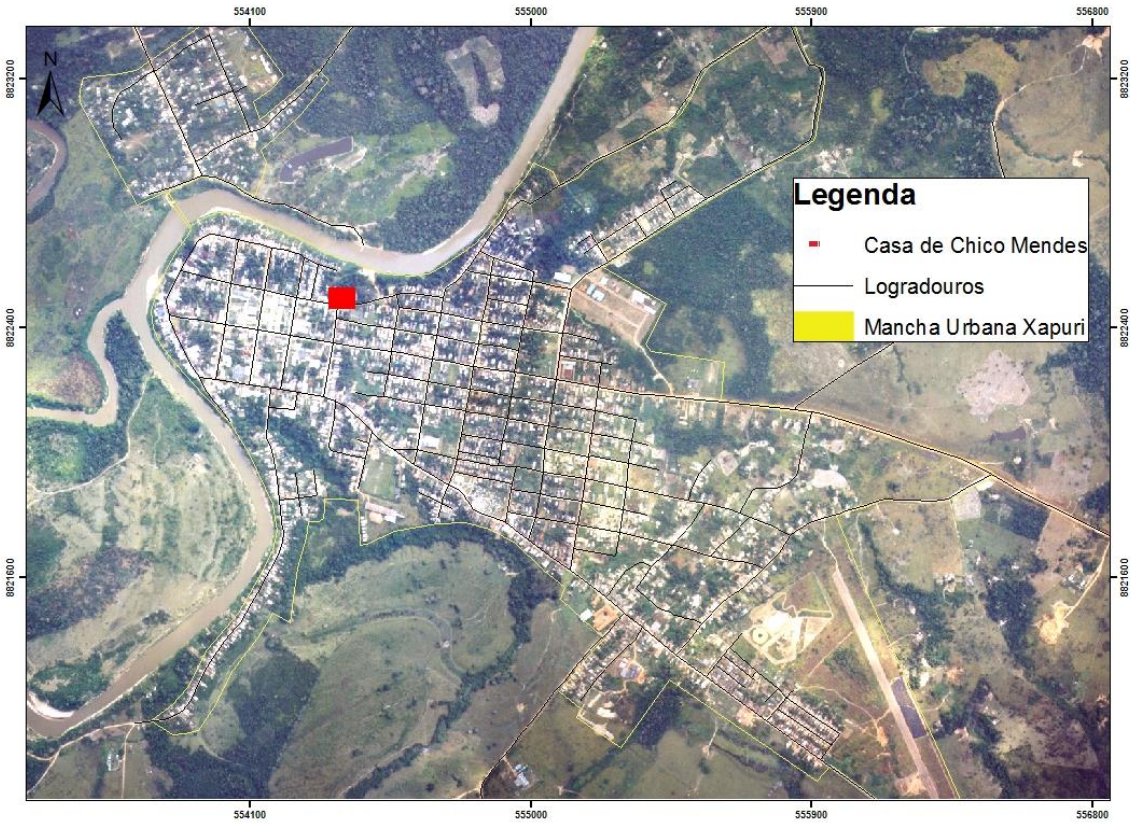


Fotografia 1. Inauguração da Usina Castanha, Xapuri [1933].
Fonte: Acervo DPHC.



Fotografia 2. Vista panorâmica do casario localizado na Rua do Comércio, Xapuri [s/d].
Fonte. Acervo DPHC.

Atualmente entende-se por "centro histórico" uma rua de quase 2 km de extensão, conhecida como *Rua do Comércio,* onde se encontram edifícios de até dois pavimentos, que eram as antigas casas de comércios que repassavam as mercadorias provenientes de Manaus, Belém, Rio de Janeiro e exterior aos moradores da região. O centro histórico é o lugar onde outrora se conformou a cidade, pois abrigava os comércios e o porto de acesso à Xapuri funcionando como um núcleo. Naquela época o rio era o único meio de acesso, sendo aonde os barcos chegavam com mercadorias, mantimentos, alimentos, produtos de higiene, entre outros, necessários à vida cotidiana dos habitantes do lugar. No auge de produção da borracha aconteciam bailes e festas promovidas pelos patrões da borracha. Esta teria sido a razão pela qual Xapuri ficou conhecida como *A Princesinha do Acre* (COSTA, 2010).



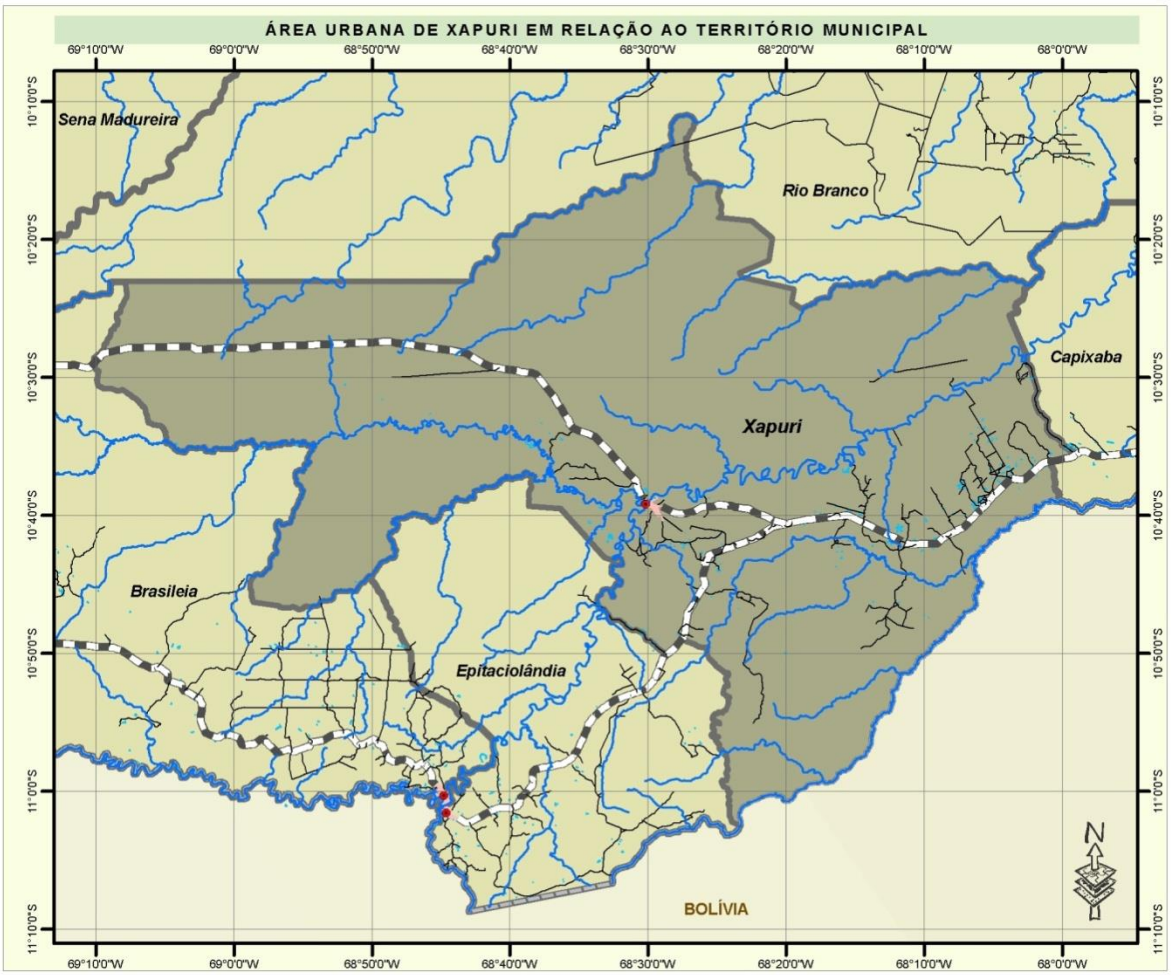
Mapa 3. Localização da Casa de Chico Mendes no perímetro urbano de Xapuri. Escala: 1:250.000. **Elaboração:** Stélia Castro, 2012. **Fonte de dados cartográficos:** Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba - Condiac.

O Mapa 03 apresenta o perímetro urbano de Xapuri, observa-se o rio Acre cortando a cidade e o rio Xapuri desaguando pouco antes da curva, onde localizam-se o Bairro Sibéria, localizado isoladamente na margem esquerda do rio Acre. E em frente ao Bairro Sibéria localiza-se a Rua do Comércio, o "centro histórico". É justamente nesse ponto, onde o rio faz a curva, que há travessias de catraias levando moradores de um bairro ao outro e da cidade à zona rural.



Fotografia 3. Catraia – barco que faz a travessia cotidiana do rio Acre que corta o centro da cidade. Xapuri [2013]. **Foto.** Stélia Castro

A área central é, ainda hoje, o lugar de comércio, restaurantes e serviços, nela também é possível encontrar edifícios do final do século XIX e início do século XX, época do apogeu da produção da borracha, preservados, seja pelo acaso do esquecimento, da distração, ou efetivamente pela estagnação econômica local que impede reformas no espaço urbano ou nos imóveis antigos o que teria levado à sua substituição e modernização.



Mapa 4. Município de Xapuri na cor cinza, de rosa verifica-se o perímetro urbano.
Fonte: SICG-Xapuri, Iphan, 2012.

Como se pode perceber no Mapa 04 o atual perímetro urbano é muito pequeno em relação a extensão do território do município. No entorno do perímetro urbano de Xapuri encontram-se grandes áreas de terras indeferidas (situação irregular) com população rural/florestal residente; população ribeirinha - caracterizada pela residência às margens dos rios onde são construídas casas de madeira, realizados plantios e a criação de animais de pequeno porte, tais populações têm uma relação direta e cotidiana com o rio. Existem também neste entorno grande quantidade de terras protegidas legalmente como parte da Reserva Extrativista Chico Mendes, com aproximadamente 903.203 hectares onde vivem 1800

famílias[18]. A paisagem do entorno do perímetro urbano é constituída basicamente por pastos, gados, florestas, pequenas lavouras e casas em madeira.

Tabela 1. População rural e urbana de Xapuri. 2010.

Ano	População rural	População Urbana
1980	11.570	3.122
1996	6.556	6.160
2010	5.760,578	10.330,578

Elaboração: Stélia Castro. **Fonte:** IBGE, 2010.

Apesar da cidade abrigar maior número de habitantes, a população rural é bastante significativa, em porcentagens, aproximadamente 36% da população do município reside em zona rural (IBGE, 2010). No Brasil apenas 16% da população vive nas zonas rurais. Da década de 1980 a 1996, segundo o IBGE, a população de Xapuri passou de rural para urbana, devido, também, o caráter da própria dinâmica econômica local, que se ateve nos investimentos rurais/florestais, diferente dos investimentos econômicos da região sudeste do Brasil, naquele período, por exemplo.

A partir destes dados é possível entender um pouco desta sensação de o *tempo* na cidade (dentro do perímetro urbano) possuir uma dimensão bucólica, comuns às zonas rurais. No município de Xapuri, especialmente, o aspecto rural é também florestal, pois sua ruralidade abarca as crenças e culturas da vida na mata, essa característica espacial que abarca Unidades de Conservação também proporciona outras perspectivas e técnicas desenvolvimentistas ao meio xapuriense que exemplificaremos a seguir.

O distanciamento dos grandes centros urbanos, como metrópoles regionais é outra causa deste *tempo/espaço* de Xapuri, visto que o modelo de desenvolvimento econômico/político materializa-se nas cidades "desenvolvidas", também, através da sensação de "aceleração" do *tempo* – construção de avenidas e aumento do uso de veículos automotivos

[18] Dados referente à todo o território da Resex que perpassa seis municípios acreanos. In: ACRE. Governo do Estado do Acre. **ZEE-Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II**. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre. Rio Branco: SEMA, Acre, 2010, p. 205. Porém esse número pode chegar a aproximadamente 2040 famílias segundo informações do ICMBio/AC.

e fluxos de informações ininterruptas. O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil e, consequentemente, pelas cidades brasileiras tem suas bases na modernidade, no discurso pelo moderno, ou seja, àquele definido por Raymond Williams (2007) de natureza econômica e que tem por escala a consideração de um aspecto evolutivo da sociedade. Nesse sentido, o discurso e a prática pelo moderno vislumbra aspectos do "desenvolvimento da técnica" que influenciam na relação entre espaço e tempo, sobre tais aspectos expõe Ana Fani Carlos:

> O desenvolvimento da técnica vem implicando em profundas transformações no processo produtivo, as mudanças nos meios de comunicação ligando os espaços em redes de fluxos cada vez mais densas, ultrapassando fronteiras coloca, antes de mais nada uma necessidade de repensarmos a natureza do espaço num momento em que uma relação espaço-tempo se transforma de modo incontestável. Na realidade o que Harvey chama de compressão espaço tempo não faz mais do que apontar uma tendência de eliminação do tempo e não do espaço. O que se busca é a diminuição do tempo do percurso e não do espaço do percurso que continua sendo um dado inquestionável, os fluxos sejam eles materiais ou imateriais deslocam-se num espaço concreto a ser percorrido. O que efetivamente ocorre é que o desenvolvimento das comunicações tornou o espaço contínuo o que permite abolir o tempo (CARLOS, 2007:21).

Nesse contexto urbano moderno apontado pela autora a sensação do tempo é que este parece acelerar-se gerando a necessidade de repensar a identidade do lugar visto que este passa a ser "dependente e construído no plano do mundial", desse modo, acrescenta a autora "a situação muda na trama relativa das relações que ele (o lugar) estabelece com os outros lugares no processo em curso de globalização que altera a situação dos lugares porque relativiza o sentido da localização" (CARLOS, 2007:21). No entanto, esse processo de desenvolvimento da técnica como parte da permanente construção e redefinição urbana, em Xapuri, tem surgido em moldes mais lentos e por vias que ainda não se concretizaram fortemente no espaço/tempo *urbano* na mesma intensidade que nas metrópoles regionais, por exemplo. Não que Xapuri esteja conectada ao caráter do desenvolvimento moderno, mas o contrário, o que ocorre é que este "desenvolvimento da técnica" tem se dado de maneira mais expressiva por outras vias, como por exemplo, no uso mercantilístico e moderno dos recursos florestais: o arrendamento de áreas florestais de Unidades de Conservação por parte de grupos internacionais para garantir o direito de poluir, ou melhor, de liberar gases poluentes na atmosfera - ação moderna conhecida como Crédito de Carbono. De tal modo, o "desenvolvimento" está no desenvolvimento da técnica de articulação e contratos modernos em que a floresta torna-se capital. Assim, o município de Xapuri se adequa a demanda

dependente no plano do mundial do modelo desenvolvimentista da técnica moderna, já o contexto urbano vai se readequando mais lentamente, mas ininterruptamente.

CAPÍTULO II

CASA DE CHICO MENDES: FORMAS DE CONSAGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO

2.1. O patrimônio comunitário: objeto de reivindicação social

"Aqui mataram Chico Mendes a luta continua"

Frase escrita em placa existente nos fundos da Casa, Xapuri, 1990.

A Casa onde Chico Mendes viveu com a família e também local do seu assassinato, desde o final de 1988 até 2008, foi um exemplar de patrimônio consagrado somente pelo grupo (familiares e sindicalistas) mais diretamente ligado ao vulto em causa, de maneira que zelaram por testemunhos materiais que estão, inquestionavelmente, ligados à vida e morte de Francisco Mendes. Em 1999, 11 anos depois do assassinato, ocorreu a primeira intervenção do Estado na Casa, através da Secretaria de Obras do Estado do Acre, que executa uma restauração, da qual participaram a família e pessoas da comunidade. Neste fato é importante destacar que por solicitação da família e comunidade foi mantida a mancha de sangue existente na parede da cozinha e que testemunha o assassinato de Chico Mendes. Em seguida a recém criada Fundação de Cultura Elias Mansour – FEM, do governo estadual, ajuda a família na criação de um espaço museográfico na casa, a partir da recomposição do mobiliário, da aquisição de réplicas de materiais da cozinha, além da organização de um outro espaço de exposição da Fundação Chico Mendes, em Xapuri (hoje Centro de Memória Chico Mendes) onde estão expostos os prêmios e objetos pessoais de Chico Mendes[19]. A FEM ajuda nesse processo de recomposição do espaço cenográfico da Casa como era na época da morte de Chico Mendes, pois, como confirmou sua viúva Ilzamar Mendes, a família não estava conseguindo conservar os objetos da Casa, nem mesmo a Casa em si, o que fez com que a

[19] Essas informações foram retiradas de entrevistas com Ilzamar Mendes, com o representante do DPHC da FEM e do Arquivo FEM, Processo de Desapropriação do Entorno da Casa que será abordado adiante.

família fechasse o imóvel levando alguns objetos para sua moradia em Rio Branco e doando outros.

Assim, em 1988 a *Casa de Chico Mendes* com todos os móveis, roupas e livros do líder sindicalista passam a ser preservados sob a responsabilidade de sua família que, ainda motivados pela revolta causada pelo assassinato e pela procura de justiça por sua morte, se unem para conservar o espaço, pensando em preservar a memória das lutas sindicais travadas na região sudeste do Estado do Acre, como também marcar a importância que teve a liderança de Chico Mendes e seus ideais.

A revolta quer deixar sua marca, esta é a perspectiva que vem à tona ao notar o processo de preservação da Casa como um patrimônio comunitário, pois parte das pessoas que partilharam aquela história e aquela luta partilhavam uma realidade e alguns interesses em comum, sendo assim a primeira manifestação de preservação da Casa foi comunitária, e partia de uma revolta que se estabelecia no grito de justiça pela morte de Chico Mendes. Ainda, referencia-se, por "comunitário" a ação de constituição de um patrimônio sem a participação de órgãos de preservação estaduais ou federais.

Em entrevistas, jornais, relatos sobre a época e pesquisas[20] verifica-se o sentimento de *revolta* por várias mortes injustas, especificamente, a do líder sindical. De tal modo, é na euforia do seu velório que são criados a Fundação Chico Mendes e o Comitê Chico Mendes[21], essas duas entidades são protagonistas nesse processo de preservação da memória, assim a preservação comunitária primeiramente se traduz nos parceiros de luta e nos familiares. A responsabilidade pelos objetos e pela manutenção do espaço sempre foi da família, assim conta Ilzamar Mendes, sua viúva:

> Então essa ideia de preservar tudo dele foi da família. Aquelas pessoas que eu digo que não eram família de sangue, mas que eram amigos e companheiros dele muito próximo (Ilzamar Mendes, Informação oral, 2013)[22].

[20] Em jornais da época. In: Dossiê Chico Mendes. Org. Maha Kouzi Manasfi e Manasfi. Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Biênio 2000-2002; Caderno Povos da Floresta 2. FEM. Dez. De 2008; Entrevista com Ilzamar Mendes (2013); RODRIGUES, Gomercindo. Caminhando na Floresta. EDUFAC, 2009; Walter Porto Gonçalves (2009) e a própria narrativa da Casa.

[21] Um conselho de amigos, simpatizantes e pessoas do movimento sindical que se organizaram juridicamente para pedir justiça no caso da morte de Chico Mendes.

[22] Entrevista concedida em julho de 2013. Entrevista completa nos "Anexos".

Segundo o jornal *A Gazeta*, datado de 28 de dezembro de 1988 (seis dias após o assassinato), os seringueiros, reunidos na assembleia anual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri, votaram e aprovaram a criação da Fundação Chico Mendes, proposta pela antropóloga Mary Alegretti que na época era presidente do Instituto de Estudos da Amazônia. O jornal ainda coloca que segundo Alegretti "o objetivo da fundação é manter viva a chama da luta de Chico Mendes"[23]. Assim, a entidade tem por objetivo apoiar a formação e orientação de novas lideranças sindicais em defesa da preservação florestal na Amazônia Legal. A casa é instituída simbolicamente como sede da fundação (ver fotografia 1), pois, segundo Ilzamar Mendes era apenas um lugar para "visitação":

> Na época como não tinha outro espaço e lá ficou (a placa) "Fundação Chico Mendes" e depois que se criou um espaço pra Fundação lá passou a ser a "Casa Chico Mendes" e tá lá até hoje com essa placa. Aquele espaço era mais mesmo pra visitação, porque como a Casa era pequena não tinha espaço para reunião, quando a gente queria fazer uma assembleia grande a gente ia pro salão paroquial que é o da igreja (informação oral, Ilzamar Mendes, 2013).

O momento de "construção" deste patrimônio somente foi possível devido a mobilização de pessoas do movimento sindical, familiares, simpatizantes e ambientalistas. Em 1992, a partir de doações, a Fundação Chico Mendes adquire um terreno em frente à Casa e constrói um espaço denominado "Centro de Memória Chico Mendes" onde estão expostos objetos pessoais, manuscritos, fotografias e prêmios (acervo). Este espaço torna-se sede da Fundação em Xapuri, na sala de recepção encontra-se a exposição do acervo Chico Mendes, ao fundo tem um pequeno auditório e uma sala de informática utilizada em eventos. No local, atualmente, também são vendidos *souvernirs* com o rosto de Chico estampado, há uma sala de reuniões e outra de informática. Hoje a gestão do espaço é compartilhada tanto pela ONG Fundação Chico Mendes quanto pelo Governo do Estado do Acre, através de um termo de cooperação técnica firmado em 2011, segundo a gestora[24] do espaço.

A Casa de Chico Mendes na preservação simbólica e institucional que hoje representa pode ser apreendida enquanto uma narrativa. Entendemos que a narrativa aqui indicada como

[23] Jornal A Gazeta do dia 28 de dezembro de 1989. In: Dossiê Chico Mendes. Org. Maha Kouzi Manasfi e Manasfi. Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Biênio 2000-2002. Sem página.

[24] A gestora dos espaços de memória Casa de Chico Mendes e Centro de Memória Chico Mendes não permitiu reprodução e gravação das entrevistas concedidas à pesquisadora em junho e agosto.

uma construção intencional - dos diferentes atores e agentes deste processo de preservação será fundamental para confrontarmos os sentidos e valores privilegiados na constituição desse "museu de caráter comunitário" com o processo de consagração da Casa como "Patrimônio Nacional". Este exercício nos ajudará a vislumbrar as convergências e as divergências no processo de atribuição de valor em elevação da Casa a escalas que extrapolam o local e regional e o processo de gestão desse bem com os valores primeiramente investidos ali pelos "detentores" dessa memória. Essa análise é ainda fundamental no sentido de contribuir para se pensar a *preservação* da Casa enquanto patrimônio nacional em sintonia com os valores que o bem representa para sua comunidade.



Fotografia 4. Casa de Chico Mendes quando museu [entre 1988 e 1992]. **Fonte:** Acervo fotográfico da FEM.

> *Logo após a morte do Chico **fizemos** várias reuniões e já discutíamos e avaliamos a importância daquele espaço. É tanto que quando eu morava na Casa e após a morte dele eu não voltei mais pra morar na Casa, exatamente pra preservar, pra manter as coisas dele como cama, fogão, mesa, até o próprio dominó, roupas... Todos os objetos pessoais dele, então eu não mexi mais. Impressionante... Só não pensava naquele momento em tombar a Casa, mas da importância que era de preservar pra que as pessoas pudessem visitar, porque naquele momento já se imaginava e já via isso, que o mundo,*

> *não só o Brasil, mas que o mundo já se interessava, já repercutia a luta do Chico* (Ilzamar Mendes, informação oral, 2013. Ênfase minha).

Na fotografia 04 observa-se a placa "Fundação Chico Mendes", esta fica na Casa até a Fundação adquirir outro espaço (atual Centro de Memória Chico Mendes), sendo assim esta imagem é de um tempo entre dezembro de 1988 até final de 1992. Temos aí a imagem da Casa já preservada pela comunidade e ainda sem as intervenções de conservação pelo Governo do Estado. Verifica-se que a Casa era emoldurada por grandes árvores, aspecto que se perde após diversas intervenções realizadas, no caso da grande árvore frontal, foi uma ação da prefeitura que apresentaremos mais adiante.

À preservação da casa a família acrescentou a ideia de visitas guiadas como forma de apresentar a casa e os fatos ao visitante (desde 2011 existem os guias remunerados pelo Governo do Acre). Enquanto a família exerceu diretamente este papel de guia sempre destacou a cena do crime ao visitante. Assim, nunca se começa o roteiro de visita pela porta do fundo, onde Chico Mendes foi alvejado, a visita começa pela porta de entrada para a sala. Algumas placas penduradas dão as informações sobre os últimos momentos de Chico Mendes, porém, elas não são numeradas e se o visitante não conhecer o fato ocorrido ali – o assassinato - fica difícil entender a sequência somente através da leitura das placas.

Na Casa estão presentes elementos que representam a biografia de um homem. Não a memória de um seringueiro (pois na Casa não há ferramentas deste ofício), nem um homem de muitas posses, mas uma *liderança sindical*; este é o homem que a Casa nos apresenta e, sobretudo, um homem simples, de poucas posses e, com certeza, um ativista político. Quando o seringueiro Chico Mendes se mudou do seringal para a cidade foi, sobretudo, para dedicar-se ao trabalho no Sindicato.

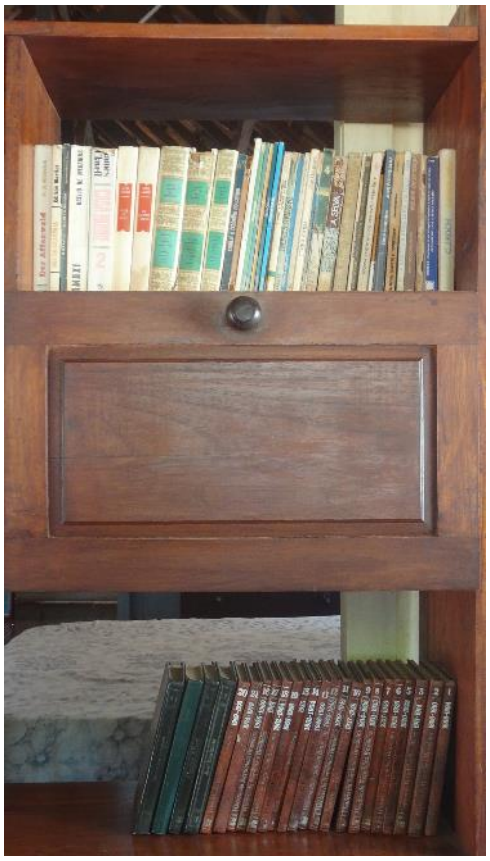
A primeira coisa que se vê de fora da Casa é a simplicidade em que vivia este homem, visto que é impossível não indagar como um homem que era reconhecido internacionalmente quando estava vivo, morava numa Casa pequena como aquela somente com objetos simples e comuns de usos necessários no dia-a-dia.

Na sala pequena, com sofás da década de 1970, existe uma estante de madeira que abriga os livros e a pequena televisão de tubo redondo. Aproximadamente 60 livros ficaram para nos contar um pouco quem era Chico Mendes (ver fotografia 06). Entre livros que contam a história do Brasil desde a escravidão, passando por temas políticos da república e ditaduras, encontram-se também o título *Anteprojeto de Constituição: participe e decida*

(1988) e - adentrando em temas mais regionais e próximos à luta seringueira - tem-se *O sertanejo, o brabo e o posseiro; Tortura; Amazônia - a última fronteira; Capitalismo de produção e agricultura; A geografia das lutas no campo; Política do prazer ou: todos podem nos tirar a vida, poucos nos tiram a morte; Nós, do Araguaia;* entre outros livros de grandes pensadores como Arthur Shopenhauer e Jean-Jacques-Rousseau, além de livros de poesia de autores locais como *Jamaxí: A poesia do Acre em tempos (hoje, ontem e ante-ontem)* de Océlio Medeiros, jurista e poeta da região, entre outros livros de romances da literatura brasileira.



Fotografia 5. Sala da Casa de Chico Mendes [2013]. **Foto de:** Stélia Castro.



Fotografia 6. Livros, localizados na sala [2013].
Fotos de: Stélia Castro.

Seguindo o roteiro da visita guiada depois de atravessar a sala chega-se a um quarto decorado com uma cama de casal, um pequeno guarda-roupa[25] e a *máquina de escrever* sobre a penteadeira (ver fotografia 07 e 08). O objeto máquina de escrever nos remete a memória do ativista política, sendo a representação da ação, de pensar e, sobretudo, instrumento de diálogo e de difusão de ideias. De tal maneira, observa-se que ao preservar a máquina e deixa-la exposta como objeto integrante do museu reverencia-se, sem dúvida, a dimensão política de Francisco Mendes, pois, foi este aspecto que se juntou à luta seringueira, causando sua morte. Os diálogos travados por Chico Mendes foram importantes para seu reconhecimento póstumo, mas também para o reconhecimento e apoio do seu trabalho quando ainda estava vivo, como o contato com Ailton Krenak, coordenador da União das Nações Indígenas e fundador da Aliança dos Povos da Floresta; com a antropóloga Mary Alegretti (que ajudou na formulação

[25] O guarda-roupa sofreu algumas mutilações na última enchente (fevereiro de 2012) e está até o momento esperando para ser restaurado.

da ideia de Reservas Extrativistas) e o sindicalista Lula[26], estes, além de apoiarem, contribuíram para um novo olhar sobre a luta campesina que, no mesmo período, se dava no sul do Brasil (SILVA, 2008b).



Fotografia 7. Quarto com cama de casal [2013].
Foto de: Stélia Castro.

[26] Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido popularmente por Lula, na década de 1980 era sindicalista atuante no movimento sindical do Estado de São Paulo. Entre de 2003 a 2011 Lula foi presidente do Brasil.



Fotografia 8. Máquina de escrever sobre a penteadeira [2013].

Foto de: Stélia Castro.

O outro quarto é das crianças/filhos (uma de dois e outra de quatro anos em 1988) e é mobiliado também com uma cama de casal e um pequeno móvel de madeira.

Ao sair do segundo quarto à direita está a cozinha, com mesas, cadeiras, fogão e filtro de barro. O jogo de dominó aberto na mesa "relata" os últimos momentos de Francisco Mendes que jogava dominó junto com os dois guardas que faziam sua proteção. E por fim, próximo a porta dos fundos, na parede ao lado da janela as *manchas de sangue* que confirmam o crime de Chico Mendes e sua morte (ver fotografia 09).



Fotografia 9. Parede no canto esquerdo (parte de cima) - local da mancha de sangue [2013].

Foto de: Stélia Castro.



Fotografia 10. Porta dos fundos – ângulo de mira do assassino [2013].
Foto de: Stélia Castro

Sobre a preservação das manchas de sangue e a narrativa da morte guardados na Casa nos fala Ilzamar[27]:

> **O sangue de Chico Mendes na parede, como foi o processo disso ter ficado lá?**
> Aquilo dali é demonstrando a verdade, o que aconteceu lá.
> **Então vocês deixaram propositalmente?**
> Deixamos propositalmente. A única coisa que eu acho que deveria ainda estar do mesmo jeito que ficou no dia, mas infelizmente no dia seguinte que eu cheguei na Casa já tinham colocado a toalha dentro de uma água. Porque aquela toalha do Chico que tá lá (no acervo) toda furada de piada de chumbo

[27] Em **negrito** perguntas que eu faço.

> ficou vermelha de sangue. Na minha opinião aquela toalha deveria colocar um produto, alguma coisa que ela ainda permanecesse com o próprio sangue dele. Só que … só pra você ter uma ideia – no dia seguinte que eu procurei a toalha ela já se encontrava de molho, aí já peguei a toalha tirei e já guardei (Ilzamar Mendes, informação oral, em negrito perguntas minhas, 2013).

Quando questionada sobre o porquê de querer deixar o sangue e aquela "cena" do assassinato Ilzamar nos conta que o próprio Chico sabia que ia morrer e que o mundo estava de olho na luta dele, de maneira que, logo após sua morte gente do mundo todo chegava à Xapuri.

Ao longo da conversa com Ilzamar, verificou-se também em outras fontes[28] que o trauma de presenciar o assassinato parece ter marcado Ilzamar e os filhos. Pois o sangue de Chico Mendes espalhou-se pelo chão da cozinha, na porta do quarto das crianças (onde caiu), na toalha que estava quando saía para tomar banho. Ilzamar queria ter deixado até a toalha encharcada de sangue preservada e conservada no tempo com o vermelho do sangue para que todos pudessem ver também. Por que não bastava deixar a mancha de sangue na parede como de fato ficou? O sangue era é a prova do crime que se queria "deixar vivo" na memória.

Em seus moldes a Casa é materialização de uma memória que traz uma espécie de "ressonância" lutuosa (GONÇALVES, 2005), não somente pelo sangue ainda exposto na parede, pela narrativa do guia, ou por que esse assassinato seja amplamente aceito como injusto pela sociedade, mas porque, como nos apresenta Walter Benjamin (1987:208) em uma narrativa "a morte é a sanção de tudo que o narrador pode contar", ou seja, a ressonância lutuosa que a Casa nos causa fica ecoando na mente e nas sensações[29], assim, mais do que o Chico sindicalista, ou o homem simples e de família, a morte dentro da Casa aproxima-se da vida e do cotidiano do visitante, por que a morte lembra a vida, lembra viver e morrer, lembra o tempo humano (BENJAMIN, 1987). E é isso que Ilzamar parece ter querido deixar: Ali viveu e morreu Chico Mendes na hora do jantar e com seus filhos presentes. Na Casa a morte está próxima do cotidiano, ainda que traiçoeira e calculista, por vir de um assassino na penumbra da tocaia.

Quando questionada sobre a participação de "outros grupos" no processo de constituição da Casa como museu, Ilzamar expõe claramente que não quer falar sobre isso,

[28] Caderno Povos da Floresta 2. Comitê Chico Mendes: Rio Branco, Dezembro de 2008.

[29] Observar entrevista com os guias em Anexos, em que eles falam sobre a reação dos visitantes na Casa.

pois teve que ser “muito dura” para manter a memória de Chico Mendes nos moldes em que está hoje e se justifica:

> Não é que eu queira dizer que aquilo é meu, é do Sandino, é da Elenira não, eu tenho consciência que aquilo é do Acre, do Brasil e é do mundo. Só que só pra você ter uma ideia tem época que lá em Xapuri precisa fazer fila pra que as pessoas possam visitar a Casa e o acervo. É uma história que na minha avalição nunca morreu, nunca apagou e nunca saiu da memória das pessoas, é por que eu acho que a causa que o Chico defendia que era o meio ambiente, era preservar a floresta, era defender os menos favorecidos, a vida das pessoas, a ecologia, essas coisas... eu acho que é uma coisa que se sabe que nunca vai sair de discussão, e quando se fala em preservação da Amazônia em menos desfavorecidos, nos pobres... A imagem e a luta do Chico vai estar sempre presente. É por isso que eu sempre pensei em preservar aquilo dali. Eu tenho certeza que a história do Chico, aquela Casa e o acervo vai servir pra várias e várias gerações (Ilzamar Mendes, Informação oral, 2013)

Observamos que Ilzamar mantém a ideia de que um patrimônio é de todos, sua fala é confirmada na própria permissão da constituição do Centro de Memória Chico Mendes (acervo) além da própria família mobilizar o museu e manter, através da Fundação Chico Mendes, os espaços de memória (a Casa e o Centro de Memória), no entanto, com isso, a família encerra a memória do líder sindical sob a sua égide e, inevitavelmente, afasta outros grupos sociais que poderiam enriquecer essa memória, de tal modo o “homem Chico Mendes” se sobressai em detrimento à toda uma coletividade envolvida na luta pela qual Chico ficou conhecido mundialmente.

Quando Ilzamar assume a importância da preservação da memória de Chico Mendes como sendo “é por que eu acho que a causa que o Chico defendia que era o meio ambiente, era preservar a floresta, (…) a imagem e a luta do Chico vai estar sempre presente” entendemos que sua fala é uma justificativa sobre a importância de se manter aquele espaço, no entanto salientamos que não somente por Chico Mendes encerra a memória da luta socioambiental, foi todo um grupo que se reunia, muitos seringueiros e lideranças indígenas, já vinham se mobilizando desde o final de 1960 e décadas de 1970 e 1980. Não somente a luta de Chico Mendes, marcou a história da Amazônia e da preservação ambiental, mas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e outras lideranças ainda vivas também contam essa história e ainda atuam politicamente na região. Isso Ilzamar sabe, como veremos na placa em memória à Chico (fotografia 11 e 12), colocada no quintal dos fundos da Casa, no gramado, entre a porta do fundo e a edícula que abriga o banheiro, no lugar em que ele

supostamente teria sido baleado e que diz “aqui mataram chico mendes, a luta continua. Xapuri 19/12/1990”.



Fotografia 11. Placa em memória a Chico Mendes [2013].
Foto de: Stélia Castro.



Fotografia 12. Placa – outro ângulo [2013].
Foto de: Stélia Castro.

Sobre a placa, Ilzamar Mendes (2013) faz o seguinte comentário:

> Olha aquela placa foi feita já muito tempo depois da morte do Chico (2 anos após o assassinato). Eu sei que foi assim... A gente fez uma reunião no sindicato (STR)... aí depois foi todo mundo em procissão visitar a Casa e alguém foi lá na frente (fundos da Casa) e escreveu a dedo e não foi só uma pessoa, foram várias pessoas eu tenho certeza, só que uma pessoa só escreveu.

> **Era reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri?**
> Isso, era uma reunião do próprio Sindicato. (Ilzamar Mendes, informação oral, em negrito perguntas minhas, 2013).

A Casa é a memória do assassinato que querem lembrar como uma forma de pedir justiça, de evitar outros assassinatos, de conquistar os direitos de posse e trabalho na floresta, pois: se Chico Mendes tivesse morrido em outro lugar, numa esquina da praça central, por exemplo, certamente este lugar seria marcado com uma placa, talvez esta mesma placa estaria lá, na possível esquina, e não na Casa. E a Casa resguardaria a imagem do líder sindical, sem evocar à morte tão diretamente, sem apresentar seu aspecto lutuoso que ecoa na porta da cozinha (fotografia 09).

Walter Benjamin (1987:212) expõe "Como disse Pascal, ninguém morre tão pobre que não deixe alguma coisa atrás de si. Em todo caso, ele deixa reminiscência, embora nem sempre elas encontrem herdeiros". No caso de Chico Mendes suas reminiscências encontraram herdeiros, e esta placa nos fundos de sua Casa representa isso, e hoje, a própria Casa como "Casa Histórica" representa isso. A placa é a "testemunha" de que muitos apoiaram as ações do ativista quando vivo, mas também revela que suas ações como ativista desagradavam outros grupos e a própria morte mostra isso. Mas, também revela uma importante informação, outro grupo participa e apoia a preservação da Casa, os seringueiros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

Devem ter havido muitos homens cuja vida merece destaque e a memória deveria ser ressaltada. Lucio Costa afirmara isso quando se referia à Graciliano Ramos (PESSÔA, 2004) sugerindo que tais reminiscências sejam conservadas pelo grupo social mais diretamente ligado ao vulto, de maneira que os feitos desses homens em vida trouxeram herdeiros às suas reminiscências. E, no que diz respeito a Chico Mendes, a Casa não somente apresenta sobre seus feitos em vida, mas também, a maneira como se deu sua morte. Apresentando ao visitante a face violenta da luta pela reforma agrária no Brasil

Indubitavelmente, este conjunto cultural (a Casa, seus objetos, a placa, a narrativa da morte) faz remissão à uma memória. E esta, por sua vez, a um patrimônio social.

Dessa maneira, ao considerarmos os aspectos patrimoniais da Casa de Chico Mendes, ou seja, àqueles que a distinguem como patrimônio, podemos classificá-la como fazendo parte da *cultura material*, visto que é fruto das relações intersubjetivas das pessoas entre si e das pessoas com o mundo de maneira a fazer remissão à alguém, à um grupo social ou à um lugar, pois é algo criado, elaborado, construído e utilizado. A cultura material,

segundo Gonçalves (2007a), é composta por objetos culturais que podem se tornar peças de museus, referências culturais etc. A partir dessas ideias podemos dizer que a Casa de Chico Mendes dialoga com o passado quando "reproduz" a cena do assassinato, lembrando um tempo de lutas sociais entre seringueiros e paulistas[30], entre seringueiros e Estado. Dialoga também com o tempo presente, visto que nos apresenta a identidade cultural seringueira, pois é "fragmento" histórico da trajetória social de um grupo ainda vivo. Esta capacidade de diálogo entre o passado e o presente é uma das características do patrimônio cultural (GONÇALVES, 2005).

O aspecto da ressonância (lutuosa) também é outra característica do patrimônio (GONÇALVES, 2005). E deste aspecto lutuoso marcado pela "presença" do sangue, e, por sua vez, relembrando a "cena" de um assassinato traz ao expectador pensamentos acerca da morte e da dor, no entanto, não àqueles sentimentos comuns em representações artísticas sobre a dor e a perda, a exemplo, o sofrimento de *Pietá* e as tragédias gregas (SELLIGMAN-SILVA, 2005) que exige sensibilidade poética e intelectual para sentir toda sua dor e tragédia. Na Casa de Chico Mendes a morte apresenta-se como crime injusto e traiçoeiro, traçando uma perspectiva de violência contra grupos que reivindicam direitos sociais, algo mais próximo, por exemplo, do que o historiador Stephen Greenblatt (1991) expôs quando relatou a experiência de entrar no Museu Estatal Judaico de Praga, em que afirmou ter sentido, ao ver os desenhos de crianças que morreram nos campos de concentração do holocausto:

> discriminações estéticas soam estranhas e totalmente fora de lugar. E parece inteiramente absurdo, até mesmo indecente, preocupar-se com o relativo mérito artístico dos desenhos que sobreviveram de crianças que não sobreviveram (GREENBLATT, 1991: 253).

Dessa maneira, podemos "ler" a Casa enquanto *museu* como um aspecto cultural dos seringueiros, do movimento sindicalista, como referência às reservas extrativistas e por fim, um tributo da família. Um patrimônio constituído pela própria comunidade; que "transpira" política e movimento social, marcando no invisível da memória uma trajetória de suor e sangue, porque a placa - objeto cultural que faz parte desse conjunto cultural que é o museu – finalmente, após toda a narrativa sobre Chico "fala" algo: "Aqui mataram Chico Mendes – A luta continua" apresenta-nos a voz da comunidade e uma luta que faz muitas vítimas, que nunca são justiçadas. Sobre este aspecto salienta Elenira Mendes:

[30] Nome dado pelos seringueiros referindo-se aos fazendeiros /pecuaristas provenientes do sudeste brasileiro.

> A ideia de preservar aquilo ali sempre foi das ideias dos amigos e da família, até mesmo como uma forma de pressionar as pessoas pra fazer justiça a morte dele. Uma forma de pressão para que houvesse justiça, para que os assassinos do Wilson Pinheiro, Evair Junior não ficassem impune e que meu pai não fosse apenas mais um a ser assassinado. Mas que a morte dele, o sangue que ele havia derramado servisse pra alguma coisa. Servisse para fechar aquele ciclo de assassinato das pessoas. Entendeu? Então era uma forma de pressão mesmo (Elenira Mendes, informação oral, 2013).

De tal maneira, para o Movimento aquele é um patrimônio que remete à luta dos trabalhadores rurais brasileiros. Deste modo foi se delineando a Casa como patrimônio cultural. Como afirma José Reginaldo Gonçalves (2002:23) os patrimônios constituem "extensões morais de seus proprietários e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduo". Por isso as perguntas que ficam quando terminada a narrativa da Casa são: Quem o matou? Os assassinos foram presos? E os seringueiros conseguiram seu espaço? Onde e como eles vivem? O sangue derramado aqui valeu à pena? Sendo esta Casa patrimônio nacional que se refere à uma memória e à uma identidade, perguntamos: como vivem hoje os "detentores" dessa identidade? Conquistaram seus direitos?

Por isso, um bom monitor/guia de museu é necessário para apresentação deste espaço de memória.

2.2. A consagração pelo Estado: valores atribuídos e seus contextos teóricos

A história é inventada nas circunstâncias concretas,
atualizando o tempo através do invisível da memória.
Carlos Walter Porto Gonçalves, 2003.

2.2.1. O Tombamento Estadual

Em 05 de setembro de 2006, Dia Internacional da Amazônia, na cidade de Rio Branco, capital do Acre, o Governo do Estado *decretou* o tombamento da Casa de Chico Mendes em solenidade pública. Assim, nos termos do Decreto nº15.025/2006, no Artigo 1º ficou estabelecido: "Fica tombado para o Patrimônio Histórico e Cultural do Estado, a Casa de Chico Mendes, localizada na R. Dr. Baptista de Moraes, nº492, no centro da cidade de Xapuri, e seu entorno imediato". Em 2009, a partir de Resolução do Conselho de Cultura Estadual, o Processo de Tombamento da Casa (FEM/DPHC/0011157-6/2010) é aberto pela FEM, regularizando assim o tombamento. Neste processo consta o *Parecer estadual favorável do tombamento da Casa*, escrito por Daniel Klein historiador do Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Acre, no qual é exposto:

> E qual o motivo de toda essa narrativa para historiar o possível tombamento de uma casinha de madeira na Rua Batista de Morais em Xapuri? A justificativa desse tombamento jamais virá desses elementos arquitetônicos desse insólito bem imóvel, frágil e simples ao extremo.
> A casa de Chico Mendes não é simplesmente uma residência qualquer que faz parte de um conjunto arquitetônico e que por isso deva ser tombada. Ela representa, por sua vez, toda uma época de conflitos sociais amplos, onde classes, grupo de pessoas e indivíduos lutavam abertamente por causa de interesses antagônicos.
> Resumidamente, como já expomos, esses interesses opunham pecuaristas e seringueiros. Cada uma dessas classes, a seu modo, confrontando-se em ações políticas que envolviam o cotidiano de agentes sociais não só residentes em Xapuri, mas de toda região do vale do Acre, do estado como um todo, alcançando o país e muitas partes do mundo.
> O nível em que localiza-se a casa de Chico Mendes na memória coletiva não pode ser mensurado em poucas linhas, portanto deve ser preservada por ser parte significativa de um passado presente determinante para o

> desenvolvimento da história do Acre (FEM/DPHC/Parecer/0011157-6/2010, fl. 36).

Nas palavras do historiador está claro que o valor consagrado à Casa no tombamento estadual está ligado a uma forte e marcante memória coletiva. O mesmo se pode observar no *Parecer Favorável ao Tombamento* do Iphan (IPHAN/DEPAM[31]/Rio/JA01/007). No entanto, no *parecer estadual* as narrativas sobre a história do movimento das lutas protagonizadas por Chico Mendes aparecem como se fossem parte do passado, de maneira que dá a entender que já não existem mais conflitos no Acre. No entanto, esses conflitos ainda existem, mesmo que em menor escala. O Parecer Estadual ainda agrega a importância do tombamento no que diz respeito à história de Chico Mendes junto à história regional.

Algumas perguntas referentes a este tombamento estadual surgem, como: Por que o tombamento estadual se deu após 12 anos da morte de Chico Mendes? A resposta talvez não se dê de forma clara, mas pode ser um pouco esclarecida quando observa-se a data de criação da Lei Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural do Acre e o entendimento de "patrimônio cultural" exposto pela mesma.

A Lei Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural nº 1.294, de 1999, dá suporte legal ao tombamento estadual, cria o Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC) da Fundação Estadual de Cultura e Comunicação Elias Mansour do Acre (FEM) atribuindo ao órgão a responsabilidade por tombamentos, preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural acriano, também cria o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural, no entanto a escolha dos membros devem ser homologadas pelo Governador do Estado.

Toda a Lei Estadual é redigida nos mesmos moldes das divisões de capítulos e conteúdo do Decreto-Lei 25 de 1937, porém, diferentemente deste último, em seu Artigo 1º a Lei Estadual estabelece os tipos de bens culturais a serem tombados já caracterizando valores que os elegem a categoria de patrimônio estadual, assim:

> Art. 1º Constitui e Integra Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre todo o conjunto de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais existentes no âmbito do seu território, cujo o conteúdo e significado se encontram vinculados à formação da consciência histórica, social e cultural da população acreana.

[31] Departamento de Patrimônio Material do IPHAN. Este departamento do Iphan é responsável por orientar técnicos, realizar ações de preservação, reconhecimento e promoção do patrimônio cultural de natureza material

Em seguida, são caracterizados outros possíveis tipos de patrimônio, como por exemplo, o arqueológico, o linguístico e o cinematográfico, no entanto ressalta-se que estes são considerados patrimônios quando relevantes para a "continuidade da identidade regional acreana" (Art. 2º). Nesse sentido, a Lei Estadual já em seus dois primeiros parágrafos estabelece claramente seu interesse no fortalecimento da identidade regional, dessa maneira o "patrimônio cultural acriano" já nasce a partir de uma narrativa social relacionada especificamente a construção da identidade local. Se a política de patrimonialização estadual se der nesses moldes tem-se aí o que Reginaldo Gonçalves (2002:134) chama de "objetificação das culturas" onde aquilo que outrora fora patrimonializado pode tornar-se uma narrativa social. Recorramos ao que o próprio autor salienta "Considere que o que você toma como uma 'coisa' ou um 'fato' pode muito bem ser percebido como um empreendimento linguístico, como um conjunto de metáforas produzido coletivamente e usado segundo determinados propósitos", as palavras do autor foram críticas atinentes aos discursos produzidos "por intelectuais associados à formulação de políticas oficiais de 'patrimônio cultural', desde a década de 30 até os anos 80 do século XX" (GONÇALVES, 2002:13).

A legislação estadual também cria quatro Livros do tombo salientando que neles serão "documentados bens a que se referem os Artigos 1º e 2º" da Lei. Assim tem-se os Livros de: *Belas Artes e Artes Aplicadas*; *Arqueológico, Paleontológico e dos Monumentos Naturais*; *Livro do Tombo Histórico e o Etnográfico e das Manifestações Artísticas e Culturais Populares*, nota-se que este último Livro do Tombo abarca o patrimônio imaterial. Nos termos da Lei segue abaixo o que pode ser registrado nesse Livro:

> II – O Livro do Tombo Etnográfico e das Manifestações Artísticas e Culturais populares, a ser utilizado para registro dos bens relacionados à cultura material e imaterial das diferentes raças e etnias que habitam o Estado do Acre, das comunidades de seringueiros e de outros segmentos sociais da região que possuam produção cultural específica, também devem registrar as diferentes línguas indígenas remanescentes do Estado e os diferentes dialetos da língua portuguesa que se formaram historicamente na região, bem como registar expressões folclóricas, lendas, danças, festas, manifestações de religiosidade popular, medicina popular e demais atividades artísticas e culturais correlatadas (Acre, Lei 1.294 de 1999, Cap. II, Artigo 6 º).

Em 1999 ainda não havia a política nacional para o Registro dos patrimônios imateriais brasileiros fundamentado e regulamentado atualmente no Decreto 3.551 de

2000[32], desse modo a Lei Estadual surpreende quando traz uma perspectiva diferenciada de tombamento, ou seja, tomba-se bens imateriais, do mesmo modo que também tomba-se casas, prática não condizente com a Legislação Federal apresentada no Decreto-Lei 25/37. Assim, num primeiro momento a Lei Estadual parece tratar o ato de tombamento como um ato de *registro* no Livro do Tombo, pois permite esse ato executivo em sítios arqueológicos e manifestações populares. Como ver-se-á no Artigo 20, do Capítulo III "Os efeitos do tombamento" são próximos aos do DL25/37.

> Os bens móveis e imóveis tombados não poderão em hipótese alguma, ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem deverão, sem a prévia autorização do organismo competente, ser restaurados, consertados, reparados, ampliados, pintados ou modificados, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do bem danificado (Acre, Lei Estadual de Patrimônio, Capítulo III, Art. 20).

No entanto, a presente legislação não versa sobre os "efeitos do tombamento" de manifestações artísticas ou populares. Outra característica que destoa do Decreto-Lei 25/37 encontra-se no Capítulo II, Art. 9, Incisos VIII e IX em que os usos do bem cultural devem ser previamente comunicados ao órgão cultural responsável, assim:

> VIII – realizar periodicamente visitas de fiscalização e verificação da situação e estado de conservação dos bens tombados, bem como regulamentar acompanhar e supervisionar o uso deles seja para fins comerciais e/ou turísticos.
> IX – emitir pareceres técnicos sobre licenças de funcionamentos para atividades diversas daquelas previstas originalmente sobre os bens tombados e sobre outras situações;

Esta situação prevista na legislação do Estado do Acre permite a FEM aceitar ou não os usos requeridos pelo proprietário do bem. Desse modo, além da Lei respaldar as ações policiais acerca do estado de conservação e alteração física do bem cultural também pode regular os *usos* do mesmo, caracterizando dissonância sobre os direitos de propriedade privada ainda maiores que os já previstos no DL 25/1937.

[32] Decreto que institui sobre o Registro de Patrimônio Cultural de natureza Imaterial

2.2.2. O Tombamento Federal

No estudo realizado pelo arquiteto José Aguilera, então arquiteto do Departamento de Patrimônio Material do Iphan e que levou à redação do *Parecer Favorável ao tombamento da Casa de Chico Mendes* (IPHAN-DEPAM, 2007), é apresentada a localização da referida Casa e a argumentação de defesa daquele tombamento. Aguilera descreve um breve histórico das casas tombadas no Brasil relacionadas à personalidades que representam, citando, como exemplo, as Casas de José de Alencar (Fortaleza, CE, 1964) e de Castro Alves (Salvador, BA, 1938) como vultos da literatura nacional.

Ilustrado pelo discurso que Chico Mendes fez em 1988 no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo - USP, o Parecer descreve os traços de uma *identidade cultural*: a identidade seringueira, isto é, dos "povos da floresta", entre eles os indígenas que estão intricados na história do Acre, da ocupação dos colonizadores (seringueiros e seringalistas). O técnico do Iphan procura nas palavras de Chico Mendes vestígios de seu pensamento e ações concretas que caracterizem a memória coletiva dos seringueiros:

> A chamada Casa de Chico Mendes, é sem dúvida, uma "casa histórica", porque remete simbolicamente à memória de uma pessoa importante que se notabilizou pela sua ação incansável em prol dos trabalhadores rurais, índios e seringueiros e pelas suas ideias preservacionistas que encontraram acolhida no mundo inteiro. Não é uma "casa natal", ele não nasceu nela, viveu nesse lugar por aproximadamente dois anos e ali morreu. A indicação da Casa de Chico Mendes como lugar simbólico de referência a sua memória e à memória dos acontecimentos em que esteve envolvido, se deve a uma escolha espontânea feita pela população de Xapuri e endossada pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Acre. Dessa maneira, a casa teve precedência com relação a outros lugares como o Seringal Porto Rico onde Chico Mendes nasceu e passou parte de sua vida, e outros onde ele viveu, trabalhou ou desempenhou algum cargo. Quanto ao Seringal Cachoeira, onde exerceu o ofício de seringueiro, a nomeação da Reserva Extrativista como "Reserva Chico Mendes" já está homenageando-o (AGUILERA, 2007:9-10).

Assim, além de associar a memória de Francisco Mendes à "memória dos acontecimentos em que esteve envolvido", são destacadas, as diversidades culturais dos "habitantes da floresta", apresentando os ribeirinhos, as etnias indígenas, e os extrativistas como formadores de uma identidade regional. Assim, no discurso de Chico Mendes (apud AGUILERA, 2007) é possível conhecer o principal entrave político-territorial que se deflagrou entre as décadas de 1970 e 1980. Algumas das conquistas dos seringueiros de

Xapuri são expostas por Aguilera, como, por exemplo a Reserva Extrativista Chico Mendes. Pouco tempo depois deste discurso[33] na USP Chico Mendes é assassinado, enfatiza José Aguilera. Por fim, a Casa de Chico Mendes é apresentada como uma casa de arquitetura "singela que obedece a um sistema construtivo tradicional" e que, sobretudo, é um lugar de tragédia, não da vida, mas do marco histórico do assassinato do líder comunitário, desse modo é sugerida sua inscrição do Livro do Tombo Histórico (AGUILERA, 2007:35).

Do ponto de vista construtivo e sua relação com a cultura local a Casa com estrutura de madeira, palafitas baixas e telhado de cerâmica é, também, um exemplar da arquitetura amazônica (COSTA, 2010). Estas características são comuns a muitas outras residências de Xapuri e estão presentes na análise de Carvalho (2013) quando relaciona tecnologia e técnicas utilizadas na arquitetura popular à Casa. O autor explica que não necessariamente um sistema construtivo tradicional tenha evoluído com o tempo, mas esta técnica pode ser resultado de interações e valores prioritários, e a Casa assemelha-se as casas de grupos ribeirinhos dos seringais. A arquitetura popular permite uma análise da relação entre cultura e tecnologia construtiva, entendendo que tal arquitetura dialoga com o espaço e interage com o modo de vida. Nesse sentido, a Casa de Chico Mendes, próxima ao rio, reflete a herança do modo construtivo local *baseado* na história da ostentação da riqueza da pequena elite seringalista da cidade refletindo uma interação criativa das condições da camada mais pobre da população. Porém, não é a arquitetura da Casa que foi reconhecida no tombamento. Acredita-se que por dialogar arquitetonicamente com grande parte das casas da cidade e também por seu contexto histórico e cultural ser "testemunha" de um processo de formação da territorialidade singular, outros valores e memórias poderiam ser apreendidos nesse contexto. Diante da remissão ao grupo social que o bem evoca, não podemos ignorar a socioespacialidade singular do mesmo, configurado, por exemplo, nas Reservas Extrativistas.

No *Processo de Tombamento da Casa de Chico Mendes e seu Acervo* do Iphan-AC, de Número 1.549-T-07, na folha 01, há um pedido de tombamento assinado por representantes da Fundação Chico Mendes e do Comitê Chico Mendes do ano de 2007. Este pedido foi encaminhado ao Departamento de Patrimônio Material (Depam) do Iphan que enviou um técnico para a elaboração de Parecer técnico acerca da possibilidade deste tombamento.

[33] O discurso pode ser assistido na íntegra através do site: http://www.youtube.com/watch?v=S5_hUt-mvhk.

O *Parecer Favorável ao Tombamento da Casa* foi apresentado em Reunião do Conselho Consultivo do Iphan em maio de 2008 sendo a relatoria de Ulpiano Bezerra Meneses[34]. Segundo a ATA da 56ª Reunião do Conselho Consultivo do dia 15 de maio de 2008 o conselheiro relator expõe:

> o tombamento provê de proteção o que em princípio já pertencia ao patrimônio cultural. Por certo o tombamento tem também uma função constitutiva, mas apenas quanto ao regime jurídico, em que ele intervém -- mas não é matriz de valores e significados sociais: é nas práticas sociais que se encontra tal matriz. b. O valor cultural não é intrínseco aos bens, nem pode ser aferido tão somente por técnicos que disponham de um rol objetivo de atributos cuja presença identificaria o caráter cultural, mas depende do reconhecimento de que grupos formadores da sociedade brasileira se apropriaram culturalmente de certos bens, mobilizando-os como portadores de um potencial capaz de alimentar a memória social, a ação e a identidade. Em suma, abriu-se caminho para conceituar e operar (estado e sociedade conjugados) o campo do patrimônio como *fato social*. Cumpre assim examinar se os bens aqui propostos ao tombamento -- uma casa com seu entorno e seus pertences -- têm sido mediadores sociais de memória, identidade e ação (IPHAN, ATA, 2008:40. Ênfase do original).

Ao expor um pouco da história de Chico Mendes e sua relação com identidade, regionalidade e ações (organização política/movimento social) intrínsecas à memória que se quer preservar, Meneses observa o papel do tombamento no contexto contemporâneo, ou melhor, o papel do tombamento quando nos moldes da noção contemporânea que se tem de patrimônio histórico e cultural atinentes a abrangências de conceitos trabalhados, por exemplo, nas *Cartas Patrimoniais* que são marcos para a noção atual presente no campo das agências governamentais que preservam e conservam os patrimônios culturais que serão apresentadas no capítulo III. No entanto, Ulpiano Meneses salienta que com a Constituição Federal Brasileira de 1988, outros aspectos não contemplados pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937 "tornam-se" patrimônio cultural brasileiro como, nos termos do Artigo nº 216 "os diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" e suas diferentes formas de expressão, trazendo ao patrimônio a soma das diversidades culturais, materiais e imateriais, presentes na nação brasileira. Com isso, Ulpiano expõe uma questão importante: coloca que com a nova

[34] Ulpiano Toledo Bezerra Meneses é professor Emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, titular aposentado de História Antiga, docente do programa de Pós-Graduação em História Social, Licenciado em Letras Clássicas (USP, 1959), Doutor em Arqueologia Clássica (Sorbonne, 1964) e Conselheiro do IPHAN desde 2005. Recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico (2002). Trechos do texto informado pelo autor no Currículo Lattes.

Constituição a atribuição de valor é uma prerrogativa da sociedade e não mais exclusivamente do Iphan (ou das instituições governamentais estaduais e municipais) exclusivamente. E isso a Casa de Chico Mendes apresenta.

Nesse sentido, Meneses observa que não se trata do tombamento de uma casa em que os valores patrimoniais estejam cerrados exclusivamente na matéria-prima de construção, na técnica construtiva empregada, ou no estilo arquitetônico, o valor da Casa está no poder de sua fruição: história, memória e, como é comum aos objetos culturais, tendo o poder de evocar percepções acerca do que o Conselheiro chama de *memória, identidade e ação*. Sobre o aspecto da *ação* trata-se do dinamismo da cultura, expondo a ideia de que "A cultura não é um espaço de simples fruição passiva de significados e valores, mas um potencial de qualificação de todos e quaisquer segmentos de nossa existência" (IPHAN, ATA, palavras do conselheiro relator, 2008:43). Assim, a cultura é a própria dinamicidade da vida e, no que se refere à memória da Casa, as ações realizadas por Chico Mendes apresentam fortemente esse caráter de ação, além do fato de um patrimônio comunitário apresentar esta *ação* social. Então, complementa Meneses "abriu-se caminho para conceituar e operar (estado e sociedade conjugados) o campo do patrimônio como fato social".

A *Área de entorno* e sua *normatização*[35] também são expostas para apreciação do Conselho, pois, sabe-se que a preservação de edifícios isolados e conjuntos históricos através da definição e normas para área de entorno é prevista na prática administrativa da Instituição (Iphan) e entendida como instrumento de preservação do patrimônio cultural de natureza material. No que concerne à Casa de Chico Mendes, o entorno apresentado na Reunião do Conselho Consultivo para a votação foi delimitado no Parecer Favorável ao Tombamento da Casa (IPHAN/DEPAM/Rio/JA01/007) em que o critério exposto para sua delimitação foi o da invasão aos fundos do terreno da Casa, que poderiam diminuir a quantidade de árvores que "emolduram a Casa". Dessa maneira, *e*m Reunião são discutidas a importância de se pensar a área de entorno. Em relação a esse aspecto o presidente aponta que a questão deve ser repassada ao Depam e que não é mais importante definir normas ou padrões arquitetônicos ao entorno de uma casa onde a memória é o que mais importa. Nesse sentido, o entorno sugerido no *Parecer* não foi votado, porém, houve

[35] Normatização é um conjunto de normas de *padrões arquitetônicos*, *material construtivo* e *altura* incididas sobre edifícios construídos no entorno de bens tombados, geralmente as normas têm o intuito de manter a "visibilidade" do bem e a "ambiência" da área.

sugestões interessantes para o entorno, como por exemplo, a construção de um centro de memória sobre a história de Chico Mendes. Alguns conselheiros concordaram com esta opção, talvez por acreditarem que a referida memória merecesse mais atenção. Por fim, o tombamento da Casa de Chico Mendes é aprovado pelo Conselho Consultivo por aclamação como sugerido pelo Presidente do Iphan "'Podemos fazer isso por aclamação'". A sugestão foi recebida com aplausos, ficando aprovado, por unanimidade, o tombamento da Casa de Chico Mendes e do seu acervo, no Município de Xapuri, Estado do Acre (IPHAN, ATA, 2008:59-60). A partir das considerações expostas pensamos que o processo de tombamento foi um avanço nas ações de atribuição valor dadas pelo Iphan.

2.2.3 As Casas Históricas: Considerações acerca de Memória Coletiva e Memória Social

O parecer de Ulpiano Meneses (ATA, 2008) e o tombamento por aclamação por parte do Conselho Consultivo do Iphan relativos à Casa de Chico Mendes remete-nos à questões como: o tombamento seria uma ação capaz de alçar um fato que está gravado na memória coletiva de um grupo à memória social da nação?

O *Anteprojeto* de Mário de Andrade, destacando-se a postura intelectual acerca de sua concepção sobre patrimônio histórico e artístico, teve importante papel no processo de se categorizar[36] e qualificar o patrimônio cultural brasileiro, assim como respaldar a atuação de profissionais deste campo, servindo aos dias atuais como paradigmas à estudiosos ligados à área (SILVA, 2002). Assim, no capítulo II do Anteprojeto onde se define "Obras-de-Arte patrimonial" reconhecidas como "Monumentos" Mário afirma:

> Há certas obras-de-arte arquitetônica, excultórica [sic], pectórica [sic] que, sob o ponto-de-vista de arte puna [sic] não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam o autor delas. Mas, ou porque fossem criadas para um determinado fim que se tornou histórico – o forte de óbidos, o do Reis Magos – ou porque se passaram nelas fatos significativos da nossa história – Ilha Fiscal, o Palácio dos Governadores em Ouro Preto – ou *ainda por que nela viveram figuras ilustres da nacionalidade – casa de Tiradentes*

[36] Mário de Andrade no Anteprojeto já citara quatro Livros do Tombo, sendo eles: o Arqueológico e Etnográfico; o Histórico; das Belas Artes e das Artes aplicadas. Estes Livros propõe uma definição de quais sejam as categorias remissivas aos possíveis bens patrimonializáveis. No mesmo texto Andrade propõe a ideia de patrimônio imaterial, ignorada no Decreto-lei n. 25 de 1937. Mas, que veio à enriquecer o patrimônio brasileiro quando postulado no papel de política pública patrimonial com o Decreto 3.551, de 2000.

> *em São José d'El Rei, a casa de Rui Barbosa – devem ser conservados tais como estão, ou recompostos na sua imagem "Histórica"* (ANDRADE, março de 1936, ênfase minha).

Tais colocações sugerem a inscrição de casas, quando relacionadas a **sujeitos ilustres para a história nacional**, no Livro do Tombo Histórico. Além de enfatizar seu olhar factual sobre os aspectos históricos importantes para o país, como a Ilha Fiscal, no Rio de Janeiro, onde ocorreu o primeiro baile da monarquia luso brasileira (RIBEIRO, 2012). Segundo Marcus Tadeu Ribeiro (2012: 225) a forma de encarar a história, "privilegiando o viés estritamente factual", de Andrade, influenciou a lei (Decreto-lei n. 25) que marcaria as ações da instituição, assim como sua criação. Assim, nos termos da Lei, o art. 1 define:

> Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do País, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

As práticas de preservações das primeiras décadas do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Iphan, estavam associadas ao risco iminente de desaparecimento desses vestígios considerados como representativos da "identidade nacional", estando, assim, fundamentadas em uma *retórica da perda* (GONÇALVES, 2002).

Lucio Costa, arquiteto modernista, como o chefe da Divisão de Estudos de Tombamento, atuou no Iphan entre 1937 e 1972 (GONÇALVES, 2012), sua forma de atuação delineou critérios estabelecidos também para as justificativas do tombamento de casas históricas. Desse modo, como mentor das diretrizes que permeavam as ações dos profissionais do patrimônio, o arquiteto modernista, marcou fortemente seu ideário patrimonial nos tombamentos realizados pela instituição no período de sua atuação, de maneira que as ações voltadas à consagração de *casas históricas* eram diminutas em detrimento à preservação de *casas de valor artístico* (RIBEIRO, 2012). Sobre essa perspectiva, Ribeiro (2012) apresenta um dos documentos de trabalho de Lucio Costa, datado de 1964, o qual consultamos, verifica-se:

> Sou, em princípio, contrário ao tombamento de casas vinculadas a personalidades, por que a preservação desses lugares quase sempre resulta meio falsa e melancólica. E ainda, porque as personalidades são tantas que se teria de criar seção especial na DPHAN para tal fim.

> O natural seria que cada caso específico -cientistas, literatas, artistas, músicos, militares, etc. -, as sociedades de classe mais diretamente ligadas ao vulto nacional em causa, cuidassem de zelar pelos testemunhos materiais dignos de conservação.
> Verifica-se, porém que, no caso em apreço, a casa está ameaçada apenas pelo "urbanismo" municipal. Na minha qualidade de urbanista honorário, e tendo na lembrança a figura singular do homem, concordo com a inscrição solicitada (Costa *apud* PESSÔA, 2004:196).

A ideia de "vulto" relaciona-se à pessoa que por sua trajetória de vida singular, tornou-se referência para uma parcela da população de maneira que esta última gostaria de resguardar tais traços materiais numa tentativa de remissão à personalidade do sujeito. No caso deste documento citado, o vulto em questão referia-se à Graciliano Ramos - romancista, cronista e jornalista que também atuou politicamente, vindo a falecer em 1953 - Lucio Costa, apesar de manifestar-se contra este tipo de tombamento, aceita a inscrição da casa no Livro do Tombo Histórico pois "a casa está ameaçada pelo 'urbanismo' municipal", mantendo uma postura "preservacionista" (GONÇALVES, 2002) e sua outra justificativa pauta-se "na lembrança da figura singular do homem". Nesse caso, Lucio Costa, entendendo a singularidade da figura em questão e as ameaças da interface do patrimônio cultural com o desenvolvimento urbano, foi favorável ao tombamento.

O tombamento das casas históricas nas primeiras décadas de atuação da instituição, liga-se, então, observa-se o pressuposto estético como balizador das ações da instituição nesse contexto, e a menor relevância do valor histórico na constituição do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Finalmente, na década de 1960 outros fatores contribuíram para esse olhar não factualista e personalista na preservação do patrimônio histórico e artístico ligados à casas de *vultos da memória.* O caráter "histórico" reconhecido nas casas históricas, na década de 1960, segundo Ribeiro (2012) compunha novas perspectivas acerca da concepção de patrimônio cultural, dadas principalmente pela Carta de Veneza (1964) elaborada por intelectuais, estudiosos e dirigentes da área naquele período, onde a ideia de *monumento* não está mais apenas representada a partir de "grandes conjuntos arquitetônicos", mas também nas "obras modestas que com o tempo adquiriram uma significação cultural humana", expandindo, assim, a ideia de patrimônio.

Com relação as casas históricas, Ribeiro (2012) reporta-se a própria historiografia e seu olhar sobre este tipo de "objeto cultural", referindo-se, sobretudo, ao pensamento histórico

desenvolvido na França por meio do grupo dos *Annales* (Revista de Historiografia), fundada em 1929, destaca que para essa historiografia o papel das "personagens" enquanto agentes de transformação dos processos históricos não mais estava restrito àquelas personalidades *ilustres* que faziam parte da 'história nacional" tradicional. Nessa nova historiografia abordava-se o cotidiano, o papel do trabalho, as formas de vida sociais, olhando, assim, mais diretamente para a sociedade, considerando as estruturas sociais e econômicas como determinantes das mudanças e permanências sociais. Ao valorizar uma abordagem analítica e conjuntural, essa historiografia deixou de dar prestígio às investigações político-factual, elitista e individualista. A partir de certa reorientação "interna" que ficou conhecida como *Nova História*, ocorridos, a partir dos anos de 1970, houve ainda um retorno da história política e dos estudos biográficos.

Na discussão sobre a preservação das casas históricas pelo Iphan e o papel da história enquanto disciplina auxiliar na valoração do patrimônio cultural brasileiro, Ribeiro (2012: 240) ressalta que a questão premente é a "forma de se olhar para nosso passado e não propriamente um valor inerente ao objeto cultural", de maneira que esta forma de olhar para o passado faz remissão à *memória coletiv*a. Assim:

> não se cultua a imagem de um personagem tanto quanto se busca compreender, pela ação de um intelectual, cientista, artista, militar ou qualquer outro profissional, toda mentalidade de uma época e aspectos reveladores de que necessita a história cultural como matéria-prima. A consciência cultural de uma dada comunidade deriva dos condicionamentos não conscientes e interiorizados, que fazem com que aquela sociedade compartilhe de um sistema de representação e de valores, conferindo, às práticas e hábitos sociais, o nexo comum que a identifica como grupo culturalmente definido. Depreender tais valores, do ponto de vista, metodológico, ao investigador da história, especialmente quando voltada para o trabalho de preservação do patrimônio cultural, significa efetuar a descrição dos campos semânticos e da análise dos enunciados culturais de uma época, expressos no universo tangível e intangível das formas tradicionais de representação da cultura, delimitando os espaços de sua ocorrência.
>
> Nesse sentido, preservar o patrimônio cultural, desde que prática de uma crítica histórica, é sempre buscar compreender as especificidades de um coletivo, mesmo quando o ponto de partida seja uma singela casa de um militar ou escritor (RIBEIRO, 2012: 244 - 45).

O reconhecimento dessas *memórias* como formas tradicionais de representação da cultura e de especificidades de um coletivo como parte dos *processos históricos* da nação adentra-se no campo do patrimônio cultural que, junto às recomendações da Carta de Veneza,

tornam-se parâmetros para possibilitar a consagração das casas históricas referentes à sujeitos da memória coletiva local – e social, dependendo da ideia de coletivo.

A reflexão acerca de *memória* é densamente explorada por Maurice Halbwachs (2003). As argumentações do autor são norteadas a partir de um olhar sobre a sociedade e os nichos sociais que a compõem, o que enfatiza a ideia de duas memórias: uma *coletiva* e outra *social*. De tal maneira, para o autor, a memória individual ficaria à mercê de outras memórias, ou seja, *reconstituir* uma lembrança pessoal seria trazer à luz da memória outras significações e afetos que outrora permearam a concepção do ser que lembra, ou seja, é possível que um indivíduo lembre de uma cena, porém, a rememoração mais completa daquela cena é algo construído socialmente. Dessa forma, a memória é individual, mas é na memória coletiva que se encontra a história dos grupos sociais. Entende-se que é na memória individual, ou melhor, nas memórias individuais que está a fonte da memória coletiva. Pois, para que a memória de um indivíduo se "aproveite" da memória dos outros é necessário uma memória comum, construindo, o que o autor chama de "recordar através de uma base comum". Desse modo, a memória coletiva está ligada a um quadro mais específico e denso de lembranças e a memória individual uma reação pessoal do sujeito no ato de lembrar. Sendo a memória coletiva uma reação coletiva diante de lembranças individuais.

A memória coletiva se dá por duas ou mais lembranças formarem um todo em si, um conjunto de pensamentos que existem independente de outros conjuntos do qual faça parte os sujeitos ou o grupo. No entanto, ressalta o autor, está no primeiro plano da memória de um grupo as lembranças acerca de eventos ou fatos ocorridos com a maioria de seus membros, especialmente os que estiveram mais em contato com o grupo. Assim, as memórias individuais se interpenetram à memória coletiva, que por sua vez fica contendo memórias individuais, mas, se constituindo segundo leis que deixam à parte a consciência individual. Tanto a memória individual quanto a memória coletiva são entendidas como um diálogo mais próximo e afetuoso dos sujeitos envolvidos.

Saindo deste círculo naturalmente mais pessoal e próximos dos interlocutores das memórias, encontra-se a *memória social*. A memória social está ligada a memória histórica, marcada por maior extensão que a coletiva, através de um "panorama bem mais contínuo e mais denso" (HALBWACHS, 2003:73). Para o autor, um acontecimento que toma lugar nos fatos históricos se dá, na história, por uma série de datas e listas de fatos históricos, visto que os quadros coletivos da memória não conduzem datas, mas reproduzem correntes de

pensamentos. Estas colocações de Halbwachs (2003) localizam-se na primeira metade do século XX, quando a historiografia pautava-se em fatos históricos, estando, principalmente, relacionada aos poderes instituídos. Nesse sentido, a história escrita (a relacionada a fatos históricos), para o autor, pode estar paralela à uma história viva aquela possível de ser conhecida nas memórias coletivas. Paralelas, não análogas. De tal modo, a memória social pode ser reconhecida em uma "sequência de eventos cuja lembrança a história conserva". Acerca de memória social expõe o autor:

> Ora, se fixamos nossa atenção nos grupos maiores, como a nação por exemplo, embora a nossa vida e a de nossos pais ou nossos amigos estejam contidas na vida da nação, não se pode dizer que esta se interesse pelos destinos individuais de cada um de seus membros. Admitamos que a história nacional seja um resumo fiel de acontecimentos mais importantes que modificaram a vida de uma nação, que se distingue das histórias locais, provinciais urbanas pelo fato de reter apenas os fatos que interessam ao conjunto de cidadãos – ou melhor, dos cidadãos, enquanto membro da nação. Para que a história assim entendida, mesmo sendo muito detalhada, nos ajude a conservar e reencontrar a lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico. Claro, há momentos em que todos os homens de um país esquecem seus interesses, sua família, os grupos restritos em cujos limites normalmente seu horizonte se detém. Existem acontecimentos nacionais que modificam ao mesmo tempo todas as existências. (…). Em geral, a nação está distanciada demais de um indivíduo para que este considere a história de seu país algo diferente de um contexto mais amplo, com o qual sua história pessoal tem pouquíssimos pontos de contato (HALBWACHS, 2003:99).

Nesse sentido, a memória coletiva é vivida (ou foi vivida) pelo grupo que a detém, já a memória social não necessariamente foi vivida pelas pessoas ou grupos que a compartilham, então e memória social pode ser transmitida, pelos livros e escolas, por exemplo. No entanto, a memória coletiva em relação à social seria uma memória menor e concentrada principalmente naqueles elementos (pessoas) que contam, ampliam ou limitam a temporalidade e a espacialidade em que se deu um fato que envolveu o grupo social do qual era membro, pois na linha de pensamento do autor a memória social traz perspectivas acerca da história escrita sobre a sociedade e o Estado, deixando os sujeitos como meros integrantes da sociedade, interessando daí somente o "sujeito histórico" como alguém mais próximo e representante da sociedade. Assim, o autor, permeado pela historiografia de seu período entende que ali se tem um outro tipo de memória, mais ampla e associada aos fatos da nação.

Para salientar este processo que justifica a memória coletiva como memória social pelo Iphan recorramos ao processo da própria história acerca dos valores atribuídos nas Casas Históricas.

Por fim, aproximando tais conceitos ao contexto da Casa de Chico Mendes recorre-nos que a Casa, primeiramente, foi preservada como símbolo de um crime não justiçado e de uma luta que deveria continuar, caracterizando-se como um patrimônio de forte conotação comunitária e reivindicativa.

Num segundo momento, com o tombamento federal – num período em que as lutas socioambientais do Acre não estão em evidência como outrora – o que era reprimido (a *luta social*) torna-se símbolo nacional do ambientalismo brasileiro, tendo Chico Mendes como referência. Entretanto, no tombamento, não é a referência à *luta social* que se pretende preservar, o que se preserva na *memória social* que a Casa representa é o reconhecimento de um *grupo social* com ações políticas socioambientalistas, que tinha como liderança a figura singular de Chico Mendes.

Nesse sentido, a Casa enquanto patrimônio possibilita, sobre o prisma da memória social, lançar olhares sobre a comunidade sindical rural do Acre *memória local*, *memória coletiva,* conformando o ideário de "nação nacional". Assim, não pode-se negar também que em seu parecer de tombamento, o Iphan *considera* valores históricos e culturais que *contemplam* a força histórica acerca dos fatos sociais ocorridos na região acriana nas décadas de 1970 e 1980. Observe que esta colocação esta posta na análise acerca da *forma de consagração* de um bem cultural e não na análise de sua preservação.

CAPÍTULO III

DOS EFEITOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO

3.1. Ação de proteção: o entorno de bens tombados

Ao sentir a ressonância lutuosa da Casa de Chico Mendes e, por sua vez, o peso da força política que a história do Movimento Seringueiro teve, saímos da Casa carregados de questionamentos, dos quais, o nível de complexidade histórica e regional dificilmente seriam respondidos pela simples explicação do guia. Tais questões, poderiam ser respondidas no Memorial do Seringueiro, museu construído ao lado da Casa, entretanto, como veremos, ocorre o contrário, são ignoradas.

A seguir, apresentaremos algumas considerações das Cartas Patrimoniais e do Iphan sobre áreas de entorno de bens tombados para, assim, fundamentarmos nosso entendimento sobre as mesmas. Posteriormente, serão mostradas as ações do DPHC (Governo do Estado) e do Iphan (Governo Federal) sobre o entorno da Casa de Chico Mendes, tecendo críticas e fundamentando-as sobre o prisma do campo do patrimônio cultural, com o intuito de entender quais aspectos dos projetos implementados podem não contribuir para o conhecimento do valor histórico remissivo à Casa, visto que os entornos devem ser áreas de proteção do bem.

Quando um edifício torna-se Patrimônio Nacional recai sobre seu entorno o que a legislação do patrimônio (Decreto-Lei nº25/1937) chama de "efeitos do tombamento". Desse modo, no **Artigo 18** da referida Lei consta:

> Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na **vizinhança** da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a **visibílidade** [sic], nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se nêste [sic] caso a multa de cincoenta [sic] por cento do valor do mesmo objeto (Grifo meu).

Os preceitos fixados pelo Artigo 18 justificam as *ações* do Iphan no *entorno de bens tombados*. Assim, a delimitação de uma poligonal de entorno e a criação de *normas* para essa área são parte de procedimentos que se estabeleceram na prática como forma da aplicação da

lei. Dessa maneira, os entornos têm sido estabelecidos pelo Iphan desde as primeiras décadas da sua existência, nas quais eram discutidas questões sobre "vizinhança" e "visibilidade" do bem, no sentido de preservar a sua ambiência. Nesse sentido, o que consta é a relação morfológica do *bem* com o seu entorno, ou seja, a partir dos padrões urbanísticos estabelecidos pelo Iphan sobre os imóveis desta área entre outras recomendações, pretendia-se garantir visibilidade do monumento.

Não obstante, a noção de entorno variou conforme a própria noção de patrimônio cultural, de maneira que os contextos e práticas culturais também passaram a ser considerados elementos importantes, tanto quanto, a *visibilidade* do objeto arquitetônico. O que contribuiu significativamente para esta noção mais abrangente de entorno foram as recomendações encontradas nas *CartasPatrimoniais*[37] (MOTTA & THOMPSON, 2010).

As Cartas Patrimoniais são documentos que permitem averiguar como se tem dado o entendimento que tem sido acordado acerca de conceitos relativos ao campo do patrimônio, como por exemplo, a restauração de objetos tombados, a conservação e o entendimento da categoria de patrimônio imaterial. Assim, variam desde simples manisfestos até convenções que são ratificadas e adquirem forças de lei nos países.

As Cartas são elaboradas a partir de encontros nacionais e internacionais de organismos, conselhos e instituições intergovernamentais e não governamentais, formadas por especialistas e gestores das áreas de Patrimônio Cultural, que visam entre outros objetivos, contribuir para o estabelecimento de parâmetros para proteção do patrimônio cultural. Alguns dos conselhos responsáveis por definir, produzir e difundir esses documentos são, por exemplo, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos); o Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos (Icomos/IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Nesse sentido, tais organismos têm elaborado Convenções e realizado Encontros a fim de emitir tais documentos. Nesse sentido, salientam Motta & Thompson (2010):

> O Brasil como Estado-membro e signatário das 'Convenções' e das 'Recomendações' internacionais, tem como compromisso atuar segundo

[37] Referimo-nos as Cartas Patrimoniais a fim de compreendermos um pouco acerca do que tem sido pensado e entendido sobre área de entorno de bens tombados. Nesse sentido vale salientar que reconhecemos as Portarias do Iphan que regulamentam as normas acerca dos critérios a serem admitidos em intervenções urbanas. Assim tem-se a Portaria do Iphan nº 420, de 22 de dezembro de 2010 que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para concessão de autorização para realização de intervenção nas áreas de entorno, sem apontar as relações sociais nesse contexto, as quais queremos dar ênfase nesta pesquisa.

> direcionamentos e linhas de conduta, aplicando normas de acordo com a abrangência conceitual alcançada e refletindo a seu respeito, no sentido de adaptá-las às peculiaridades e realidades brasileiras (MOTTA & THOMPSON, 2010: 24).

Assim, os documentos originados a partir de Convenções da UNESCO e ou outros órgãos intergovernamentais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) são entendidos como normas internacionais que devem ser seguidas pelos Estados-membros participantes e signatários dos encontros internacionais, assim, após os acordos serem assinados devem ser ratificados em forma de lei no país. Há um segundo tipo de documento que são os que assumiram importância internacional, apesar de não gerarem um compromisso estatal, estes são emitidos por organizações não governamentais como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). Ambos documentos têm influenciado e assumiram o papel de documentos norteadores aos dirigentes do patrimônio cultural (MOTTA & THOMPSON, 2010).

Segundo Motta & Thompson (2010), a concepção de entorno de 1940 até a década de 1980 esteve fortemente influenciada pelo texto do Artigo 18 do DL 25/1937e da Carta de Atenas, de 1931, ambas recomendam a supressão de qualquer tipo de publicidade. Já a Carta acrescenta a necessidade de supressão de fios telegráficos, altas chaminés, bem como respeitar o caráter e a fisionomia dos edifícios e de se considerar plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo. Outro documento importante do mesmo período foi a *Carta de Atenas*, de 1933[38], que segundo as autoras:

> A principal preocupação na escrita do documento foi com os parâmetros necessários para uma nova qualidade de vida na conformação ideal das cidades modernas. Diante desse objetivo, era considerada viável e até desejável a destruição de uma ambiência secular no entorno de um monumento, o que seria compensado pela criação de áreas verdes (MOTTA & THOMPSON, 2010:17).

De tal modo, na atuação do Iphan, é possível observar como muitos bens mantiveram-se isolados na paisagem. Para que isso ocorresse muitos imóveis foram demolidos com o intuito de se criar nova ambiência, como foi o caso, na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1970, em que houve demolição de área significativa da Lapa para dar visibilidade ao Aqueduto da Carioca (MOTTA & THOMPSON, 2010). Assim, observa-se

[38] Ambas as Cartas são originadas do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

que o parâmetro de entorno estava pautado, nesses casos, em aspectos morfológicos e tipológicos que proporcionassem a visibilidade do bem, ressaltando, por vezes, a imponência do mesmo ante à estética da paisagem urbana.

A Carta de Veneza[39], de 1964, influencia no entendimento de patrimônio cultural (conforme discutido no Capítulo II), este novo entendimento inclui as "obras modestas" que adquiriram "significação cultural" com o tempo ao conceito de patrimônio, dessa maneira, os edifícios que não tinham a riqueza da plasticidade erudita poderiam ser considerados importantes, por exemplo, pelo seu valor estritamente histórico. Em resumo, obras mais simples e modestas poderiam ser tombadas se tivessem uma significação cultural relevante. Este novo entendimento abarca, então, outra necessidade que seria discutida em Cartas posteriores: a noção de entorno. Nesse sentido, a própria Carta de Veneza expõe que o "monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa" (CURY 2004:94).

Segundo Motta & Thompson, após a Carta de Veneza outro documento importante foi a Carta de Nairóbi, (UNESCO, 1976), pois o documento "introduziu os aspectos social, econômico e cultural como componente da ambiência. Estes, referidos pela primeira vez foram ganhando espaço na conceituação dos entornos" (MOTTA & THOMPSON, p.20). Estes conceitos contribuíram para a definição de ambiência. Assim expõe a Carta:

> Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais (Recomendação da UNESCO, 1976 apud MOTTA & THOMPSON, 2010:20).

Assim, antes das Cartas citadas acima, os desafios concernentes às áreas de entorno delimitadas pelo Iphan referiam-se à criação de normas sobre altura, cor e volumetria, de maneira a proteger a *visibilidade.* Nas décadas de 1970 e 1980, com as novas definições e entendimentos acordados nas Cartas, outras preocupações surgem com relação as áreas de entornos. A questão da volumetria, que era quesito básico para se pensar a *ambiência*, passa a ser integrada a uma perspectiva maior que vislumbra a qualidade de vida urbana e os contextos culturais, portanto, à "dinâmica" desses espaços.

[39] Carta originada do encontro do Icomos.

Caso exemplar, que caracteriza os diferentes entendimentos de preservação de entorno e de ambiência, ocorre no centro do Rio de Janeiro, na década de 1980. Segundo Motta & Thompson (2010), naquela época, técnicos da 6ª Diretorial Regional (6º DR) do Iphan souberam por jornais da intenção do Tribunal Regional do Trabalho de construir um novo prédio nas proximidades na antiga Casa da Moeda (atual arquivo Nacional) e da Casa de Deodoro da Fonseca. Visando proteger os bens ali tombados os técnicos decidem que:

> usando critérios da Carta de Atenas de 1933, que propõe ajardinar a vizinhança imediata da Casa de Deodoro, buscando isolar e destacar os monumentos do novo prédio que seria construído, defendendo, assim, a ambiência atual em sua relação com a Avenida Presidente Vargas e com o prédio do Banco Itaú, que se destaca na Avenida Presidente Vargas, por sua altura (MOTTA & THOMPSON, 2010:86).

A partir da argumentação fundamentada na Carta de Atenas (1933) os técnicos decidem que a melhor opção seria ajardinar o entorno imediato dos dois bens tombados, buscando isolá-los e destaca-los tanto da nova construção, quanto da Avenida Presidente Vargas (aberta em 1940) e do prédio do Banco Itaú, elementos próximos dos bens tombados. Com tais colocações, os técnicos acabam por aceitar tanto a Av. Presidente Vargas quanto o novo prédio que seria construído, como parte da ambiência a ser protegida no entorno.

Sobre essa argumentação reage a então Coordenadoria de Proteção do SPHAN, que se manifestou totalmente contrária:

> Já a proposta da Coordenadoria de Proteção da SPHAN denunciava a 'absoluta divergência conceitual' entre a sua proposta e a da 6ª DR, vista como 'acrítica', pois, tendo sido a abertura da Avenida Presidente Vargas uma iniciativa equivocada, não teria sentido continuar considerando a ambiência atual como referencial, mas sim resgatar a ambiência passada (...). A preocupação da Coordenadoria de proteção não era com o valor arquitetônico da ambiência, mas em **contextualizar historicamente** as Casas da Moeda e de Deodoro (MOTTA & THOMPSON, grifo meu, 2010:88).

Estas diferentes posições foram analisadas pelo conselheiro Gilberto Velho, o qual acatou a posição da Coordenadoria de Proteção, justificando que:

> O tombamento da Casa de Deodoro foi um reconhecimento de seu significado histórico estando, por isso, inscrito no Livro do Tombo Histórico. Desta forma, a proposta da Coordenadoria foi recuperar a leitura espacial (...) original da quadra e com isso recontextualizar a casa tombada (VELHO, 1989 apud MOTTA & THOMPSON, 2010:90).

Nesse sentido, a posição da Coordenaria era de que não havia como pensar na ambiência do entorno considerando os novos moldes da área: ou seja, com a Av. Presidente

Vargas e o novo prédio. Assim, o ideal para se manter a ambiência da área, seria o de contextualizar historicamente o entorno da Casa de Deodoro, ou seja, considerar o *valor histórico* remissivo ao bem foi o que pesou na decisão do conselheiro e da Coordenadoria ante a mudança do entorno. Desse modo, a decisão da Coordenadoria foi de que o prédio a ser construído deveria manter os padrões de gabarito (altura) igual dos bens tombados, numa tentativa de se manter o caráter urbano da época dos monumentos.

De tal maneira, podemos observar dois diferentes parâmetros para se pensar a ambiência do entorno: uma, embasada na Carta de Atenas (1933), que tinha o intuito de isolar e destacar o bem a partir da jardinagem do entorno imediato. E a outra, embasada no valor histórico do bem, em que o "objeto simbólico transcende o objeto arquitetônico" e, assim, a norma se ateve à permanência de uma altura igual a Casa de Deodoro, na busca de contextualizar a Casa ao período que a mesma faz remissão, mantendo, assim, o que a Coordenaria chamou de a "ambiência" do entorno (ARNAUT, 1989 apud Motta & Thompson, 2010:89-90).

Tanto a 6ª DR quanto a Coordenadoria propuseram diferentes formas de intervenção que se ativeram em parâmetros urbanísticos, no entanto, o embasamento da Coordenaria pesou positivamente no parecer do conselheiro, visto que, "dialogou" com o valor da Casa de Deodoro.

Pensar a ambiência a partir do valor cultural remissivo ao bem protegido são recomendações presentes nas Cartas Patrimoniais, visto que o entorno do monumento é parte de seu contexto cultural e de seu testemunho histórico (Carta de Veneza, 1964). Dessa maneira, as Cartas foram essenciais para trazer novos parâmetros ao entendimento de entorno e de ambiência, extrapolando o aspecto da estética e histórica urbana relativa a visibilidade dos bens.

Outra Carta apresenta sólidas contribuições ao entendimento de entorno, é a Declaração de Xi'an[40], acordada no ano de 2005 pelo Icomos, em que reconsiderando os documentos anteriores como a Carta de Veneza (1964) e os textos[41] inspirados na mesma,

[40] Documento resultante da Assembleia Geral do Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) de outubro de 2005 realizado em Xi'an, China.

[41] Como o Documento de Nara sobre Autenticidade (1994), Carta de Brasília sobre Autenticidade: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai (5 de dezembro de 1995) e as conclusões e recomendações de reuniões internacionais como a Declaração de HoiAn sobre a Conservação de Distritos Históricos na Ásia (2003), a Declaração sobre a Recuperação do Patrimônio Cultural de Bam (2004), e a Declaração de Seul sobre o Turismo nas Cidades e Áreas Históricas da Ásia (2005).

entre outras referências ao conceito de entorno das convenções e recomendações da UNESCO, como a Recomendação Referente à Proteção da Beleza e o Caráter das Paisagens e dos Sítios (1962) e a Recomendação Referente à Conservação dos Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas ou Privadas (1968) define :

> Mas, além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica (Declaração de Xi'an, Icomos, 2005).
> .

E ainda,

> A definição do entorno requer compreender a história, a evolução e o caráter dos arredores do bem cultural. Trata-se de um processo que deve considerar múltiplos fatores, inclusive a experiência de aproximação ao sítio e ao próprio bem cultural (Declaração de Xi'an, Icomos, 2005).

Interessante que essa Carta vem considerar que a "experiência de aproximação", ou seja, a própria fruição, ao bem cultural e ao entorno são importantes para compreender a história, a evolução e o caráter do bem cultural. Por fim, a Carta considera que as dimensões tangíveis e intangíveis devam ser pensadas no entorno:

> A responsabilidade sobre a conscientização do significado do entorno em suas diferentes dimensões cabe aos profissionais, às instituições, às comunidades locais e a outras relacionadascom os bens patrimoniais, os quais no momento de tomar decisões deveriam sempre considerar as dimensões tangíveis e intangíveis do entorno (Declaração de Xi'an, Icomos, 2005).

Ressalta-se que as considerações da Declaração de Xi'an são parte da demanda atual acerca dos estudos de entorno e suas normas ante situações de expansão urbana, em que, geralmente, são implementadas ações de requalificação que não contemplam a ambiência em seu aspecto mais amplo, ou seja, a soma da ambiência arquitetônica e dos contextos culturais e seus usos (Declaração de Xi'an, 2005).

Esta Declaração aponta que é importante "reconhecer", "proteger" e "manter" as áreas de entornos a fim de proteger "toda riqueza de sua autenticidade, seu significado, seus valores, sua integridade e sua diversidade" (Declaração de Xi'an, 2005 apud MOTTA & THOMPSON, 2010: 161).

Outro conceito interessante, e mais recente, direcionado à reflexão sobre entornos é o de *espírito do lugar*[42] abordado na *Declaración de Foz do Iguaçu*, de maio de 2008. Este documento foi elaborado pelos Comitês nacionais do Icomos da Argentina, do Brasil, do Chile, do México e do Paraguai, juntamente com o vice-presidente do Icomos para América, na cidade de Foz do Iguaçu (Brasil) a fim de levar suas considerações à Assembleia Geral do Icomos que aconteceu em Quebéc (Canadá) em outubro de 2008. Assim, o documento traz (propõe) um modo de pensar a preservação de bens tombados nos países sul americanos e o México, apresentando uma postura política ante as formas de intervenção urbana nas áreas de interesse histórico-cultural.

Desse modo, a noção de *espírito do lugar* vincula-se a:

> interacción de componentes materiales e inmateriales de los entornos naturales y/o construídos por el ser humano. Se trata de un aspecto essencial, ya que, por su misma definición un 'lugar' no es cualquer espacio, sino um espacio caracterizado por su singular identidade. En este sentido, el 'espíritu' es el aliento vital que expressa tal identidade, resultado de la relación entre una determinada cultura y el sitio en que se desarrolla (Declaración de Foz do Iguaçu, 2008, fl.01).

Nesse entendimento, o patrimônio é sacralizado pelos significados dados pelas comunidades (desse modo a *referência cultural* entraria nesse contexto); pelos cenários da vida comunitária; pelo modo particular que se tenha desenvolvido no tempo/espaço; pelos espaços apropriados pelo homem como o meio urbano e o meio rural; pelos espaços construídos que expressam um modo particular de resolver as necessidades de sobrevivência humana e comunitária, entre outros. Estes são exemplos que permitem encontrar aspectos específicos da dinâmica cultural de um lugar.

Nesse sentido, os participantes do *Encontro* identificaram aspectos que caracterizam "ameaças" ao espírito do lugar. Assim, entre os aspectos, estão: As pressões imobiliárias, particularmente em área urbana, que através da especulação e exploração do solo alteram

[42] Este conceito tem uma extensa abordagem teórica da qual se reconhece observações gregas que o estudaram, chamando-o também de *genius loci*, no latim. Não fazemos aqui este levantamento teórico, no entanto, expomos este conceito com o intuito de apresentar as necessidades e apontamentos que têm surgido no campo da preservação das áreas de interesse histórico e culturais, especificamente, em áreas de entorno de bens culturais patrimonializados. Para saber mais ver artigo "O conceito de lugar" de Luiz Augusto dos Reis-Alves em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225.

áreas de interesse histórico cultural; a incorporação de usos incompatíveis com o caráter e o significado tradicional dos sítios, incluindo comércio informal.

Com base nessa perspectiva alguns exemplos reais são citados na Declaração, entre eles: O projeto de construção de um Centro Cultural na cidade de Valparaíso, no Chile, sem consideração do sítio e os valores de seu ambiente; a pressão imobiliária que causa excessiva densificação e verticalização da cidade de Salvador, na Bahia, e o projeto de ampliação de estádios de futebol em Paseo del Bosque na cidade de La Plata, Argentina, área de patrimônio mundial.

Por fim, a Declaração apresenta uma série de recomendações para a preservação do espírito do lugar, que estão diretamente ligadas com o planejamento urbano, entre elas que o conceito seja inserido nos processos de planejamento urbano e territorial como meio de preservação das paisagens naturais e culturais; que a legislação urbana, planos e projetos de desenvolvimento levem em conta o potencial de impacto sobre o espírito do lugar e, por último, que os sistemas de valores e práticas sociais das comunidades sejam compreendidos e respeitados como parte do espírito do lugar. A postura política identificada na Carta caracteriza-se pelo repúdio ás ações de requalificação que visam o enobrecimento das áreas patrimonializadas e seus entornos geralmente, ações que trazem perdas importantes no âmbito da cultura local, causando esvaziamentos das áreas, expulsão dos moradores locais e, por vezes, até a criação de edifícios caracterizados em sua tipologia arquitetônica como falsos históricos.

3.2. Casa de Chico Mendes: entorno e localização



Fotografia 13. Casa de Chico Mendes e vizinhança [2003].
Fonte: Acervo FEM/Acervo Chico Mendes.

Na foto acima, do ano de 2003, é possível observar um contexto cultural caracterizado pelo modo de vida local. Há vizinhos, há pessoas na calçada. Um homem sai de bicicleta - veículo bastante usual no município - e segue seu curso em seu ritmo habitual. A sombra do local é altamente convidativa ante o calor amazônico, por isso há bancos embaixo da frondosa árvore.

Esta árvore foi retirada pouco antes das intervenções do DPHC no local. Sua retirada foi de responsabilidade da prefeitura com anuência do Iphan a partir de laudo técnico que concluiu que a árvore havia morrido e trazia riscos à comunidade e ao bem tombado sendo solicitado o plantio de nova árvore no mesmo local (IPHAN/AC, Dossiê Entorno Casa de Chico Mendes, 2013).

Na casa à esquerda a de Chico Mendes vivia um casal de idosos aposentados, Sr. Sanches, de 84 anos e sua esposa Sra. Regina de 72 anos. Lá residiram durante vinte anos com dois netos e um filho. Segundo dados do Serviço Social da prefeitura de Xapuri

(FEM/DPHC/0014308-7/2008) um dia foram surpreendidos com o fato de que deveriam sair de sua casa em nome da "proteção da Casa de Chico Mendes", causando transtornos emocionais à família. Do mesmo modo, aconteceu com a dona do bar e sua clientela (ver foto 14), e a outra vizinha, que morava à direita da Casa do líder sindical, todos foram desapropriados pela autoridade da FEM no ano de 2008. A prefeitura entra nesse contexto a fim ajudar os familiares a encontrar um novo lar.



Fotografia 14. Casa de Chico Mendes e seu entorno [2005].
Fonte: Acervo FEM/Acervo Chico Mendes.

Perdeu-se parte da reminiscência intangível naquele lugar. Perdeu-se o *espírito do lugar*, pois, aquele cotidiano, se integrava à narrativa da Casa, trazendo mais informações sobre a vida e a morte do líder sindical, como também sobre Xapuri. Os possíveis diálogos com os vizinhos enriqueceriam as visitas à Casa e apresentariam ao visitante o cotidiano xapuriense tal como é (*Declaración de Foz do Iguaçu, 2008*).



Fotografia 15. Centro de Memória Chico Mendes [2012].
Fonte: Fotos e Filmes da Amazônia.

Outro elemento importante do entorno está em frente à Casa de Chico Mendes é a sede da Fundação Chico Mendes[43], construída em 1992, onde está o Acervo pessoal e a exposição de uma carta que Chico Mendes escreveu. Na carta está escrito:

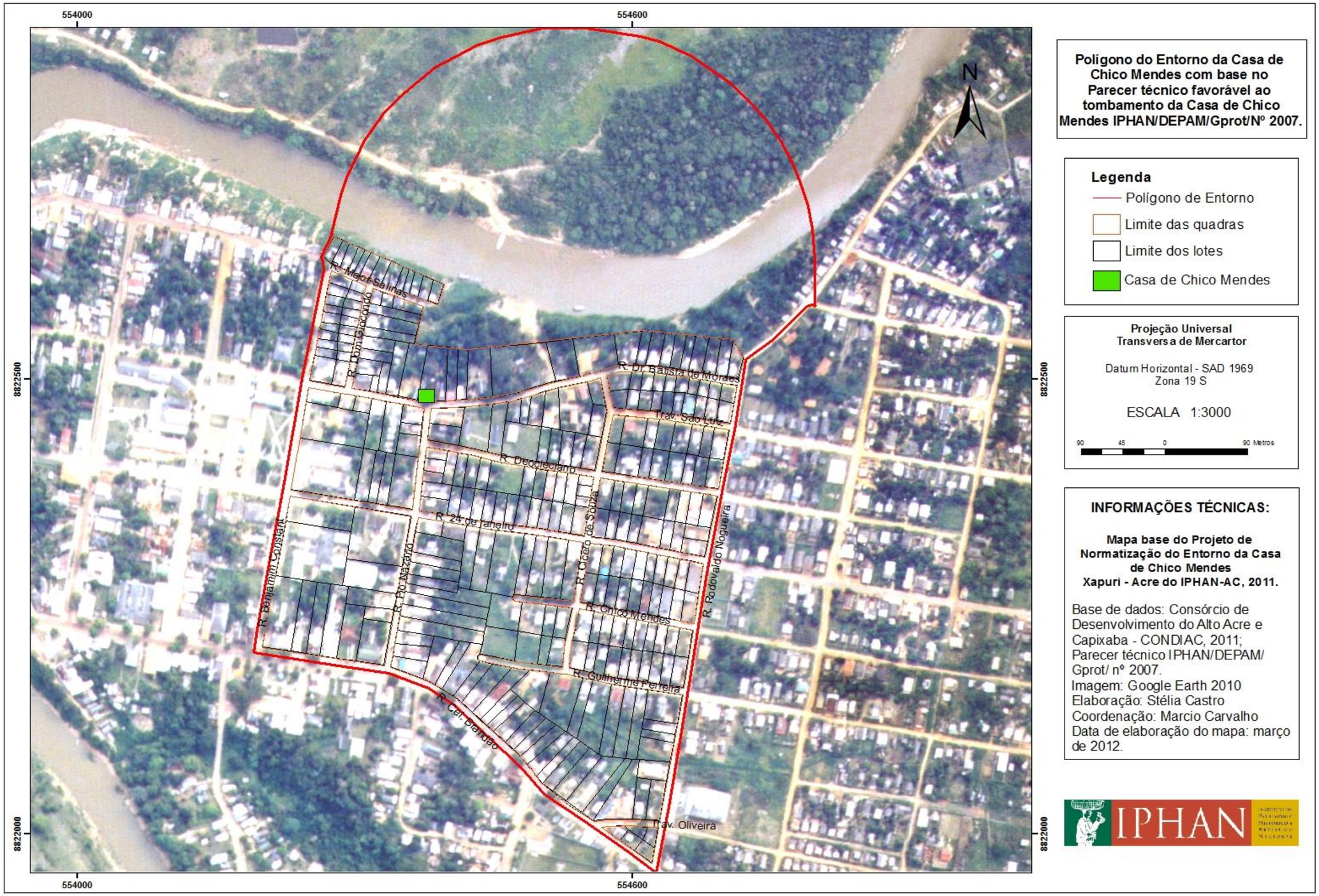
> Atenção jovem do futuro,
> 6 de Setembro do ano de 2120, aniversário ou centenário da Revolução Socialista Mundial, que unificou todos os povos do planeta num só ideal e num só pensamento de unidade socialista que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade. Aqui fica somente a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte.
> Desculpem…Eu estava sonhando quando escrevi estes acontecimentos; que eu mesmo não verei mas tenho o prazer de ter sonhado. (Carta ao Jovem do Futuro, Chico Mendes, 1988).

Atualmente o espaço é chamado de Centro de Memória Chico Mendes. Lá existe um pequeno auditório para reunião, banheiros e água, sendo também um ponto de apoio dos estagiários (guias) que trabalham na Casa e aos turistas, esses são os moldes atuais do Centro de Memória, este elemento não sofreu alteração ou qualquer tipo de intervenção na ação de modificação do entorno imediato pelo DPHC.

Próxima à Casa não havia lojas ou outros "pontos turísticos", a não ser pela própria Casa de Chico Mendes e pelo Centro de Memória.

[43] Ver croqui de localização Anexo.

O largo vale do rio Acre (ver Mapa 05) - outrora chamado de rio da “borracha”, visto que por ele escoaram toneladas de látex - passa próximo aos fundos da Casa, sendo “testemunho” da história regional. O rio já não é mais a principal via de acesso à Xapuri, pois, no final da década de 1970 foi construída a estrada que dá acesso ao município (Estrada do Pacífico ou BR-317 e Estrada da Seringa, ou AC 040).



Mapa 5. Primeira proposta de delimitação do Entorno da Casa de Chico Mendes . **Fonte dos dados:** Parecer Favorável ao Tombamento da Casa de Chico Mendes (IPHAN, 2007).

O Mapa 05 configura a primeira proposta de delimitação do entorno elaborada junto ao Parecer Favorável ao Tombamento da Casa (IPHAN/DEPAM/Rio/JA01/0072007) e apresentada na 56ª Reunião do Conselho Consultivo (ATA, 2008). Esta proposta de entorno somente definiu a poligonal presente no mapa, não apresentando normas para a área. A mesma poligonal foi modificada pelo arquiteto do Iphan-AC e será apresentada mais à frente.

Observa-se no mapa que a massa verde e o rio estavam dentro da área do antigo entorno, como uma tentativa de diálogo das comunidades tradicionais (ribeirinhas) com a identidade que Chico Mendes representa: comunidades tradicionais amazônicas. É comum em Xapuri moradias à beira do rio, estas comunidades são conhecidas como ribeirinhas. Este entorno também abarcava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (IPHAN/DEPAM/Rio/JA01/0072007)

No fundo da Casa, por onde passa um esgoto, já existia uma ocupação irregular (ocupação ribeirinha), e este fato incentivou o parecerista do Iphan, arquiteto, a deixar dentro da poligonal a área verde diretamente ligada aos fundos da Casa, como também, a floresta do outro lado do rio. Para o arquiteto/parecerista (2011) a floresta contextualiza o monumento, realizando um diálogo entre a área verde do entorno e o caráter ambientalista de Chico Mendes.

Assim, segundo o próprio parecerista (informação oral, 2011)[44]:

> A delimitação deste polígono é primeiro uma área que seja consistente e não seja exagerada e que mostre o contexto dentro do qual apareça esse tipo de arquitetura, a arquitetura desse estado. E prossiga, por exemplo, na pavimentação de tijolos. O trecho do rio, da mata do rio que pega o outro lado... Essa mata está desaparecendo por causa de invasões.
> O entorno não é uma área que preserve a visibilidade, durante muito tempo se interpretou dessa maneira, é uma área que contextualiza o monumento que está só. Essa perspectiva dá uma diferença enorme na área de entorno.

E complementa:

> Eu acho, pelo que você informou, acho que diminuir a área de entorno para organizar normas devido uma área de entorno ter contextos diferentes é uma questão de falta de criatividade por que não é uma área exagerada.

[44] Entrevista com José Aguilera no Anexos.

Percebe-se que os critérios utilizados pelo parecerista/arquiteto (IPHAN/DEPAM/Rio/JA01/0072007) para definição da poligonal está atrelada aos valores imbuídos em algumas Cartas Patrimoniais, principalmente, podemos identificar a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Xi'an (2005). No entanto, não foi dada continuidade às considerações expostas pelo então arquiteto do Depam, optando, o Iphan-AC, pela alteração da área do entorno a partir de outros parâmetros com base nos Estudos realizados.

3.2.1. Ações do DPHC/FEM no Entorno Imediato da Casa de Chico Mendes

No âmbito estadual, o Artigo 23 da **Lei de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre** fixa os preceitos para a área de entorno, prevendo que:

> No entorno do bem imóvel tombado não é permitida qualquer edificação que venha impedir ou reduzir a visibilidade, colocação de cartaz ou anúncios, bem como, qualquer tipo de placa ou letreiros que venham comprometer a imagem ou a estrutura do bem tombado sob pena de demolição da obra ou retirada dos materiais afixados, salvo quando houver autorização expressa prévia do órgão responsável, o Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado

Nesse sentido, o Art. 23 da Lei Estadual equivale ao Art.18 do Decreto-lei nº25/1937 no que diz respeito a forma de tratar o entorno do bem valorizando a sua visibilidade, e abre exceção para possíveis edificações que impeçam a visibilidade ou colocação de cartazes e anúncios quando a DPHC/FEM autoriza. Desse modo, a Lei Estadual deixou uma brecha legal que permite ao órgão intervir sobre as decisões de placas ou cartazes na área de entorno tal como a legislação federal.

Não há outro documento de orientação para entornos de bens tombados elaborado pelo órgão local.

As práticas de definição e normatização de *áreas de entornos* são, no aspecto operacional, entendidas pelo Iphan, como uma forma de "preservar o bem", através da ambiência, da visibilidade, das escalas, afastamentos, volumetrias novas e compatíveis, como também, o contexto cultural local tangível e intangível, como vimos nas recomendações das Cartas Patrimoniais. Nesse contexto a definição de uma poligonal de entorno seria uma das medidas necessárias à proteção do bem tombado. As normas aplicadas aos edifícios ou aos vazios, praças, paisagens que integram a área de entorno e a conservação do bem, incluindo a restauração, são os principais instrumentos de gestão/preservação do patrimônio cultural de natureza material, o que torna o Iphan ou o órgão de preservação local e o proprietário do bem responsáveis legais pela preservação/conservação do mesmo. É sobre esse tipo de ação do Iphan e do órgão de cultura do Estado do Acre que falaremos a seguir.

Segundo a historiadora e gestora[45] dos espaços de memória Casa de Chico Mendes e Centro de Memória Chico Mendes, a grande contribuição da Superintendência do Iphan do Acre na preservação da Casa refere-se, no âmbito das ações de fiscalização, aos apontamentos acerca da *conservação* da madeira e estrutura da Casa. Também, desde 2011, a Fundação Chico Mendes e o Governo do Estado têm firmado parceria na responsabilidade de preservar e conservar tanto o Centro de Memória quanto a Casa de Chico Mendes, com o pagamento de monitores/estagiários que apresentam a Casa aos visitantes.

As ações de preservação do patrimônio cultural em Xapuri, no âmbito estadual, caracterizam-se, principalmente, pela tentativa de apresentar a história da cidade ressaltando a memória relativa ao contraste entre a vida do seringueiro e seringalista nos espaços de memória, incluindo os seringueiros como grupo social (identidade) responsável pela gênese da sociedade acreana. Estes processos históricos são contados em espaços como, por exemplo, a antiga casa comercial "A limitada" e o "Museu Xapury", prédio da antiga prefeitura. Também foi possível identificar, a partir da análise de documentos do DPHC (*Projeto de Desenvolvimento do Turismo sustentável em Xapuri*, s/d), que o objetivo das ações no campo do patrimônio cultural em Xapuri é atender adequadamente a demanda turística, melhorar a aparência/estética dos espaços de memória, assim como a ampliação/criação desses espaços, com o fim de contribuir para a realização de um plano turístico rentável e atrativo para a cidade e para o estado. Integrado a esse olhar da instituição local sobre o patrimônio cultural em seu potencial turístico, se deram as ações de gestão/requalificação no entorno da Casa de Chico Mendes.

A ação de maior impacto do Governo do Estado do Acre resultou nas construções empreendidas no *entorno imediato* da Casa de Chico Mendes.

Segundo Liberalino Alves[46] - chefe do DPHC da FEM -, a ação teve o intuito de apoiar e recepcionar turistas através da transformação de seu *entorno imediato*, composto atualmente por três novas construções, que alteraram completamente os usos do mesmo, comprometendo, assim, toda a ambiência outrora existente ali. Liberalino afirmou que tais ações eram parte da política de melhoria de pontos turísticos do Estado do Acre implementado pelo Governo do Estado, que o Chefe do Departamento chama de

[45] A gestora cedeu entrevista, porém, não permitiu gravação ou reprodução de sua fala. A gestora é responsável pelos estagiários que apresentam os espaços e também pela conservação dos espaços Centro de Memória Chico Mendes, Casa de Chico Mendes e "Museu Xapury".

[46] Entrevista concedida à Stélia Castro em julho de 2013.

"requalificação" da área. No entanto, na consulta dos Processos da FEM relativos ao projeto do entorno imediato as justificativas encontradas acrescentam outras informações.

Assim, no Processo nº0014308-7 (FEM/DPHC/2008) as alterações no entorno da Casa são justificadas a partir de uma colocação feita pelo arquiteto do Iphan no *Parecer Favorável ao Tombamento da Casa* (IPHAN/DEPAM/Rio/JA01/007). No Parecer, está exposto que:

> As casas vizinhas também não contribuem para a preservação da edificação: a da direita de arquitetura similar à do museu, está em péssimo estado de conservação; do lado esquerdo funciona um bar, que colabora para a descaracterização do ambiente" (IPHAN/DEPAM/Rio/JA01/007, p.2 *apud* FEM/DPHC/0014308-7/2008, fl. 86).

Estas colocações são abordadas junto à um "Memorial Fotográfico" do qual apresentar-se-á algumas fotos, este Memorial fotográfico acompanha o Processo de Desapropriação de três edifícios do entorno da Casa de Chico Mendes. Fundamentada pelo relatório e a afirmação do arquiteto do Iphan e no "interesse público" a ação foi legitimada pela Procuradoria Geral do Estado (Processo de Desapropriação nº 0014308-7/2008) por parte da FEM que se deu no ano de 2008, quando o tombamento da Casa em nível federal foi aprovado.

A ideia de "descaracterização do ambiente" citada pelo parecerista foi justificada pela casa sem telhados ao lado direito da Casa de Chico Mendes (foto 16). Já sobre o bar, em entrevista realizada com Elenira Mendes, ela comenta sobre o som, afirmando que o alto volume atrapalhava as reuniões que tinham na Casa.

Apesar da possibilidade de criação de normas para o estabelecimento de um nível de decibéis adequado à área, a opção dada pelo DPHC foi a desapropriação do imóvel (o bar). Nesse processo, três casas localizadas ao lado da Casa de Chico Mendes foram desapropriadas. O Processo de Desapropriação (nº 0014308-7/2008) denomina esta área com estes três elementos de *entorno imediato*. Nota-se que esta referência "*entorno imediato"* já aparece no Decreto de Tombamento Estadual da Casa em 2006, em que foram tombados tanto a Casa quanto seu *entorno imediato*. No entanto, o Processo de Tombamento do DPHC (FEM/DPHC/0011157-6/2010) para regularizar o tombamento da Casa de Chico Mendes se deu somente para esta última, não contemplando o *entorno imediato,* que também é tombado no Decreto de tombamento da Casa de Chico Mendes.

A casa a qual se referia o parecerista na citação acima (“a da direita de arquitetura similar à do museu, está em péssimo estado de conservação”) está apresentada na fotografia abaixo:



Fotografia 16. Casa do lado direito da Casa de Chico Mendes que estava sem uso e se tornou a Casa do Artesão. [s/d]. **Fonte:** Memorial Fotográfico (FEM/DPHC/0014308-7/2008, fl. 14.)

Abaixo, na fotografia 17, casa do lado esquerdo à de Chico Mendes:



Fotografia 17. Casa do lado esquerda da Casa de Chico Mendes onde vivia o casal de idosos. Nota-se que no canto direito da foto está a Casa de Chico Mendes em azul. [s/d].

Fonte: Memorial Fotográfico (Processo de Desapropriação nº FEM/DPHC/0014308-7/2008, fl.33).



Fotografia 18. Antigo bar do entorno imediato, local onde foi instalado o "Café Regional". Este era o bar que foi citado no Parecer de Aguilera (IPHAN, 2007). [s/d].

Fonte: Arquivo DPHC (Processo de Desapropriação nº FEM/DPHC/0014308-7/2008, fl. 24.)

A desapropriação só veio efetivamente acontecer junto às obras do *entorno imediato* no ano de 2010. As novas construções tiveram que passar pela **aprovação** de um técnico especializado do Departamento de Patrimônio Material (DEPAM) do Iphan, que também teceu considerações acerca da importância de se manter a tipologia arquitetônica e acessibilidade dos novos imóveis (FEM/DPHC//0014308-7/2008) e afirmou que as novas construções encabeçadas pelo DPHC deveriam respeitar estes padrões.

As novas construções

Verifica-se na fotografia abaixo (foto 19) as três casas (sendo o antigo bar o que está em cor laranja) localizadas ao lado da Casa de Chico Mendes, que compreendem, em seus moldes atuais, o *entorno imediato* que o DPHC alterou.



Fotografia 19. Casa de Chico Mendes em azul e o entorno imediato já modificado pelo DPHC [2013].
Fonte: Fotos e Filmes da Amazônia.

Segundo documentos do Processo FEM/DPHC/0014308-7/2008os donos das três casas do entorno foram ressarcidos conforme valor estabelecido pela Procuradoria Geral do Estado do Acre. Existem cópias digitais de documentos que comprovam este ressarcimento, o que não deixou de causar transtornos. Não sabemos se houve alterações na Casa de Chico Mendes, a não ser na riqueza da intensidade da cor azul turquesa que se percebe ao analisar fotografias antigas; este é um ponto que necessita de pesquisa especializada sobre a Casa.

O Café Regional



Fotografia 20. Café Regional [2012].
Fonte: Fotos e Filmes da Amazônia.

Onde antes era o bar citado por Aguilera (fotografia 18) tornou-se o então "Café Regional" (fotografia 20). Segundo documentos presentes no Processo sobre Entorno da Casa de Chico Mendes do IPHAN (nº01450.00822-2010-41/IPHAN/DEPAM/2010), este é um lugar pensado para servir de "apoio ao turista"; um espaço para beber água, lanchar, tomar um café, ir ao banheiro etc. A ideia de "Café", mais do que uma lanchonete comum, traz o conceito daqueles espaços comumente encontrados na Europa, onde são servidas bebidas quentes e refeições rápidas. Este conceito de serviço disseminou-se pelo mundo, principalmente nas grandes metrópoles, inclusive nas brasileiras. Já a ideia de "Café Regional" faz-nos pensar que refeições e bebidas típicas da região serão servidas ali. No entanto, o Café está fechado por falta de público faz pouco mais de um ano. No período em que esteve aberto eram servidos, por exemplo, bolo, água e café. Ressalta-se, contudo, que o Centro de Memória Chico Mendes (da ONG Fund. Chico Mendes), que fica na esquina

quase em frente à Casa, já faz esse apoio ao turista, pois lá tem banheiros (feminino e masculino), água, sombra e é onde se encontra o Acervo pessoal de Chico Mendes.

Casa do Artesão



Fotografia 21. Casa do Artesão, antiga casa que estava em péssimo estado de conservação [2012].
Fonte: Fotos e Filmes da Amazônia.

A "Casa do Artesão" – antiga casa sem telhados (fotografia 16) –, nos moldes do seu novo uso (fotografia 21), foi estabelecida como um espaço de venda para artesanatos locais. No entanto, este espaço também se encontra fechado devido à falta de público.

Xapuri, ainda que seja uma das regiões mais visitadas do Acre, tem um turismo intenso somente em datas específicas, como na Festa do São João do Guarani, realizada no mês de julho, na colocação Guarani do seringal Rio Branco, dentro da Resex Chico Mendes. São João do Guarani é um santo popular; em vida foi seringueiro residente da colocação Guarani e morreu ao relento doente de malária, como aconteceu com muitos seringueiros. À esta alma são atribuídos muitos milagres de cura e de ajuda para reorientação na mata quando havia algum seringueiro perdido. A festa reúne muitas pessoas tanto na cidade quanto nos seringais, onde são realizados forrós, campeonatos de futebol entre outros entretenimentos que fazem a Festa durar dias. No mês de janeiro ocorre a festa do padroeiro da cidade, Festa de São Sebastião, que reúne muitas pessoas na cidade, incluindo moradores

da Resex. Esses são alguns dos eventos que acontecem em Xapuri, o alto fluxo de visitantes à Casa de Chico Mendes se dá especialmente nessas datas. Por outro lado, a Casa vem recebendo visitação de pessoas de vários países e regiões do Brasil desde a morte do líder. Porém, estas visitas não garantem um alto fluxo para o "uso" contínuo destes novos espaços construídos para servir de "apoio ao turista" (Informação oral dada pela gestora dos espaços de memória, 2013). O próprio fluxo e movimentação de pessoas na cidade de Xapuri são pontuais, sendo o centro da cidade – próximo da Casa - o local de maior concentração devido o número de estabelecimentos comerciais, incluindo a presença de vários bares como o que tinha antes da intervenção, estes, por sua vez, sempre têm clientela, talvez por que sirvam bebidas geladas e distração, algo que agrade mais os moradores ante à intensidade do calor amazônico que cai sobre as tardes xapurienses.

Estas duas novas construções no *entorno imediato* descritas acima, ainda que para amparar o turista ou visitante, deveriam ter sido pensadas explorando o contexto social e o fluxo de visitantes na Casa, que se dá, com mais frequência, pelas escolas públicas do município. A intervenção do DPHC/FEM não trouxe melhorias no sentido de contribuir para a preservação da ambiência do lugar entendido como mostram os documentos (Cartas Patrimoniais) mais recentes sobre o assunto, como as considerações destacadas da Carta de Xi'an (2005) que considera as "práticas culturais do entorno" e da Carta de Veneza (1964),ambas consideram o entorno original como testemunho do bem cultural.

Embora essas novas construções tenham mantido os padrões estilísticos e morfológicos comumente encontrados na região, a proposta de uso apresentada junto aos projetos arquitetônicos promoveu a Casa como ponto de atração turística sem levar em consideração os usos comuns ao cotidiano da cidade. Segundo as Cartas citadas estes usos e suas expressões materiais eram parte do testemunho histórico do lugar e da Casa. Nesse sentido, esse entorno não pode ser entendido como zona de proteção, mas o contrário: esse entorno descaracteriza a própria história contada na Casa. Em relação a este ponto, a Carta de Veneza, de 1964, em seu Artigo 7º, esclarece:

> O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando sua salvaguarda o exigir ou quando justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Quando Chico Mendes morre e a Casa é transformada em museu parte da história, naturalmente, se esvai, porque tornou-se passado e, também, parte de uma narrativa

museográfica. A memória de Chico Mendes e da história de luta dos seringueiros também morrem um pouco com o novo entorno que não dialoga com a simplicidade e a preponderância dos usos sociais e democráticos dos espaços outrora defendido pelo Movimento Seringueiro. Nesse sentido, o monumento histórico – a Casa – não foi retirado do seu lugar de origem e levada para outro lugar – no entanto, todo àquele entorno imediato que dialogava diretamente com o bem foi modificado pela substituição de usos, criando um lugar artificial e desconectado do cotidiano da vida local. Nesse caso, questiona-se: os riscos causados ao bem ao alterar drasticamente seu entorno seriam os mesmos de se retirar o bem do seu lugar de origem? Esta nova configuração torna-se mais anacrônica quando apresentarmos o Memorial do Seringueiro construído no local onde viviam o casal de idosos que tiveram seu imóvel desapropriado.

Atentando-nos nesses dois elementos apresentados, o Café Regional e a Casa do Artesão, é fácil caracterizar que a intenção de enobrecimento da área para uso turístico associada a falta de compromisso com a realização de estudos necessários para a intervenção foi uma tentativa, frustrada, de ratificar a *fetichização* daquele espaço, deflagrada pela patrimonialização conservadora da Casa de Chico Mendes. Valorizou-se o caráter de mercadoria do patrimônio, ignorando suas dimensões e potencialidades culturais, educativas, históricas, sociais e mesmo geográficas locais. E, sobretudo, de como a Casa poderia continuar mantendo acesa a chama da luta dos seringueiros e dos povos da floresta. Desse modo, o Memorial do Seringueiro, espaço cultural que será apresentado a seguir narra a história dos seringueiros a partir de um ponto de vista que considera como mortas as lutas sociais xapurienses, ignorando ou legando ao esquecimento que estas lutas ainda existem ou resistem.

Não há problemas em inserir o patrimônio nas rotas turísticas ou construir pontos de apoio ao turista, aliás, cada plano de turismo citadino deve explorar formas de receber os turistas interessados em conhecer seus patrimônios culturais, no entanto, quando o planejamento turístico permeia o campo do patrimônio cultural, devem-se trabalhar juntos os profissionais de ambos os campos a fim de que tanto o turista seja bem recebido quanto o patrimônio cultural não se torne motivo de formação de espacialidades urbanas esvaziadas e que excluam os próprios moradores. Sobre este tipo de intervenção salienta Mariza Veloso (2006):

> O perigo que se corre é o de transformar os bens culturais em meros objetos de consumo, em transformar o patrimônio material em expressão de uma

> história rasa; ou, ainda, transformar as manifestações culturais do patrimônio imaterial em **fetiche**, ou seja, privilegiar o produto transformado em objeto de consumo como qualquer outra mercadoria que circula na sociedade atual (VELOSO, 2006:439, grifo meu).

Embora a autora reflita sobre aspectos que recaem sobre o patrimônio imaterial, tais reflexões cabem para o patrimônio material, especialmente o de caráter popular e comunitário como é o caso da Casa de Chico Mendes que muito se aproxima desta categoria imaterial. De modo que, para Veloso (2006:438), a ideia de fetiche está atrelada a era contemporânea do capitalismo tardio e este por sua vez provocou uma "profunda mercantilização da cultura", sempre com a noção de que o "consumo cultural promove distinção social". Nesse sentido, há um "deslocamento simbólico": este deslocamento dar-se-ia "de um ser para o outro, de um coisa para a outra, ou ainda, um deslocamento de um fato para o outro, dos produtores para o produto, ou alguma manifestação de um passado significativo para um presentismo [sic] vazio" (VELOSO, 2006:441). Assim, pensar o fenômeno da fetichização no contexto do entorno imediato e da própria Casa de Chico Mendes seria analisar a construção de simulacros, cenários e espetáculos que têm como finalidade, no campo do patrimônio, transformar os bens culturais em mercadorias turísticas.

Antes de aprofundarmos na crítica aqui iniciada, vejamos o terceiro elemento construído no entorno imediato: o Memorial do Seringueiro: Trata-se de um pequeno museu, este poderia ser o elemento menos agressivo ao entorno, visto que o uso estabelecido tem um fim social e que pode ser usado pela comunidade local, no entanto reduz a trajetória do Movimento Seringueiro (e a morte de Chico Mendes nesse contexto) à *inexistência*, visto que, a narrativa do Memorial se propõe a apresentar uma breve história sobre este grupo social *sem ao menos mencionar* o contexto de luta que levou à morte vários seringueiros. Nesse sentido, este novo elemento talvez seja o mais agressivo ao contexto cultural remissivo ao valor (histórico) do bem.

Memorial do Seringueiro



Fotografia 22. Memorial do Seringueiro [2012].
Fonte: Fotos e Filmes da Amazônia.

Entre o "Café Regional" e a Casa de Chico Mendes localiza-se o "Memorial do Seringueiro", construído a partir de uma tipologia arquitetônica próxima a do bem tombado, tendo, apenas dois cômodos e uma varanda. A casa que havia anteriormente foi destruída.

Este pequeno Memorial é um espaço cenográfico criado artificialmente, ou seja, não é como na casa de Chico Mendes a "reprodução" de um espaço original. Na sala de entrada estão expostos utensílios domésticos de maneira a representar a moradia do seringueiro (fotografia 23, além de fotografias mostrando um homem cortando a seringueira (extraindo látex) e uma escultura em tamanho real representando um típico seringueiro extrator de látex. No outro cômodo, há uma réplica da ferramenta utilizada pelo seringueiro para transformar o látex líquido em sólido, ou melhor, em pelas[47] (fotografia 24, 25 e 26).

[47] Bolas de borracha elaboradas a partir do látex defumado. Ver Fotografia 25.



Fotografia 23. Sala de entrada do Memorial do Seringueiro – representação da casa do seringueiro [2013]. **Foto de:** Stélia Castro.



Fotografia 24. Porongas e lamparinas [2013].

Foto de: Stélia Castro.



Fotografia 25. Método de vulcanização do látex, Mem. do Seringueiro [2013].

Foto de: Stélia Castro.



Fotografia 26. Painéis, Mem. Do Seringueiro [2013].

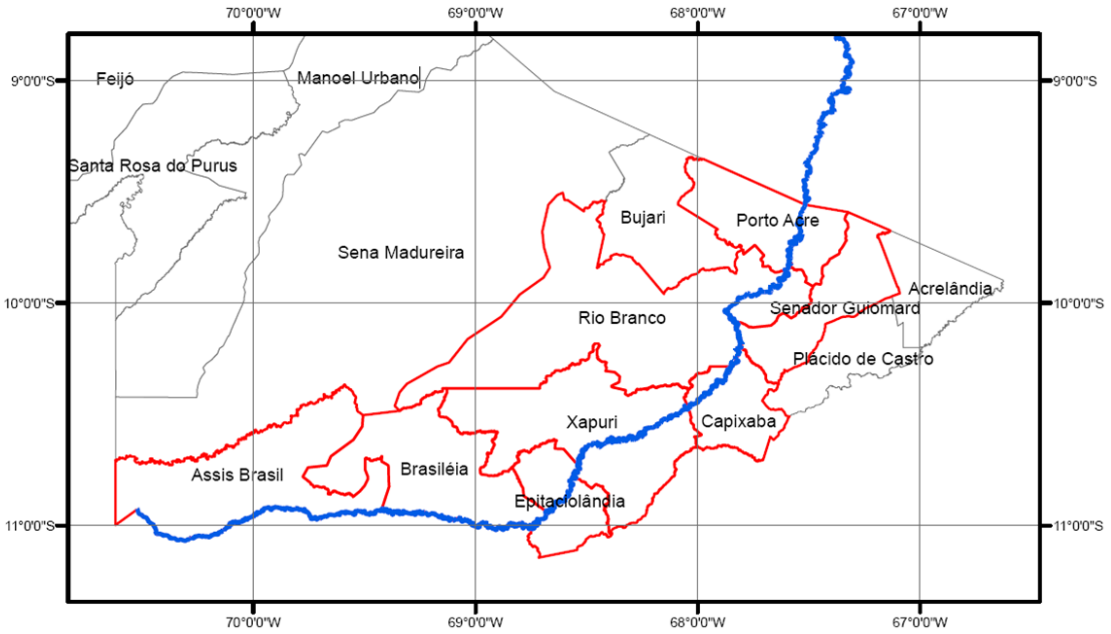
Foto de: Stélia Castro.

No período de alta produção e exportação da borracha, as pelas eram amarradas umas às outras formando uma espécie de balsa (fotografia 27),facilitando o escoamento que se dava pela única via de acesso à região na época, o rio Acre (ver mapa 06). No entanto, esse modo de transformar o látex líquido em sólido se dava fora da casa do seringueiro, dentro de um espaço chamado de tapiri[48].



Fotografia 27. Balsa de pelas para transporte de borracha no rio Acre [s/d]. **Fonte:** Arquivo DPHC-FEM.

[48] "O tapiri, na descrição de Cleusa Rancy, era um modelo de construção adaptado entre a maneira indígena de confeccionar seus abrigos e as novas necessidades de funções domésticas dos seringueiros recém chegados" In: COSTA, Ana Lúcia. Madeira que cupim não rói: Xapuri em arquitetura 1913 a 1945.



Mapa 6. Municípios da bacia do Rio Acre (Região do Vale do Acre), região sudeste do estado. Elaboração: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec). **Fonte:** Jornal Página 20, capa, de 03 de junho de 2013[49].

Painéis dentro do Memorial apresentam uma interpretação de como se deu a ocupação e formação da identidade seringueira. Dentre os aspectos históricos expostos, estão a caracterização do que são as "Estradas de Seringa" e a forma de extração do látex; a história dos incentivos do Estado Nacional para levar um contingente de trabalhadores ao Acre para a extração; a forma de "fazer" borracha; a maneira como o seringueiro aprendeu a guiar-se na floresta; sua cosmologia; crenças; a relação de trabalho do seringueiro com o seringalista e como funcionava o sistema de aviamento[50]. Outro painel descreve a contribuição da mulher no processo de consolidação dos núcleos familiares dos seringais e, por consequência, da sociedade acreana, ressaltando ainda que o casamento com mulheres indígenas e o contato com esses grupos contribuíram nas formas de viver na floresta, principalmente sobre a medicina e na culinária local.

O ambiente museográfico conta aspectos pontuais acerca dos processos históricos referentes à ocupação dos seringueiros até o final do segundo ciclo da borracha (final dos

[49]Disponível em: http://www.pagina20.net/cotidiano/governo-decreta-situacao-de-emergencia-nos-municipios-da-bacia-do-rio-acre/. Acesso em: Outubro de 2013.

[50]No sistema de aviamento não havia possibilidade dos seringueiros acumularem capital algum, pois o uso de dinheiro era raro, uma vez que as mercadorias eram permutadas com os donos das casas de comércios (que também eram os seringalistas) por borracha.

anos 1950), quando houve o alto incentivo internacional à produção de borracha, através dos Acordos de Washington[51], conforme apresentamos no Capítulo I. Assim, é contado nos painéis o sistema de exploração do seringalista para com o seringueiro, salientando a formação do caráter identitário precisamente ligado ao seringueiro do início do século XX, que tinha no cotidiano de trabalho a relação direta com o corte da seringa e sua transformação em "borracha". Entretanto, apesar deste seringueiro referenciado no Memorial ser parte de um período referente à toda história deste grupo social, não configura diretamente àqueles seringueiros da década 1970 e, assim, omite o aspecto histórico que dialogaria diretamente com a Casa de Chico Mendes: o Movimento Seringueiro caracterizado pela luta socioambiental organizada também em Sindicatos com reivindicações no âmbito da reforma agrária e da preservação dos recursos florestais dos quais dependia a sobrevivência do grupo.

O Memorial do Seringueiro, construído como ação de *gestão* na preservação da casa tombada, traça um olhar sobre um momento da trajetória dos seringueiros a partir do qual não dialoga diretamente como a vida do personagem homenageado pelo processo de preservação da memória social local. Omite-se, dessa forma, a referência mais importante da Casa de Chico Mendes: a do *valor histórico* das insurreições seringueiras, principalmente o processo das lutas socioambientais, identificados, inclusive, pelos órgãos públicos de preservação quando do reconhecimento e patrimonialização da Casa. De tal modo, o Memorial ao lado da Casa estabelece uma relação anacrônica e limita o sujeito seringueiro àquela imagem exposta, visto que não propõe à fruição da narrativa qualquer reflexão ou diálogo com o *líder sindical* ou o *coletivo* que aparece na placa dos fundos da Casa onde está escrito "Aqui mataram Chico Mendes a luta continua". Com este novo espaço havia a oportunidade de enriquecer o entendimento acerca da ressonância lutuosa da Casa e das perguntas que ela evoca sobre o *coletivo,* entretanto, esta oportunidade se esvai quando o espaço define esta identidade de maneira anacrônica.

Assim, a ressonância que o Memorial do Seringueiro traz em sua fruição, ao omitir as lutas socioambientais, é uma *naturalização* dos diversos conflitos e mortes ocorridos nos processos de ocupação do território. Ao *omitirem* os conflitos sociais sangrentos, *naturalizam* a ocupação territorial, fazendo-a parecer que se deu de forma pacífica. Ainda

[51] Acordos realizados entre Brasil e Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial, quando o Estado Norte-americano necessitava de minérios importantes à indústria bélica, como a borracha.

que a Casa de Chico Mendes mostre o assassinato, não há um aprofundamento na causa da luta e da morte, visto que tais lutas se deram a partir de um cenário político nacional que apoiava a territorialidade pecuarista na região, questões que poderiam ser tratadas no Memorial.

Omite-se que o Estado Nacional, que no início do século XX trouxe os seringueiros, nas décadas de 1960 e 1970 já não os queriam mais ali, visto que já não eram interessantes para a política econômica estabelecida para a região. Para melhor entender esta crítica, recorramos brevemente aos próprios fatos históricos, geográficos e as caraterísticas socioculturais desse seringueiro da década de 1970, bem como a gênese de sua luta pelo território-floresta.

Os aspectos históricos da ocupação acreana e formação dos limites territoriais se deram por lutas intensas (PORTO GONÇALVES, 2003). A Região do Vale do rio Acre (Mapa 06) foi palco de lutas travadas pelos seringueiros, primeiramente pelos colonizadores (seringueiros e seringalistas) em correrias indígenas e "domesticação" dos mesmos, o que não se restringiu a um processo de matança. A escolha de São Sebastião como padroeiro de Xapuri vem nos afirmar isso (pois São Sebastião fora atingido por flechadas), ou seja, os indígenas locais lutavam. Em seguida, houve o conflito contra os bolivianos, fato este que culminou com a "Revolução Acreana".

Essa Região (Mapa 06) foi "caminho" das ações de reconhecimento geográfico e de exploração dos produtos nativos.

Em 1940 o IBGE apresenta dados oficiais sobre estes "seringueiros autônomos" nas palavras de Porto Gonçalves (2003), ou "ocupantes" na definição do IBGE. Só em Xapuri, naquela década, eram 57,4% de "ocupantes" responsáveis pelos estabelecimentos (área correspondente às colocações); já em todo território acreano eram 14% de "ocupantes". É após 1958, com a quebra da aliança dos seringalistas no bloco nacional - concomitante a queda do lucro da borracha - que a territorialidade seringalista entra em colapso, de maneira que muitos abandonam ou vendem os seringais.

Assim, na década de 1970 há incentivo fiscal àqueles que adquiriam terras (latifúndios) para a produção agrícola e pecuária, o que fez com que o Acre se tornasse um lugar de forte interesse, visto que se encontrava terras muito baratas, além do incentivo do próprio governo local para que se viessem "investir no Acre". Isto, no período de auge da conformação dos seringueiros autônomos (1970), assim, quando os agropecuaristas

chegam para se instalar na Região do Vale do Acre, iniciando o processo de desmatamento, e os seringueiros autônomos que vivem nessas florestas respondem com *Empate*!

Infelizmente, para um visitante que não conhece a história dos seringueiros do Vale do rio Acre e ahistória da conformação do território acriano, a narrativa do Memorial do Seringueiro ao lado da Casa de Chico Mendes *omite* esta faceta da história, assim como os assassinatos de membros do Movimento Social; *omite* o Movimento Seringueiro - que era singular e de forte ideal político em meio à Amazônia Legal - ; omite a história da geografia local e, por fim, *naturaliza* a ocupação territorial amazônica, impondo limites às possibilidades de estudos/conhecimentos geográficos acerca do Movimento Social e da atual configuração territorial diferenciada (Resex) que se tem nos municípios do Vale do rio Acre.

Nesse sentido, a *gestão* do *entorno* tem contribuído para alienar parte da autenticidade da mensagem do bem, pois elimina as ambiguidades que fazem parte do patrimônio. Com este novo *entorno imediato* ocorreu o que Gonçalves (2007b) denomina de "eliminação das ambiguidades". Desse modo:

> No processo de construção dessas instituições situadas entre a memória e a história (tais como o patrimônio, as coleções, os museus, os monumentos, os arquivos), opera-se um trabalho cuidadoso de eliminação das ambiguidades (sic). Substituem-se categorias sensíveis, ambíguas e precárias (por exemplo, cheiro, paladar, tato, audição) por categorias abstratas e com fronteiras nitidamente delimitadas com a função de representar memórias e identidades. Essa eliminação da ambiguidade (sic) e da precariedade dos patrimônios culturais pode colocar em risco o seu poder de ressonância, seu poder de 'evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas de onde eles emergiram' (GONÇALVES, 2007b: 246).

De tal modo, eliminaram-se as "ambiguidades", de maneira que o papel do Estado opressor desapareceu, a luta social desapareceu e o que restou foi uma memória (a do herói) e uma identidade (o seringueiro extrator de látex que conformou a identidade acriana, segundo quer a história oficial).

Ao analisarmos as intervenções do DPHC, isto é, a gestão estadual, é fundamental salientar que quando o *bem* tem dois tombamentos, um de nível federal e outro de nível

estadual, como é o caso do *objeto cultural* em questão, as ações ou decisões federais sobrepõem-se às estaduais[52], pois:

> se as determinações de cada um dos entes políticos forem diversas e incompatíveis entre si, aplicar-se-á o princípio de maior interesse, prevalecendo as exigências do ente federal sobre o estadual e, desse último, sobre o municipal (RABELLO, 2009:36)

A *gestão* encabeçada pela DPHC/FEM teve anuência do Iphan - órgão responsável pela preservação federal do bem. A anuência do Iphan para as modificações no entorno imediato se deram, segundo o Processo nº 01450.00822-2010-41:

> De modo geral os projetos estão adequados à proposta de se criar unidades de apoio à visitação do bem tombado, a Casa de Chico Mendes. Entretanto, a Casa de Chico Mendes é um lugar de memória e no processo de recuperação dos espaços, é imprescindível que não se perca o "**espírito do lugar**", ou seja, **a ambiência existente à época de Chico deve ser preservada. O mais adequado para se garantir êxito no projeto é embasar o mesmo por pesquisa histórica, principalmente iconográfica** (IPHAN, Processo n.01450.00822-2010-41, fl. 43, grifo meu).

O Iphan autoriza as construções e recomenda a imprescindibilidade em não se perder o "espírito do lugar". Embora o parecer (01450.00822-2010-41, fl. 43) defina o espírito do lugar como a "ambiência existente à época de Chico Mendes" ele não aprofunda a discussão sobre o que seria esta ambiência e indica a pesquisa histórica iconográfica. Desse modo, restringiram o conceito de *espírito do lugar* aos aspectos morfológicos e estilísticos dos edifícios. Este entendimento desconsidera a *Declaración de Foz do Iguaçu* (2008) na medida em que esta trabalha o conceito de espírito de lugar sem limitá-lo à morfologia e estilo dos edifícios. Limitado ainda foi a sugestão de dar ênfase, *principalmente*, à pesquisa histórica *iconográfica*. Acredita-se que a pesquisa iconográfica é necessária no sentido de complementar os estudos sobre o antigo entorno e sobre as pequenas mudanças físicas sofridas na Casa ao longo do tempo, no entanto, tornar essa pesquisa base para as ações no entorno ainda é insuficiente. Pois, como vimos ainda com os requisitos observados pelo Iphan acerca das questões tipológicas e morfológicas, os espaços traduziram-se em lugares meramente plásticos e literalmente vazios.

Parece ter havido uma dissonância no entendimento do Depam com relação à proposta do projeto do DPHC para o *entorno imediato* ou o que importa ao Depam, no que

[52] No entanto, nem sempre é assim, em alguns casos vale os critérios mais **restritivos** independente da esfera (municipal, estadual ou federal).

diz respeito ao entorno de bens, resume-se à uma paisagem coesa em que o bem tombado prevaleça no campo da visibilidade e a tipologia das construções não destoem da do bem – pelo menos no que concerne à Casa de Chico Mendes e naquele ano de 2010 - , pois, não há no parecer mais nenhuma informação acerca do entendimento sobre ambiência e *espírito do lugar*.

3.2.2. Ações do IPHAN no Entorno da Casa de Chico Mendes

No âmbito prático e operacional, o Departamento de Patrimônio Material (Depam) do Iphan tem orientado os técnicos da instituição a utilizarem a Nota Técnica nº 001/2011/DEPAM (nos anexos) sobre *Estabelecimento de procedimento para delimitação de poligonal de entorno de bens tombados.* A Nota Técnica do Depam tem o intuito de instruir os técnicos das regionais acerca dos procedimentos para definição da poligonal do entorno de bens tombados. Esta Nota orientou os Estudos no Entorno da Casa de Chico Mendes, por isso, sua abordagem será apresentada aqui.

O referido documento define que "longe de se buscar uma ação de 'homogeneização do pensamento', se espera possibilitar a inclusão de uma gama ampla de servidores do Iphan na discussão" (fl. 01), ou seja, a Nota não apresenta uma orientação específica acerca de um procedimento que seja mais adequado para se pensar a delimitação de entornos, mas estabelecendo um debate entre técnicos do Iphan e levando à refletir sobre o entorno que deve definira partir de diferentes exemplos e situações.

O documento aponta ainda que o Iphan deve "**refletir** sobre até onde e sobre que aspectos são necessários" para "garantir a ambiência do bem protegido" (fl. 04, grifo meu). Com isso, o Depam acaba por atribuir mais responsabilidades aos técnicos das regionais que estejam como responsáveis diretos pela preservação dos patrimônios locais. E, ainda, aguça o sentido da reflexão dos mesmos nos processos de delimitação e normatização do entorno. Porém, a Nota apresenta alguns caminhos para se pensar a ambiência como uma área de amortecimento em que sua função seria "preservar a qualidade ambiental e paisagística adequadas para a fruição e compreensão do bem protegido e **dos valores a ele associados**"

(fl. 02, grifo meu). O documento não faz referência à nenhuma Carta Patrimonial. Se considerarmos o entorno na concepção da Carta de Xi'an, esta diz:

> O entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar." (Declaração de Xi'an, 2005 apud MOTTA & THOMPSON, 2010: 161-62).

Nesse sentido, a Nota apresenta alguns caminhos para se pensar nos entornos, porém, muito subjetivos e nada específicos. Entende-se que ao deixar a reflexão para os técnicos o Depam abre possibilidades de variadas e criativas metodologias que se possam partir do corpo técnico do Iphan, entretanto, não aponta caminhos mais seguros e como os discutidos nas Cartas Patrimoniais, deixando muito à desejar no quesito de orientação à operacionalidade dos técnicos das regionais. Nesse sentido a Nota é mais um convite à reflexão do que uma instrução operacional aos técnicos.

A Nota amplia a noção de visibilidade presente no Artigo 18, reiterando que preservar os **valores associados ao bem** é preservar a ambiência do entorno, ou seja, é preservar o bem cultural. Porém, a instituição pode estar trabalhando com o entorno de uma casa tombada no Livro do Tombo Histórico e o técnico enxergar valores relativos ao padrão arquitetônico da mesma e relacionar este padrão ao entorno, sem buscar testemunhos históricos diferenciados na área, como áreas verdes, escolas, locais de usos sociais importantes etc. Considerando que é um convite à reflexão, fica aberta a necessidade de se debater o que são os "valores associados ao bem".

O valor consagrado à Casa de Chico Mendes nos tombamentos federal e estadual é o "histórico". Como elaborar e definir polígonos e normas adequadas à compreensão do bem protegido e aos valores históricos a ele associados?

Por fim, acredita-se, que a orientação mais importante desta Nota diz respeito ao entendimento de que a área de entorno está **"relacionada à *gestão* e *preservação* dos bens tombados**" (Nota Técnica nº 001/2011/DEPAM, fl.01, ênfases minha). Colocando, assim, os trabalhos sobre entorno no campo da *preservação* dos bens tombados, assim como a restauração, por exemplo. Isso ratifica a importância dos entornos.

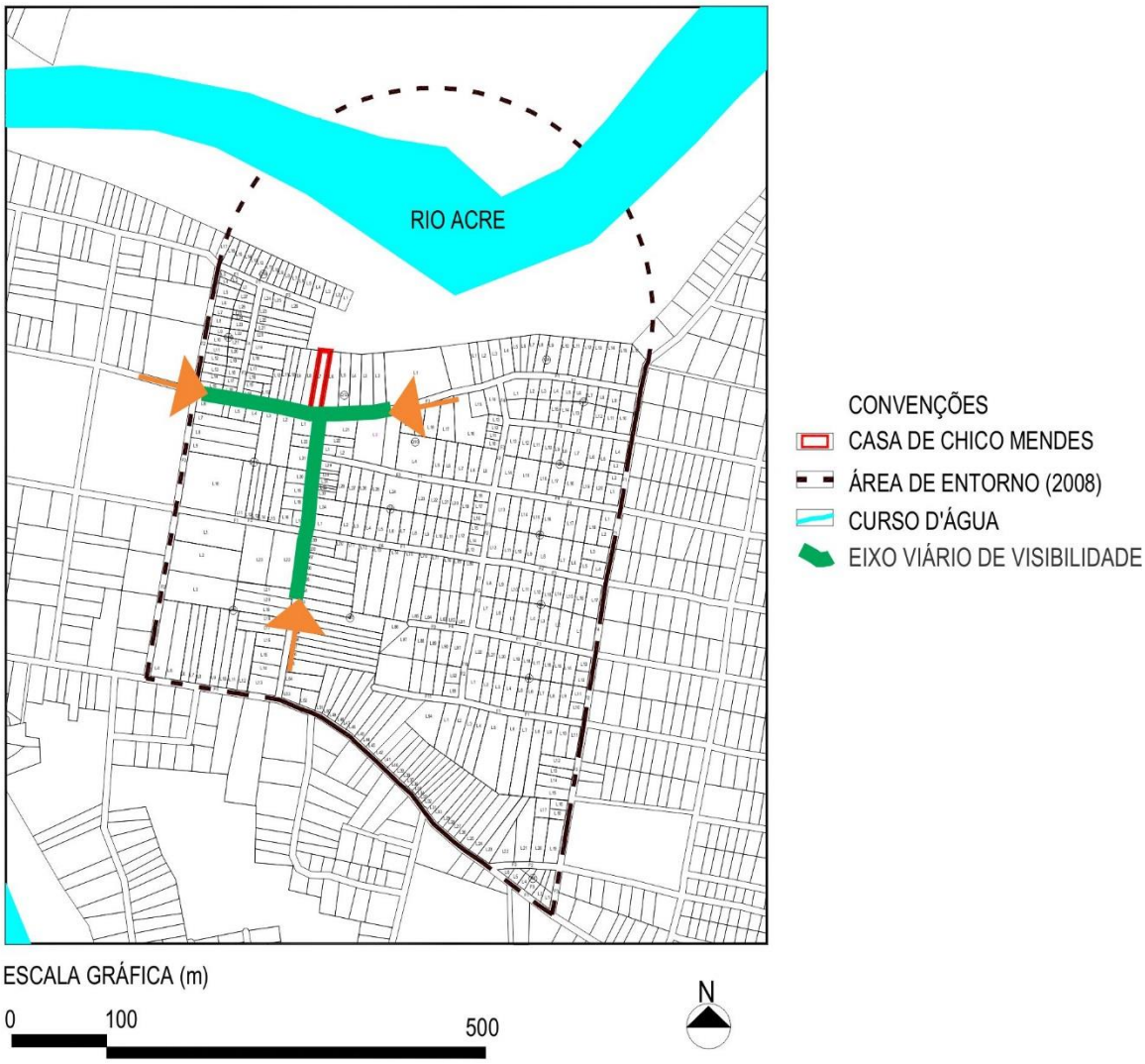
O principal trabalho encabeçado pelo Iphan/Acre no que se refere à Casa de Chico Mendes foi a elaboração de proposta de normas e de mudança na poligonal da área do entorno da Casa. Para a realização deste trabalho, conforme consta no documento

Normatização do Entorno da Casa de Chico Mendes[53], de autoria da Superintendência do Iphan no Acre, foram utilizados o *Manual de Normatização de Cidades Históricas - orientações para a elaboração de Diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas* (IPHAN/DEPAM, s/d), o *Manual do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG* (IPHAN/DEPAM, 2011) e a Nota Técnica nº 001/2011/DEPAM.

Os estudos relativos à Casa de Chico Mendes realizados nos últimos dois anos para a normatização do entorno foram elaborados e coordenados por um arquiteto, com a participação de um profissional da história e outro da geografia, tendo como resultado a delimitação de polígonos de interesses diferenciados, os quais serão apresentados mais à frente. Foi realizado um rigoroso estudo abordando a área definida no *Parecer Favorável ao Tombamento* (AGUILERA, IPHAN/DEPAM/Rio/JA01/007), concernente aos padrões estilísticos, tipologia construtiva e matéria-prima utilizadas nos edifícios do entorno, ou seja, foi feito um levantamento dos aspectos "crono-morfo-tipológico" das casas, relacionando a proximidade tipológica destas com a Casa de Chico Mendes.

A *Normatização do Entorno da Casa de Chico Mendes*, teve como referência a visibilidade e ambiência tipológica e paisagística do entorno, como os "eixos viários de visibilidade":

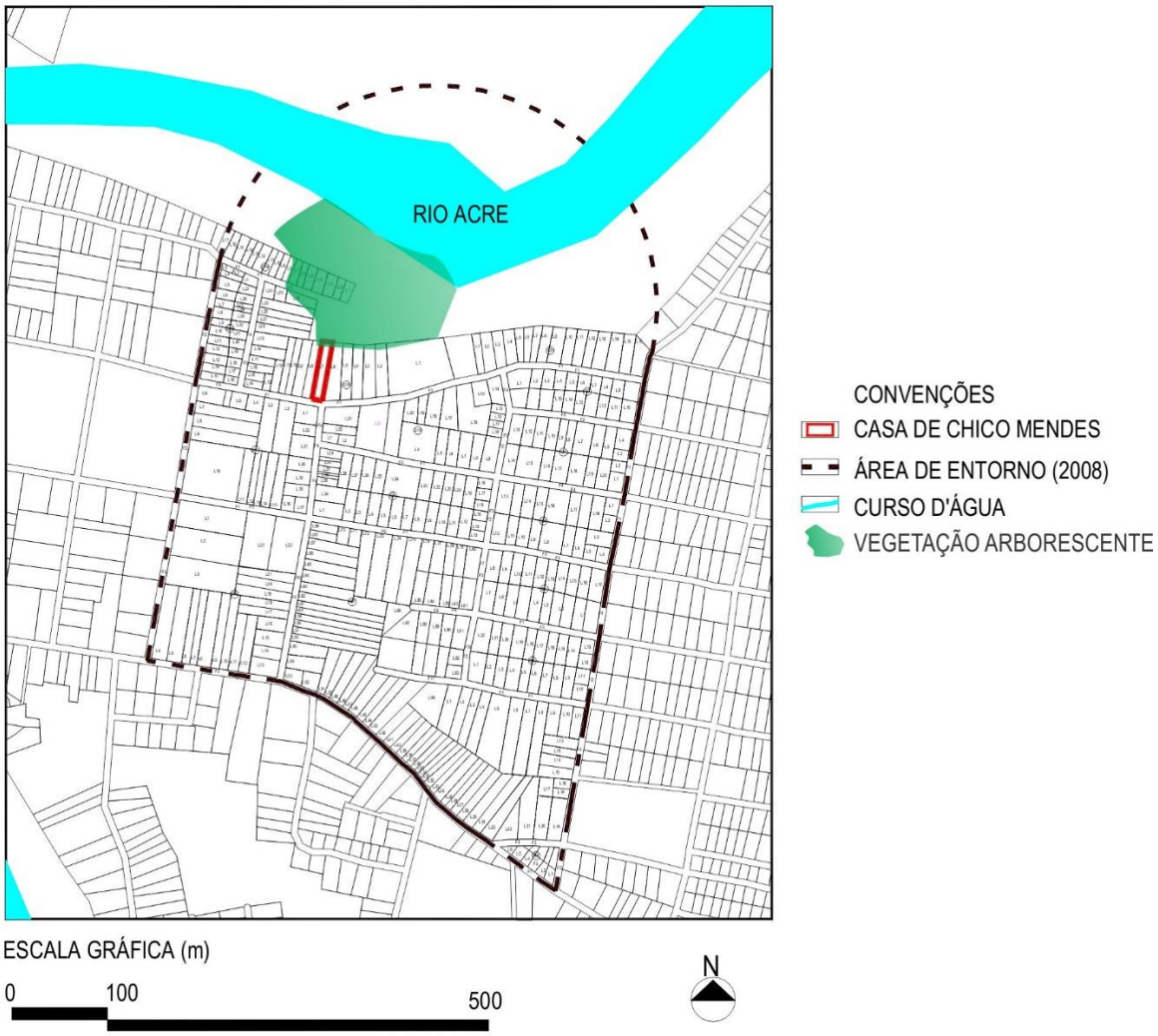
[53] Dossiê – Entorno Casa de Chico Mendes, Caixa nº23. Ano: 2010. IPHAN/ACRE.



Mapa 7. Eixos viários de visibilidade. **Fonte:** Arquivo IPHAN/AC. Normatização da Casa de Chico Mendes – Produto III, 2013.

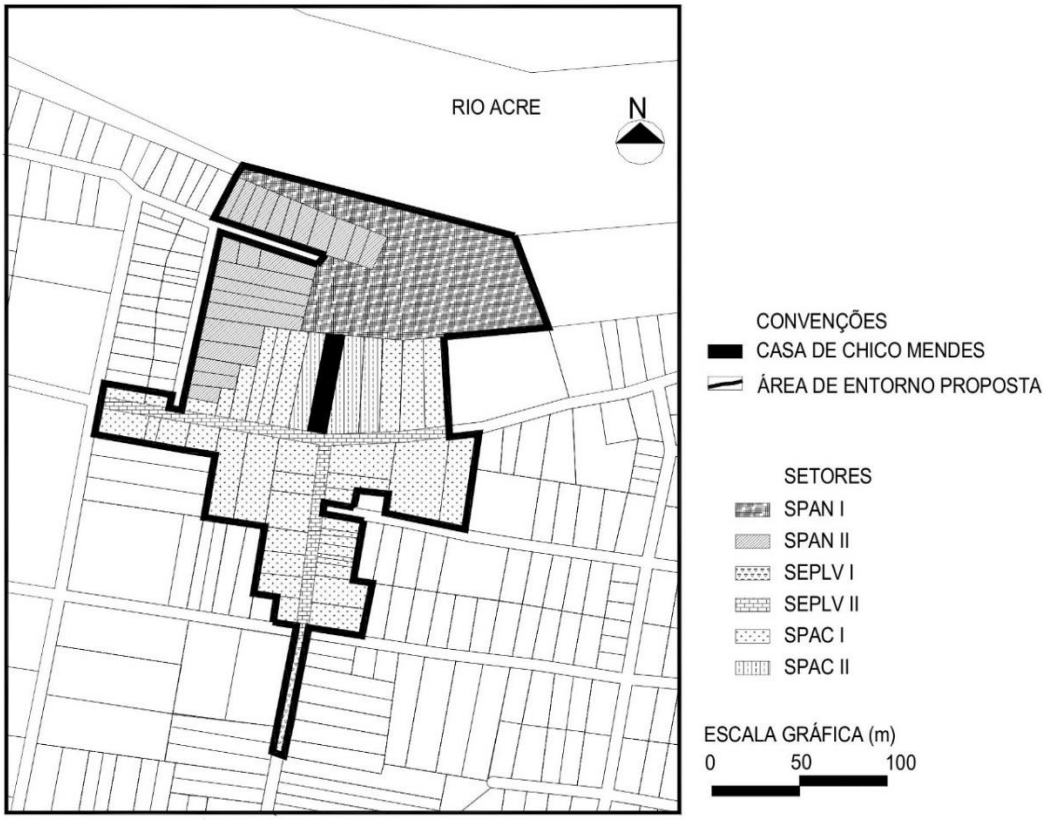
A partir destes eixos viários onde se tem a possibilidade de visualizar o bem, foi delimitado a poligonal do entorno, excluindo os outros elementos proposto por José Aguilera (2007). Entretanto, a mata aos fundos permaneceu, mas sem à percepção de Aguilera (2007) que considerava importante até a mata do outro lado do rio. A mata dos fundos que se verifica na figura abaixo entra com a perspectiva de "massa verde" que emoldura o bem, contribuindo para a estética do monumento na paisagem e, proporcionando, ainda um

“breve” olhar sobre o valor histórico remissivo às lutas socioambientais, porém, um diálogo não tão expressivo como o de Aguilera (2007) representado na poligonal de cor preta, abaixo:



Mapa 8. Mapa de vegetação dos fundos da Casa de Chico Mendes. **Fonte:** Arquivo IPHAN/AC. Normatização da Casa de Chico Mendes – Produto III, 2013.

A setorização e a nova poligonal de entorno ficaram conforme a figura a seguir (mapa 09):



Mapa 9. Setorização proposta para a nova área de entorno da Casa de Chico Mendes. **Fonte:** Arquivo IPHAN/AC. Normatização da Casa de Chico Mendes – Produto III, 2013.

Quanto ao **SPAN I** define o estudo:

> O **Setor de Proteção do Ambiente Natural I (SPAN I)** abrange grande parte de área vegetada com indivíduos arborescentes, livre e ciliar, bem como área de quintais e pomares de logradouros dos imóveis privados situados a partir dos fundos da Casa de Chico Mendes.

Nesta área, nos fundos da Casa, há uma mata ciliar mais próxima ao rio e uma mata ligada ao fundo da Casa de Chico Mendes formada pelo quintal dos fundos das casas que conformam o **SPAN II (Setor de Proteção de Ambiental Natural II)** – ambas áreas estão referenciadas no mapa 08. No SPAN II também recai normas que obrigam a manter as casas em seus padrões arquitetônicos originais, sendo permitida somente construções térreas, com recuos nas laterais e na frontal.

Rente aos fundos da Casa de Chico Mendes há uma erosão no solo, esta área põe em risco o terreno da Casa, pois foi altamente erodida na última alagação [2012]. É uma área de relevante importância para a aplicação de trabalhos relativos à estabilidade do solo.

É também nestas áreas SPAN I e SPAN II que há ocupação irregular, ou "invasões" como salientou Aguilera (2011). Na verdade, existem naquela mata tanto os moradores que estão próximos da área instável do solo, próximos ao esgoto, como os moradores da beira do rio. Estes últimos realizam pesca e agricultura perene no vale do rio Acre e também são conhecidos como ribeirinhos. Uma das normas estabelecidas para esta área foi:"não será admitida supressão da vegetação arborescente e arbustiva, considerada, a partir de agora, como área de preservação permanente – APP" (Minuta, Estudos de Entorno, IPHAN/AC, 2013). Esta talvez seja a área mais relevante e que dialoga com o bem tombado. No entanto, considerando aquela área verde (mapa 08) como uma APP elimina-se a possibilidade de manter ali as comunidades tradicionais ribeirinhas e que não foram citadas na minuta. As áreas de APP proíbem a residência de pessoas na área. Assim, deve-se realizar um trabalho na área que inclua um diálogo horizontal.

Algumas pessoas (os responsáveis pelas "invasões") que vivem próximo ao esgoto, em conversas informais, já manifestaram a necessidade de sair dali. Porém, seria necessário ter cautela e respeito aos moradores, considerando que estes expressam um contexto cultural local. Para a delimitação desta área dever-se-ia ter aprofundado enunciados geográficos e socioculturais locais, a fim de se pensar normas a partir de diálogos e conhecimento mais abrangente sobre as pessoas que ali residem.

Já no **SPAC II- Setor de Proteção do Ambiente Construído II** "abrange os imóveis lindeiros ao principal cone de visada formado pelas faces de quadra voltadas para as Ruas Pio Nazário e Dr. Batista de Moraes. Tem papel fundamental na escala morfológica e descortino da paisagem" (Minuta, Estudos de Entorno, IPHAN/ACRE, 2013). Nessa área a altura máxima das edificações deverá ter no máximo 5 metros, pois, garantem a visibilidade à frente da Casa de Chico Mendes.

No estudo do Iphan foi feito um amplo levantamento arquitetônico sobre as casas do polígono definido por José Aguilera (2007) foi verificado o tipo de material das estruturas das casas, seus usos, faixas de quadra entre outros valores crono-morfo-tipológicos que pudessem integrar algum conjunto arquitetônico daquele entorno com a Casa de Chico

Mendes, porém, definiu-se que as casas não dialogavam com o bem, ver “mapas temáticos” anexo.

Os **SEPLV I** e **II** – **Setor de Espaços Públicos Viários** refere-se proteção das ruas com pavimentação de tijolos cerâmicos, característica que dialoga com a construção tradicional de algumas ruas de Xapuri, uma referência relevante à área.

O **SPAC I - Setor de Proteção do Ambiente Construído I** abrange os imóveis vizinhos a Casa de Chico Mendes de propriedade do Governo do Estado do Acre e sobre esta área a diretriz estabelecida está nos parâmetros arquitetônicos, como altura e recuos. Estes parâmetros representam o já existente no local.

Segue abaixo alguns exemplos de faixas de quadra da cidade de Xapuri retiradas do próprio Estudo de Normatização (IPHAN-ACRE, 2013) a fim de realizarmos uma comparação meramente visual:



Rua Major Salinas (ver mapa 05).



Rua Dr. Batista de Moraes (ver mapa 05).



Rua Pio Nazário (ver mapa 05).

Esta perspectiva de entorno adotou como entendimento de ambiência as características da altura dos elementos contidos no entorno e da massa verde emoldurando o bem, caracterizando a visibilidade como critério definidor às normas. Esta ação contribui para a preservação da Casa no que diz respeito a visibilidade e estética do bem no meio urbano. Num segundo momento, em diálogo com a "memória" da Casa há a criação de uma APP, que precisa ser revista a partir do reconhecimento do grupo que vive ali. Sabe-se que as APP de áreas próximas aos rios são garantias previstas no Código Florestal, assim, deve-se analisar a jurisdição sobre a área considerando os grupos ribeirinhos que lá vivem, visto que são comunidades tradicionais amazônicas como era o próprio Chico Mendes.

Qual é o bem cultural que se tornou o 1º e o único Patrimônio Nacional do Acre: a Casa objeto ou a história de Chico Mendes? A Casa e a história? Talvez seja difícil compreender politicamente o valor da Casa e executar ações que enalteçam este valor em termos legais e institucionais.

A Casa é "resquício material" da história do ativista e da luta socioambiental dos seringueiros/povos da floresta. Se este é um dos elementos que compõe parte dessa história, chegamos ao que o patrimônio cultural é em essência, segundo Gonçalves (2005), ponte de diálogo entre o passado e o presente, entre os vivos e os mortos. Nesse sentido, o *valor consagrado* está na *história "*contada" pela Casa. Ademais, igualmente, ambas as instituições, no âmbito da *gestão*, ignoram os próprios aspectos históricos do *be*m: o fato de ser um patrimônio comunitário (objeto de reivindicação social). Isso poderia ser dito numa discreta placa na frente da Casa ou no Memorial ao lado.

Esta ação realizada pelo Iphan, reconhecida como ação de *gestão*/*preservação* de bens tombados, contempla somente a percepção da "visibilidade" do bem, valorizando aspectos relativos à paisagem urbana. No entanto, não traz um olhar sobre a *história*. Reaver os "problemas" identificados no Estudo de Entorno (IPHAN/ACRE, 2013) pode ser um bom caminho para começar a pensar na *preservação* espacial dessa memória "contida" na Casa.

Em resumo, tanto as ações do DPHC quanto as do Iphan, ratificando as primeiras, são questões sensíveis à preservação do patrimônio, pois, eliminaram-se as "ambiguidades" (GONÇALVES, 2007b):

> Aí talvez esteja um dos limites mais sensíveis e instáveis do trabalho social e político de construção dos patrimônios culturais e também de suas incontornáveis e ambíguas relações com o mercado (GONÇALVES, 2007b: 247).

Das "ambiguidades" eliminadas na Casa junto a seu *entorno imediato* algumas são exemplos de tensão-negociação entre grupos sociais e o Estado na constituição da história oficial: 1. A eliminação das ações da política de Estado naquele período (década de1970). 2. As ações do coletivo (os empates). 3. A preservação comunitária da Casa. Esta última não está diretamente relacionada ao entorno, poderia vir a partir de uma ação isolada do Iphan.

Acrescenta-se que não somente na "construção dos patrimônios" estejam seus limites sensíveis como afirmara Gonçalves (2002) em A Retórica da Perda, mas na *gestão* também, aliás, este último é uma parte sensível e frágil ante as diferentes pressões e interesses políticos e sociais nas áreas urbanas. Se entendermos *gestão* do bem cultural como *preservação*, na Casa de Chico Mendes não está havendo *preservação* do patrimônio em todo seu *conjunto cultural* (narrativa, ressonância, placa, máquina de escrever, Casa, entorno), ao contrário, está havendo eliminação de processos sociais, históricos e culturais que a Casa remete.

De que forma estas ações, que consideramos ser antagônicas ao processo de reconhecimento da Casa de Chico Mendes como patrimônio nacional, foram aprovadas e legitimadas pelos órgãos de preservação do patrimônio? A nosso ver esses órgãos deveriam estar comprometidos em preservar os valores atribuídos ao bem pela comunidade local e pelos estudos presentes no Processo de Tombamento do Iphan.

3.3. Os *entornos* na preservação das casas históricas e na de Chico Mendes

"Eu sou mais do que aquilo definido pelo presente fugaz"
Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência,
Yi-Fu Tuan, 1983:206

Nesse momento, inserimos uma última reflexão fomentada pelo entendimento do valor histórico da Casa de Chico Mendes e pela análise das ações implementada em seu entorno.

Consideramos que alguns apontamentos e questionamentos poderiam trazer à luz formas de se pensar o entorno e sua relação com a **preservação** do bem, assim, com o entendimento de que o entorno é uma área de proteção ao bem e, por sua vez, deve garantir uma preservação que dialogue com o valor cultural em que o bem está imbuído, como agir e pensar sobre a preservação de casas históricas espacialmente? E, ainda, no caso de Xapuri, como realizar políticas de entorno que valorizem o *espírito do lugar*, ou seja, o cotidiano xapuriense, o lugar Xapuri? (Declaración de Foz do Iguaçu, 2008; Declaração de Xi'an, 2005).

Pensar o patrimônio em Xapuri sobre a perspectiva do turismo, tal como foi feito no entorno imediato, pelo DPHC, é desconsiderar o *lugar*, ou seja, a própria Xapuri.

A *Declaración de Foz do Iguaçu* (2008) relaciona o lugar a um espaço que tenha certa singularidade atinente à identidade e, atrelado à isso, tem o aspecto da espiritualidade como o que dá vigor, alento e sustentabilidade à vivacidade da localidade. Nesse sentido, entende-se que a criação e os sentimentos humanos é que tornam os espaços em lugares. Verifica-se esta última afirmação, nas palavras do geógrafo Yi-Fu Tuan (1983) que, ao buscar definições sobre o conceito de *lugar* já perpassa pelo aspecto da espiritualidade, que o autor chama de "aura". E o mais difícil, no âmbito operacional, é identificar quais são estes aspectos.

Yi-Fu Tuan (1983:4), na tentativa de encontrar estas respostas, inicia seu texto com tal pergunta: "Que é um lugar? O que dá identidade a aura do lugar?" A busca do autor

caminha pela perspectiva do *experienciar* [sic] humano, concretizadas, num nível mais íntimo, pelos sentidos, como a visão e o olfato; num nível mais abrangente, pelos aspectos culturais; e, inevitavelmente, pela experiência sentida, ou seja, a intensidade e o passado que se vive nesse lugar.

Ao tombar uma casa e proteger o entorno dentro de uma pequena cidade estamos criando um *lugar*? Um *lugar de memória*? Sim, temos ali na Casa e seu entorno um lugar de memória em meio à área urbana. Um dos caminhos para responder estas questões é pensar no próprio conceito de *lugar*. Segundo Tuan (1983), o lugar diz algo sobre nós mesmos, sobre nossa história, sobre nossa cultura, sobre nossa luta, sobre nossa vida e nossa morte e, acrescentamos, sobre o bem tombado (como testemunho histórico) ou sobre as pessoas daquele lugar. E por que preservar este *lugar de memória*? Se buscarmos em nossa memória, o passado não aparece como uma paisagem límpida do qual podemos seguir as sequências de acontecimentos como um roteiro bem definido. O passado vem à mente como ruínas, pequenos fragmentos de lembrança. Mas há certa capacidade nos objetos de "segurar" o tempo e nos rememorar ou nos fazer identificar com o lugar, ou com alguém distante. Sobre o significado do passado salienta Tuan (1983):

> O que pode significar o passado para nós? As pessoas olham para trás por várias razões, mas uma é comum a todos: a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade. Eu sou mais do que aquilo definido pelo presente fugaz (TUAN, 1983:206).

De um modo geral o passado traz o aspecto identitário, mas existem variadas formas sociais de lidar com o tempo e com o passado, alguns querem relembrar constantemente, já outros esquecer. A busca pela preservação do espírito do lugar, por pensadores do patrimônio, vem nos apresentar uma tentativa de diálogo com os espaços, tratando-os como testemunhos do passado e de alguma coisa que está para além do espaço construído ou do meio ambiente, mas que é por este sustentado, como ventos, cheiros, sabores e o barulho surdo de um tiro. Nesse entendimento, a modificação do DPHC, pautada nas desapropriações e na não participação da comunidade local, foi uma completa desconsideração do *lugar* Xapuri. Sérios problemas foram identificados com relação ao tratamento do entorno da Casa de Chico Mendes no âmbito desta gestão empreendida pelo órgão e consentida pelo Iphan, dentre os problemas, destacamos: o processo de substituição de usos e expulsão de antigos moradores levando à descaracterização social do espaço e apagando parte importante da memória coletiva guardada pelas pessoas ainda vivas,

destruindo laços de vizinhança, vestígios da luta seringueira; a transformação do entorno imediato em um simulacro/cenário fantasma, com a construção de casas novas "imitando" as originais; tentativa de enobrecimento da área a partir da criação de espaços para consumo e "deleite" ao patrimônio; e a criação do Memorial do Seringueiro como um lugar que celebra claramente a vontade dos dominadores de querer apagar a conflituosa história do Movimento Seringueiro.

Já as ações do Iphan sobre a delimitação do entorno, caracterizamos duas visões: a primeira, do parecerista/arquiteto do Iphan/Depam e a do Iphan/AC.

O Depam considerou o entorno como testemunho histórico incluindo o rio, a mata - do outro lado do rio -, e casas de diferente arquitetura e à quatro quadras de distância do bem, na tentativa de manter elementos que, para ele, fazem parte de um contexto. Ressalta-se que a Casa de Chico Mendes não tem como ser vista dessa distância, a Casa é pequena e não se encontra num ponto alto da cidade. Nesse sentido, o técnico entende que os diferentes elementos abordados no entorno proporcionam certa deferência (apreço, respeito) sobre o valor simbólico do objeto arquitetônico (a Casa) e sobre a cidade de Xapuri. Estas considerações são concernentes ao entendimento de entorno presente na Carta de Veneza (1964) e na Carta de Xi'an (2005).

Assim, suponhamos, que se o Iphan-AC considerasse esta área do Depam (2007) como o atual entorno, as *normas* a serem elaboradas deveriam abordar a preservação da floresta, dialogando, de algum modo, com parte da memória sobre as reivindicações do Movimento Seringueiro. Ter-se-ia naquele entorno a possibilidade de realizar trabalhos com a comunidade, unindo a preservação ambiental com a patrimonial, abrindo possibilidades para a comunidade e visitantes (re) pensarem e refletirem tanto sobre as concepções políticas da luta seringueira, quanto sobre a importância da preservação da floresta e do rio. O entorno proposto pelo estudo elaborado pelo Depam (2007) exigiria um trabalho com a comunidade e a prefeitura local, em que se pesaria ao Iphan-AC o trabalho de igualar a importância de se preservar a floresta à importância de se preservar a memória. Nesse sentido, o técnico do Depam associou o objeto simbólico (o valor cultural remissivo à Casa) ao objeto arquitetônico (a Casa) e trouxe ao entorno uma leitura sobre Xapuri. Sem esta proposta de poligonal de entorno perdeu-se uma boa oportunidade de aplicar uma política de preservação ampla e talvez árdua, porém contributiva ao município.

A contribuição do Iphan-AC se deu ao ressaltar a falta da frondosa árvore que tinha na frente da Casa de Chico Mendes, observando que ela, como a pequena mata do fundo da Casa, emoldura o bem e também proporcionaria a relação do conceito de preservação no âmbito do patrimônio cultural e natural. Entretanto, diminuiu consideravelmente a poligonal do entorno. Mas com isso diminuiu também a incidência de trabalhos que o Iphan teria com aquela mata do outro lado do rio Acre e com próprio rio. Este pequeno entorno dialogaria com a capacidade de recursos humanos disponível na superintendência do Acre, que conta com somente dois técnicos. Preservando somente parte da mata diminuem-se os percalços da gestão, no entanto, será que eliminar o rio foi uma boa opção? O rio proporcionaria à instituição outras formas de (re) conhecer Xapuri. A percepção posta sobre o entorno, nesse caso, é que, a nosso ver, não dialoga diretamente com o valor simbólico.

E como preservar espacialmente um valor simbólico?

Onde tais normas do entorno do Iphan-AC dialogam com o objeto simbólico? Na pequena floresta dos fundos? Também. Nas casas que ficaram ao redor? Também. Mas a mata surge com a justificativa de ser elemento que emoldura o bem, este olhar valoriza a estética da paisagem em que o bem está situado. A criação de uma área de APP valoriza o aspecto da preservação do meio natural. Porém, ressalta-se que este entorno previamente definido deve ser o princípio de um trabalho de conscientização de preservação da área junto com a comunidade e a prefeitura, devendo, aí ultrapassar a percepção da visibilidade e da estética da paisagem local.

Os *Estudos de Entorno* (IPHAN/ACRE, 2013) não apresentam uma proposta de ação da instituição sobre quais procedimentos tomar com relação a área do *entorno imediato* criada pelo DPHC. Apontou-se o problema, mas não trouxe possibilidade de solução. Entendemos que, a partir das ações analisadas aqui, observa-se uma forte disparidade nos trabalhos de preservação deste patrimônio entre as instituições. Desse modo, há necessidade urgente de se estabelecer um diálogo horizontal entre todos os agentes de preservação: prefeitura, Governo do Estado (FEM/DPHC) e Iphan-AC.

O Iphan – autarquia do Ministério da Cultura, como instituição que vem trabalhando, preservando e reconhecendo desde a década de 1930 o patrimônio cultural de natureza material deveria dialogar mais com os órgãos públicos locais, se aproximar e apresentar-se mais às comunidades locais, fazer-se mais presente, para que o trabalho parta de demandas da sociedade e em parceria com os poderes locais. Conseguir, a partir de um trabalho em

conjunto, modificar a realidade instalada no entorno da Casa de Chico Mendes seria um caminho para uma preservação efetiva. Não queremos generalizar este processo, sabe-se que este seria um trabalho cuidadoso, exigindo diálogo e entendimento entre as partes envolvidas. Mesmo porque, a legislação do Iphan não incide diretamente sobre os usos das áreas de entorno, isto compete à prefeitura. De tal modo, este seria um trabalho político pautado na interlocução.

Em resumo, a instituição (Iphan) deve conhecer o lugar em que vai atuar, isto também é pensar nas formas de vida que se manifestam no espaço (TUAN, 1983) desde a comunidade até os agentes governamentais, a fim de destacar a importância do lugar e da comunidade que ali vive. No campo do patrimônio, Aloísio Magalhães (1997[1980]) *designer* que foi presidente do Iphan na década de 1980, reflete sobre este sentido:

> Há uma sutil interrogação: como preservar, quando, onde, de que maneira? Não se pode deixar de incluir a vida. Não há cidade morta, porque se a cidade está morta vira um centro de turismo, e não me parece ser esse nosso objetivo. Ora, se é no Velho Mundo, nos grandes países ricos e poderosos, que com mais facilidade se admite agir com moderado rigor, se é assim para eles, imaginem para nós! Olinda, com seus quatrocentos anos, não é uma cidade morta. Ao contrário, é uma cidade viva, é uma cidade em que você sente uma enorme vitalidade quando se aproxima dela. É uma cidade que tem criança na rua. Como resolver este problema? Como guardar, preservar e não cercear a dinâmica de vida própria de uma comunidade nova? Este é um desafio imenso, é uma coisa que deve fazer parte das nossas discussões: encontrar os mecanismos que permitam essa adequação entre a postura de preservar e a postura de mudar, de crescer (MAGALHÃES, 1980-1997:93)

O tombamento de bens culturais pode ser entendido como uma política pública capaz de estabelecer um diálogo entre o Estado e a sociedade no sentido de preservar e difundir valores culturais a partir do reconhecimento dos grupos sociais e seus direitos.

A gestora dos espaços de memória *Casa de Chico Mendes* e *Centro de Memória Chico Mendes* nos informou que o *uso* frequente dos espaços é feito pelas escolas do município, ou seja, o maior público, ou o mais frequente na Casa são de estudantes e professores de Xapuri. Sabe-se que é comum os patrimônios serem fontes/pontes de diálogo entre as culturas (GONÇALVES, 2005), ressaltando aspectos sensíveis e característicos das mesmas, por isso e pelos dados apresentados pela gestora, salienta-se a possibilidade de *uso* dos patrimônios locais para formação e conhecimento sobre aspectos históricos, culturais e

geográficos do lugar em que vive a própria comunidade. Para tanto, deve-se ter uma preservação efetiva.

A cidade de Xapuri possibilita contato com os moradores da Resex Chico Mendes e com os ribeirinhos e "colonheiros" que vivem na grande área de entorno da cidade. A Casa de Chico Mendes é uma ponte de diálogo dos jovens estudantes que vivem na cidade e na Reserva Extrativista - e lá também está o *coletivo* e sua *memória* referenciados na Casa. Nesse sentido, o papel da instituição no local pode vir como o de guardiã e orientadora, conforme conclui Aloísio Magalhães:

> Aí está justamente o papel do IPHAN. O papel do IPHAN – como guardião de um conceito do que seja permanência e a revitalização do que seja bem cultural – é a posição dele ser a figura capaz de dinamizar, dar continuidade no sentido de trajetória de uso, sem que haja nenhum risco de prejuízo e perda dos elementos fundamentais que caracterizem a estabilidade do bem cultural. Porque veja bem: o problema não é dinamizar para o turismo. Dinamizar para o turismo é um indicador só. Eu acho que a gente deveria falar muito mais em dinamizar, em **usar** no sentido social: o **uso** comunitário (MAGALHÃES, 1979-1997:187, grifo meu).

Se o *uso comunitário* é considerado por um dos presidentes do Iphan a melhor forma de *preservar* e *conservar* bens culturais tombados, o Iphan tem responsabilidade em refletir sobre esses *usos*. Aloísio Magalhães (1997 [1979]) defende que esse *uso* não deve ser pautado em apenas um indicador social, como o turismo, mas em vários indicadores, que teriam por maior finalidade os *usos* comunitários.

O que seria esse uso comunitário? Pode-se entender que esse *uso comunitário* se dá pelo habitante, ou seja, aquele que mantém relação constante com o bem cultural, o habitante - o *habitus* - (PORTO GONÇALVES, 2003) e o *experienciar* no espaço é que traria caminhos para se entender o(s) uso(s) comunitário(s) local (TUAN, 1983).

Por outro lado, há algo intrínseco nas casas históricas, que extrapolaria uma poligonal de entorno. É o que salienta Marcus Tadeu Ribeiro (2012:244), partindo de Roger Chartier "a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo...". Preservar esse tipo de bem requer efetuar uma descrição dos "campos semânticos" e "análise dos **enunciados culturais**" para delimitar "os espaços de sua ocorrência" (RIBEIRO, 2012:244, grifo meu). Assim, uma casa histórica é objeto simbólico da cultura local, pois a casa histórica está

ligada à um personagem, um vulto que apresenta uma centelha de um contexto histórico e social de certo grupo, de certa região.

Reconhecemos a dificuldade em se preservar as casas históricas espacialmente, ou seja, considerando somente seu entorno, visto que o "objeto" simbólico é infinitamente maior que o objeto arquitetônico. Assim, uma ação no entorno que contribuísse efetivamente para a preservação e proteção desse tipo de bem, exigiria uma complexidade maior na(s) metodologia(s) de trabalho e nos agentes envolvidos (prefeitura, secretarias de cultura, comunidade, órgãos de preservação etc.). No entanto, a preservação do patrimônio material, das casas históricas em especial, deveria se ater também à preservação de seus *enunciados culturais*, vivos ou em formas materiais que fazem remissão ao valor cultural do bem.

Quando se trabalha o entorno de casas históricas a partir da visibilidade não é possível contemplar todo o "objeto" simbólico, que é intangível. Quando o entorno contempla os testemunhos históricos e o contexto cultural/local, como fez Aguilera (2007) ainda assim ignora os *enunciados culturais* que podem estar fora do entorno, ou seja, àqueles que são reminiscências vivas ou materiais diretamente ligados à memória remissiva à casa histórica. Outros importantes *enunciados culturais* ligados à vida e morte de Chico Mendes são encontrados em Xapuri e estão bem longe dos polígonos de entornos verificados, aliás, mais que encontrados longe, estes *enunciados* caracterizam a região e o próprio *lugar* Xapuri, entre eles temos: a Reserva Extrativista Chico Mendes; os locais dos empates; ou mesmo a paisagem da zona rural/florestal que se divide em pastos e florestas (antigos seringais). Tem-se a memória de velhos que contribuem ao entendimento dessa história e que lutaram tanto quanto Chico Mendes lutou e ainda estão vivos.

Com essas considerações, podem pensar nossos interlocutores: A política de patrimônio material abarcaria esse entendimento? Buscar esses *enunciados culturais* seria uma atribuição do Iphan? Se a Instituição já tem um tombamento representativo sobre os seringueiros – a Casa- deveria a mesma se preocupar com tais *enunciados*?

Se o Iphan se mantiver no papel de *objetificador* [sic] (GONÇALVES, 2002) dos patrimônios materiais, em especial, da Casa de Chico Mendes, corre-se o risco de transformá-la em um objeto cultural morto, que faz parte de um "passado", quase uma ruína. Objeto morto não pela sua falta de conteúdo, riqueza ou ressonância, mas em sua preservação: uma memória morta para o Estado, pois, não agrega o grupo social e suas referências espaciais que estão ligadas à essa memória.

Para Reginaldo Gonçalves (2002) a ideia de objetificação [sic] das culturas está imbricada a uma metáfora, em que os patrimônios seriam parte de uma narrativa nacional dada pelo Iphan, porém, estes objetos e seus valores consagrados não seriam ahistóricos, mas "produtos de ações humanas histórica e socioculturalmente situadas" (GONÇALVES, 2002:14). No entanto, como narrativa do Estado, os patrimônios constituem-se em ações do mesmo. Ações que vêm catalogar os principais objetos para assim, tornarem-se símbolos representativos da diversidade da nação. Nesse sentido ocorre o que o autor chama de "distância entre a linguagem e experiência, entre símbolo e o que é simbolizado, significante e significado" (GONÇALVES, 2002:16). A Casa de Chico Mendes entra como um bom exemplo de identidade nortista, identidade amazônica que conforma a nação nacional. Dessa maneira, ter a Casa tombada já é inserir ao discurso de nação estes grupos sociais longínquos dos centros econômicos e culturais do país. Nesse sentido, sim, só a Casa tombada basta ao Iphan e exclui-se os *enunciados culturais* vivos remissivos à Casa, bastando ao Iphan a Casa tombada, agregando-a a narrativa nacional.

Porém, salientamos a necessidade de se pensar na preservação do patrimônio material inserindo as vozes das comunidades vivas que estão diretamente ligadas à essa memória. Não inseri-las no processo de preservação é deixar o tombamento pra soma da narrativa nacional e não para salvaguardar os patrimônios, visto que **não** estamos falando de uma casa histórica de dois séculos atrás. Fala-se de um fato (a preservação da Casa) que ocorreu faz 25 anos.

As casas históricas, a de Chico Mendes em especial, instiga a política de preservação do patrimônio à atuar para além dos olhares arquitetônicos usuais e adentrar nos *campos semânticos* referenciados no valor simbólico/histórico na busca de encontrar seus *enunciados culturais* (RIBEIRO, 2012).

Assim, a preservação da memória, ou melhor, da Casa de Chico Mendes, poderia abordar os locais onde ocorreram os empates, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e a memória dos velhos. Se a preservação ignorar estes apontamentos estará ignorando a riqueza desta história e a força de sua geografia para a região. Aliás, ir à Xapuri ou mesmo conversar com os vizinhos da Casa, parentes e gente que participaram do Movimento Seringueiro é conhecer a história dessa "nova" territorialidade (Resex) e do Movimento Social. A riqueza dessa história surge a partir de um turismo despretensioso, curioso e aberto.

Pode-se pensar na preservação a partir de uma perspectiva espacial que extrapola os entornos na busca de (re) conhecer, identificar e documentar, por sua vez, preservar estes *enunciados* para a própria Xapuri. Um mapa apontando os pontos onde se localizam esses *enunciados culturais* seria um bom começo. Um começo para realizar estratégias de pesquisas e de fundamentar o diálogo com os agentes envolvidos: Governo do Acre, prefeitura e comunidades. Num segundo momento, a partir das informações levantadas e com a aproximação da comunidade, ter-se-ão outros desafios.

Suponhamos uma situação imaginária por um instante: Se ocorresse uma grande cheia no rio Acre e esta destruísse aquele lugar de memória (a Casa, o Centro de Memória, as casas do entorno imediato etc.), onde poderíamos encontrar aspectos sobre os seringueiros, sobre o Movimento Seringueiro e sobre Chico Mendes em Xapuri? No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, na Resex, na memória dos velhos, nos seringais etc.

E se levarmos nossa imaginação à uma Xapuri de futuro distante, em que a tendência ao desmatamento de toda zona rural/florestal se cumprisse, e vermos a Casa de Chico Mendes intacta pelo tombamento, saberemos que lá, naquelas paisagens xapurienses, outrora houvera florestas e pastos.

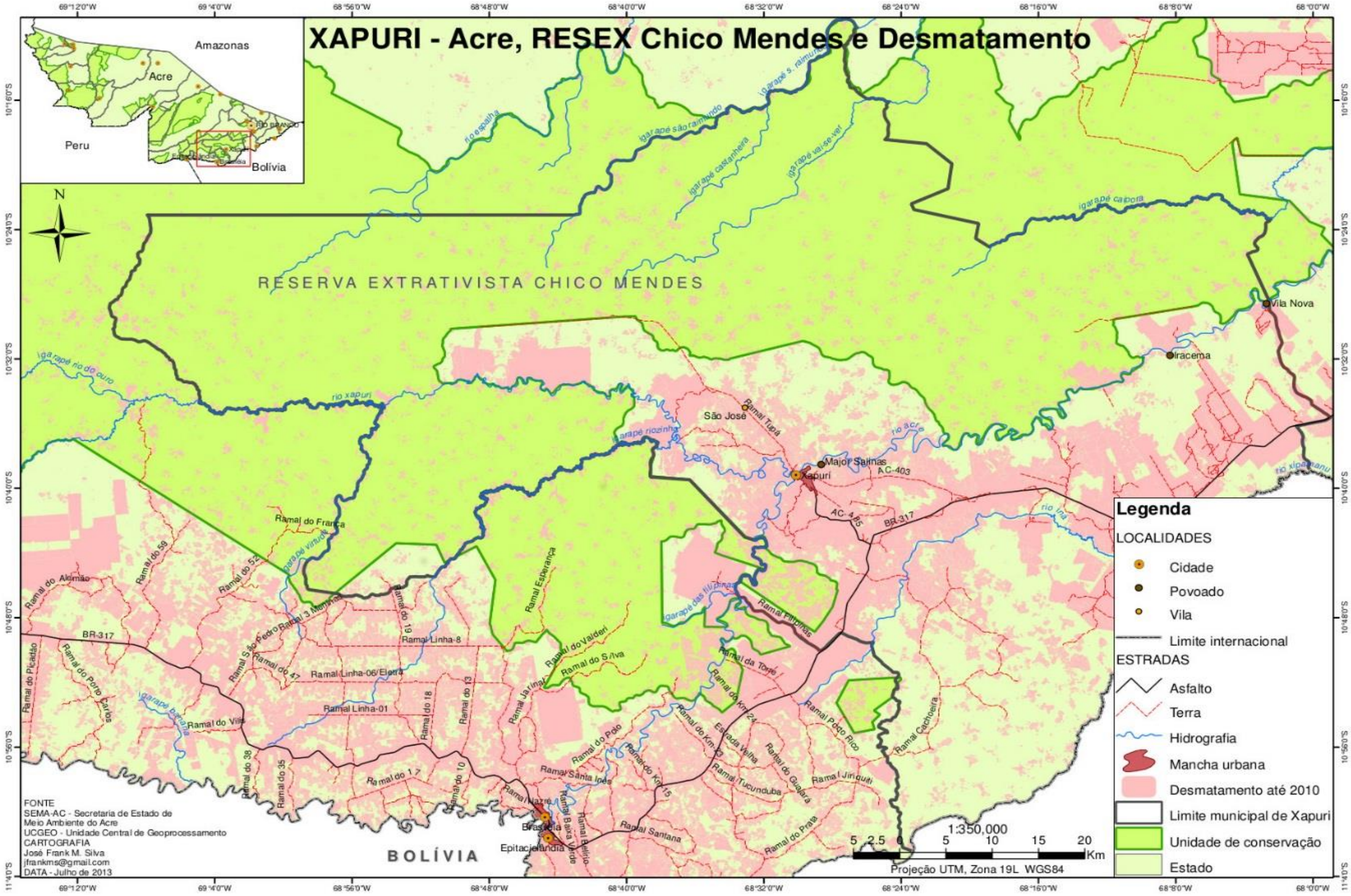
Nesse sentido, de antemão, já apontamos que um dos *enunciados* mais expressivos dessa memória é a Resex Chico Mendes (ver mapa 10). A luta dos seringueiros "grafou" a terra, marcou-a (PORTO GONÇALVES, 2003).

E este marco simbólico é tão representativo quanto a Casa. Na década 1990, após a morte de Chico Mendes, o decreto de criação da Resex Chico Mendes delineou uma nova geografia em Xapuri e, posteriormente, na política pública de preservação ambiental, tem-se, desde então, uma territorialidade diferenciada dentro de uma das regiões mais urbanizadas do Acre. Sobre essa territorialidade observa Enrique Leff (2003 apud GONÇALVES, 2003:4)

> Esta *geo-grafia* é um território conformado pela cultura; de uma cultura que co-evolui com a natureza definindo uma identidade; de uma identidade que se constitui em confrontação com "os de fora". O *território seringueiro* é o espaço construído na disputa por um recurso onde a cultura designa à natureza em que se reconhece. Os *seringueiros* chamaram *seringueira* a essa árvore-mãe, cujo leite é a *seringa*, alimento de um povo de que toma seu próprio nome (…).

> O território desta geografia é a vida feita corpo e símbolo, saberes e sabores, práticas e costumes. A cultura dá significado e sentido à natureza; escreve um território, imprime suas marcas na terra. É a terra lavrada da alvorada ao sol poente; sol radiante que vai engrossando os troncos da árvore e extendendo seus ramos para abraçar ao homem. Da *seringueira* seduzida pelo homem nasce uma cultura (LEFF, Enrique, 2003 apud GONÇALVES, Walter, 2003, p. 4).

Enrique Leff traz seu olhar sobre a pesquisa de Porto Gonçalves (2003) que, por sua vez, tem como defesa a tese de que o Movimento Seringueiro marcou no espaço sua *geo-grafia*, sua forma de viver, construindo políticas públicas e delimitando territórios na defesa de sua cosmologia.



Mapa 10. Resex Chico Mendes. **Fonte:** Informações geográficas da Secretaria de Meio Ambiente do Acre – SEMA. **Elaboração:** Frank Silva, 2013.

No Mapa 10 é possível verificar como o perímetro urbano é diminuto em relação a extensão territorial da Reserva Extrativista no município. No Acre, em todo seu território, é considerável a quantidade de Unidades de Conservação, compondo um total de 21 Unidades. Tais áreas são previstas na Lei n. 9.985, de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Assim, nos termos da Lei o SNUC "estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação (Art. 1).

O SNUC inclui e define várias categorias de Unidades dentre elas, a exemplo, os Parques de Preservação Integral, Floresta Nacional, Área de Relevante Interesse Ecológico etc (ICMBio, 2013). As Reservas Extrativistas, apesar de existirem desde os anos de 1990, via decreto nacional, também foram incluídas no SNUC em 2000.

Do total de Unidades no Estado do Acre, cinco são Reservas Extrativistas, sendo a maior delas - em extensão territorial - a Resex Chico Mendes, que abarca 970.570,00 hectares 6 municípios.

É relevante ressaltar que a Resex Chico Mendes tem uma expressividade territorial importante, não somente quando comparada ao tamanho das outras Resex do estado, mas sua expressividade apresenta-se no fato de localizar-se na região do Vale do Acre, região sudeste do Acre, composta pelas Microrregiões de Rio Branco, Sena Madureira e Brasiléia. Esta última abrange os município de Xapuri, Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia. Nessas microrregiões perpassa a BR-364 e BR-317 "ligando o sul do Amazonas (Boca do Acre) à fronteira tri-nacional com Peru e a Bolívia na cidade de Assis Brasil" (SILVA, 2008b:23).

Ao considerarmos que essa área é a primeira, desde início do século XX, a ser explorada ante os critérios do avanço capitalista - primeiro com o seringal como empresa, depois com o avanço da agropecuária - tornando essa região a mais desmatada do estado, a conquista dos seringueiros de Brasiléia e de Xapuri é bastante expressiva, e esse fato, ou melhor, esta conformação socioespacial, influência profundamente nos aspectos que identificam o *tempo* e o *lugar* de Xapuri (PORTO GONÇALVES, 2003; TUAN, 1983).

Assim, este território – a Resex CM - observado como um "documento" torna possível a apreensão de processos históricos e geográficos da região, abrangendo, ainda, o olhar sobre esta memória no panorama do patrimônio cultural.

No entanto, mais que um "documento" a Resex é viva, com famílias, músicas, histórias e diferentes formas de fazer e viver, de tal modo, mais do que memória falamos de

grupos tradicionais vivos que estão sob a égide de políticas ambientais. Perguntamos: por que não somar as políticas culturais nesse campo?

Por fim, ao que concerne à poligonal do entorno concordamos coma necessidade de que a gestão dos entornos deva ser balizada no aprofundamento dos *enunciados culturais locais*, tanto aqueles apontados pela comunidade quanto os baseados por estudos técnicos. No entanto, tais estudos devem considerar o *valor remissivo ao bem*. E, dever-se-ia, também, extrapolar os limites do entorno, *espacializando* (identificando) outros *enunciados culturais*.

Vale à pena, ainda, citar que a Casa de Chico Mendes induz um pensamento: a preservação de *bens* urbanos em Xapuri, assim como de cidades amazônicas rodeada de comunidades rurais/florestais deve interligar as políticas culturais com as ambientais, além de propor o reconhecimento destas comunidades do entorno da área urbana de maior expressão e desenvolver *usos* (dos patrimônios) que estejam no âmbito do modo de vida local. Com isso possibilita-se proporcionar um dos melhores benefícios que o título de Patrimônio Nacional pode trazer: os benefícios psicossociais (ARANTES NETO, 2004), principalmente quando se trata de pequenos municípios interioranos com grupos sociais "tradicionais" fora dos contextos desenvolvimentistas dos grandes centros urbanos. Contudo, o Iphan deve agir para além das políticas de gabinete na busca de um plano de proteção sustentável. Nesse sentido, o Iphan teria um forte papel de articulador entre prefeituras, Governos de Estado e comunidade.

CONCLUSÃO

Quando nesta pesquisa nos propomos a pensar no valor cultural do bem, estamos procurando pensar e refletir sobre formas de preservação.

Propomos um caminho para se pensar: o de entender como os valores culturais remissivos ao bem podem ser trabalhados e, por sua vez, delineados nas ações de gestão dos órgãos de preservação. Visto que, na experiência do Programa de Mestrado, as críticas mais elencadas estavam pautadas nessa questão.

Por vezes a gestão do patrimônio fica presa à um operacionalismo burocrático e representativo que não consegue inserir-se no meio em que se está atuando, a não ser de forma pontual e pouco profunda. Por outro lado, existe técnicos competentes e atentos aos anseios da sociedade e ao papel social de seu trabalho, entretanto, o próprio recurso humano e orçamentário da instituição não permite que o trabalho avance ou se faça da maneira como foi idealizado. Trabalhar com os patrimônios materiais também é trabalhar com a cultura, com o *lugar*, com as pessoas que ali vivem, como memórias vivas ou ruínas que podem trazer novas informações sobre certo grupo social e sobre o bem, nesse sentido, os patrimônios podem ser mais do que aquilo defino a partir de sua materialidade. Isso o Iphan soube perceber na *consagração* dos valores históricos e culturais relativos à Casa de Chico Mendes, entretanto, a *preservação* requer novos olhares e desafios técnicos. São os ossos do ofício de se trabalhar com políticas públicas. E realizar política pública, contemplando sua função social, requer quase que um ativismo político por parte dos técnicos do patrimônio cultural, ao menos na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. **Zoneamento Ecológico Econômico do estado do Acre-ZEE**. **Fase II**. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre. Rio Branco: SEMA, Acre, 2010, p. 205.

_____.**Lei nº Lei 1.294, de 1999**. (Legislação Estadual de Patrimônio Cultural).Disponível em: <http://www.aleac.net/legislacao> Acesso em: 15. Fev. 2012.

_____. **Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba – Condiac.** Disponível em: http://condiac.blogspot.com.br/

_____. **Decreto nº15.025/2006**, Tombamento estadual da Casa de Chico Mendes(Legislação Estadual de Patrimônio Cultural). Disponível em: <http://www.aleac.net/legislacao> Acesso em: 15. Fev. 2012.

AGUILERA, José. **Parecer Favorável ao tombamento da Casa de Chico Mendes.** IPHAN- DEPAM. 2007.

ALEGRETTI. Mary Helena**. A construção social de políticas ambientais**: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**.** Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento sustentável, Universidade de Brasília, DF: 2002.

_____. **A construção social de políticas públicas**: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. In: Revista Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. Editora UFPR. 2008.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** n. 30. IPHAN: Rio de Janeiro, 2002, p.257-269.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. In: **Resgate:** revista de cultura. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp n. 13, 2004, p.11-18.

BACHELARD**,** Gaston. (Capítulo I e II). **A formação do pensamento científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política:** Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, vol. 1, 3ed. 1987, p. 197-221.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 02. Agosto de 2012. Artigos 215, 216, 225, 231 e 232.

_____. **Decreto-Lei nº 25 –** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. In: Legislação sobre patrimônio Cultural. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

_____.**Decreto Nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>Acesso em: 02 de agosto de 2012.

_____. **Decreto Nº 3551**, de 04 de agosto de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. In: **Legislação sobre patrimônio Cultural**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010

_____. **Decreto Nº 99.144**, de 12 de março de 1990 – Cria a Reserva Extrativista Chico Mendes. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/cmendes/opdecret.htm> Acesso em: 02 de agosto de 2012.

_____. **Decreto n° 98.863**, de 23 de jan. de 1990 – Cria a Reserva Extrativista do Alto Juruá e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/ajurua/opdecret.htm>Acesso em: 11 agosto de 2013.

_____. **Decreto nº 98.897**, de 30 de janeiro de 1990 – Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm> Acesso em: 11 de agosto de 2013.

_____. **Lei n º 7.804**, de 18 de julho de 1989 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7804.htm> Acesso em: 11 de agosto de 2013.

_____.**Lei nº 12. 651**, de 25 de maio de 2012. **Código Florestal**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83>. Acesso em: 25 de junho de 2012. Capítulo II, seção I, seção II.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar na "era das redes" In: CARLOS, Ana Fani Alessandri.**O lugar no/do mundo**.São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, Marcio Rodrigo Côelho. **Quando a arquitetura menor é a maior.** Artigo apresentado no 4º Encontro Internacional Arquimemória. Bahia, maio de 2013. 1 – CD-ROM.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**; tradução de Luciano Vieira Machado. 3 ed. –São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Entre vestígios do passado e interpretação da história: introdução ao estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, Sandra et al. (Coord.) **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural.**Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 37-49.

COSTA, Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da. **Madeira que cupim não rói – Xapuri em arquitetura – 1913-1945**. Rio Branco: Gráfica 2 Irmãos, 2010.

CONVENÇÃO OIT (Organização Internacional do Trabalho) **N. 169/1989**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B68E913995EB0/Quadro_OIT_ratificadas_Brasil_junho_2009.pdf.>.

CUNHA, Cláudia C. **Reservas Extrativistas: Institucionalização e implementação no estado brasileiro dos anos 1990.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, 2010.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Iphan, 2004.

DEBORD, Guy. **Sociedade do Espetáculo**. [1967] 1990. Ebooksbrasil. Disponível em:<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf.>.

ELLIAS, Norbert. Processos de formação de Estados e construção de nação. In: _____. **Escritos e Ensaios**;1. Estado, processo e opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 153-166.

FARIA, Juliana Prestes Ribeiro de. **Influência africana na arquitetura de terra de Minas Gerais.** Dissertação. Programa de Mestrado de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Belo Horizonte, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3a. Ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. **Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio.** Políticas Sociais: acompanhamento e análise, p. 111-119. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf. Acesso em: 22 de setembro de 2013.

FIGALI MOREIRA, Junior. Patrimônio histórico e Paisagístico do Estado do Acre. In:**ZEE-Cultural Político: Memória, Identidades e Territorialidades**. Livro temático - vol. 04 do ZEE- Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre. Rio Branco: SEMA, Acre, 2010, p. 52-79.

GEERTZ, Clifford. PARTE I. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A interpretação das Culturas. 1**. ed. 13 reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRECHI, Moacir. **Reza e Empate na Amazônia**. In: Caderno da Floresta 2. FEM. Dez. Dez. 2008

GONÇALVES, Janice. O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética de tombamento (1938-1972). In: CHUVA, Marcia (Org.). **Patrimônio Cultural:** Políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Ed. Mauad: FAPERJ, Rio de Janeiro, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Ed. UFRJ; IPHAN, 2002.

_____. Patrimônio como categoria de pensamento. In: Abreu, Regina e Chagas, Mario (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DPA. 2003 (a).

_____.Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios.In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, 2005, p. 15-36.

_____. Antropologia dos objetos: coleções museus e patrimônios. In: GONÇALVES, Reginaldo. **Coleção Museu, memória e cidadania**. 2007(a). Disponível em: <http://naui.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf >.

_____. Os limites do Patrimônio. In**:** Lima, Manuel Ferreira; Eckert, Cornelia; Beltrão, Jane Felipe. (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e desafios contemporâneos.** Florianópolis-SC: Nova Letra/ABA, 2007, v. 1, p. 45-56. (b).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos & BITAR, Nina Pinheiro & GUIMARÃES, Roberta Sampaio (Org.). **A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância**. Rio de Janeiro: Muad X: Faperj, 2013.

GREENBLATT, Stephen. O Novo Historicismo: Ressonância e Encantamento. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.244-261.

HADDAD, Cecília. GARAVELLO, Maria Elisa P. E. **Diferença e identidade no direito socioambiental contemporâneo**: uma análise das consequências da aplicação de normas jurídicas ambientais na manutenção da cultura quilombola. Revista Direitos Culturais, Santo Ângelo, v. 5, n.9, p35-48, jul./dez. 2010.

HALBWALCHS, Maurice. **A memória coletiva.** Ed. Centauro: São Paulo, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de janeiro: DP&A, 2005.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-Industrial à Pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997 (Cap. 4, 5 e 7).

LEGISLAÇÃO brasileira. **Legislação sobre Patrimônio Cultural**. Câmara dos Deputados, Ed. Câmaras, 2010.

LITTLE. E. Paul. **Territórios sociais e Povos tradicionais no Brasil**: Por uma Antropologia da Territorialidade. Brasília, UnB, Série Antropológica n°322, 2002.

LIMA, Manoel Ferreira. **O Acre**: seus aspectos físicos e geográficos, socioeconômicos, históricos e seus problemas. Vol. I. Rio Branco: [S.ed.], [S.d.]. p. 3-4.

MAGALHÃES, Aloísio. ***E Triunfo?*** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MANASFÍ, MahaKouziManasfí e (Org.). **Dossiê Chico Mendes**: Cobertura da imprensa. Impressão Tribunal de justiça do Acre. Biênio 2000-2002.

MARCHESE, Daniela. **"Eu entro pela perna direita":** espaço, representação e identidade do seringueiro no Acre. Trad. Elenkey B. Pimentel. Rio Branco: EDUFAC, 2005. 144p. 2005

MATTOS, Raphael Augusto da Cunha. **Relatório da Prefeitura do Departamento do Alto Acre**. Villa Rio Branco. 1904. p. 20. In: Acervo DPHC-FEM.

MENDES. Ana Beatriz Vianna. **Conservação ambiental e direitos multiculturais:** Reflexões sobre Justiça**.** Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estatual de Campinas, SP: 2009.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. *O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In:* **IPHAN.** ***I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural****: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009.* Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. **Enciclopédia dos Municípios Acreanos**: Xapuri. v. 5. Brasília: Senado Federal, 2006. p.52.

MORAIS. Maria de Jesus. Capítulo I- Território, identidade e memória: tramas conceituais para pensar a acreanidade. In: **"Acreanidade": invenção** e reinvenção da identidade acreana**.** Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, 2008.

MOTTA, Lia&THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

NEGREIROS, Cesar & FONSECA, Manuel Souza. **Amazónia**: Prescrição de um crime. Portugal: Orfeu. 2012.

NEVES, Marlúcia Cândida de Oliveira. **A colocação e a casa do Seringueiro:** Exemplo de arquitetura vernácula da Amazônia. Rio Branco: Gráfica TJ/ AC. 2007

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória:** Cadastro, Fotografia, fotogrametria e Arqueologia**.** Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

PERALTA, **Abordagens teóricas aos Estudos de memória social**: uma resenha crítica. In: Revista Antropologia, Escala e memória. n. 2 (Nova série) 2007, p. 4-26.

PEREIRA, Jordeana D &SILVA, Sheyla S.S. Políticas sociais no contexto neoliberal: focalização e desmonte. **Quailt@s**- Revista eletrônica – ISSN 1677-4280 – Ed. Especial Vol. 5, n. 3, 2006.

PESSÔA, José (Org.). **Lucio Costa:** documentos de trabalho. 2a. Ed. IPHAN: Rio de Janeiro, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In**: Estudos históricos.** Rio de Janeiro , vol. 2, n. 3, 1989, p.. 3-15.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo**: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade do seringueiro (a Reserva Extrativista)**.** Brasília: IBAMA, 2003.

_____. "Chico Mendes, um ecossocialista". In: **OSAL**. (Buenos Aires: CLACSO) Año X, No. 25, abril de 2009. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal25/09porto.pdf>. Acesso em: janeiro de 2013.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais**: o tombamento**.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RENNÓ. Lucio. (Org) **Coletânea de Políticas Públicas de Cultura**: práticas e reflexões**.** Universidade Católica de Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricasIn: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 34. IPHAN: Rio de Janeiro, 2012, p.223-248.

RODRIGUES, Gomercindo. **Caminhando na Floresta**. Rio Branco-Ac: Udufac, 2009.

SANTILLI. Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

_____. **Espaço e Método**. 3. ed. São Paulo, SP: Nobel, 1992. 88 p.

SELLIGMANN-SILVA, Marcio. **O local da diferença**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34. 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, AgriculturaFamiliar e Pluriatividade.In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.18 N. 51. 2003. p. 99-121.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a "alma das coisas" e a coisificação do objeto. In: **Revista Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano. 11, n. 23, 2005, p.37-50.

SILVEIRA. Tissiano. **Algumas questões para o uso da história oral com seringueiros.** Anais Eletrônicos do XI Encontro de História Oral, Memória, Democracia e Justiça de 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340019743_ARQUIVO_textocompleto_tissiano.pdf> Acesso em: outubro de 2012.

SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o patrimônio: um anteprojeto ainda atual**.** In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** IPHAN: Rio de Janeiro n. 30, 2002, p. 128-137.

SILVA, Marina. Doce como uruçu. In: **Caderno Povos da Floresta 2.Comitê Chico Mendes.** Rio Branco, Dezembro de 2008, p. 23-31.

SILVA, Silvio Simione. Camponeses da floresta: apontamentos para a compreensão da diferenciação dostrabalhadores seringueiros do campesinato acreano**.** In: **Terra Livre**. Ano 22. Vol. 01. n. 26. p. 45-61. Goiânia – GO. 2006.

_____. A liberdade no “fazer ciência” em Geografia. In: **Terra Livre**. Ano 18, v. 2, n. 19, p. 213-228. ABG: 2008 (a).

_____. Geografia da luta pela terra: conflito e resistência camponesa acreana**.** In: SILVIO, Simione (Org.). **Acre**: Uma visão temática de sua Geografia. Rio Branco: EDUFAC, p. 175-189. 2008 (b).

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre.** Rio Branco: M.M. Paim, 1995.

TAVARES, Braúlio. O contemporâneo e o tradicional: diálogos, conflitos e convergências. In: **Seminário Nacional de Políticas Públicas para culturas populares**. Brasília: Ministério da cultura, 2006.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. In: **Revista Habitus**. Goiânia, v. 4, n. 1, 2006, p. 437-454.

VIEIRA, T. R. T.; MACHADO, Eliel Ribeiro. A revolução boliviana de 1952: entre a ruptura e a desilusão.In: **VIII Sepech - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**, 2010, Londrina. Anais VIII Sepech - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, p. 2028-2041. 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 227 p. 1983.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

CARTAS PATRIMONIAIS

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Recomendação de Nairóbi*. Nairóbi, 26 de novembro de 1976 – Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 217-234.

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. *Carta de Veneza.* Veneza, maio de 1964 – Carta internacional sobre conservação e restauro de monumentos e sítios. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 91-95.

_____. *Declaração de Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu, maio de 2008 – Sobre o Espírito do Lugar. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/outras_noticias/Declaracion_de_Foz_do_Iguacu_2008.pdf> Acesso em 06 de junho de 2012.

_____. *Declaração de Xi'an*. China. Outubro de 2005 – Sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Declaração_de_Xi'an_2005.pdf> Acesso em 18 de maio de 2013.

Cone Sul. *Carta de Brasília*. Brasília, 1995 – Documento regional do Cone Sul. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 323-328.

DOCUMENTOS DO IPHAN

IPHAN. **ATA da 56ª Reunião do Conselho Consultivo**. 15 de maio de 2008, (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=17207&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>.

_____. Estudos para Normatização do Entorno da Casa de Chico Mendes. Rio Branco- AC, 2013. In: **Dossiê – entorno da Casa de Chico Mendes.** Processo de Tombamento n. 1.549-T-07 "Casa de Chico Mendes e seu acervo, município de Xapuri, Acre.". Data do arquivamento: 04/2012, Caixa n. 23, Ano: 2010, Cód. De Arquivamento: 2 nível. Pasta 04. IPHAN/ACRE. Rio Branco, ano de consulta: 2013.

_____. **Livro do Tombo Histórico**, volume III, fls. 10 a 11, número de inscrição: 596, desde 2008. Departamento de Identificação e Documentação, Arquivo Noronha Santos – Rio de Janeiro – RJ.

_____. Processo de retirada de árvore em frente a Casa de Chico Mendes. In: **Processo de Retira de Árvore 01423.000074-2010-18**. Ano: 2010. Setor de documentos Geral. Caixa: s/n. Ano 2012. Arquivo do IPHAN/ACRE. Ano da Consulta: 2013.

_____. **Nota Técnica nº 001/2011**/DEPAM sobre Estabelecimento de procedimento para delimitação de poligonal de entorno de bens tombados.

_____. Aguilera, José. Parecer Favorável ao Tombamento da Casa de Chico Mendes. IPHAN/DEPAM/Rio/JA01/007. In: **Dossiê – entorno da Casa de Chico Mendes.** Processo de Tombamento n. 1.549-T-07 "Casa de Chico Mendes e seu acervo, município de Xapuri, Acre.". Data do arquivamento: 04/2012, Caixa n. 23, Ano: 2010, Cód. De Arquivamento: 2 nível. Pasta 02. IPHAN/ACRE. Rio Branco, ano de consulta: 2013.

_____. Processo sobre Entorno da Casa de Chico Mendes do IPHAN *(n*º 01450.00822-2010-41/IPHAN/DEPAM/2010. In: **Dossiê – entorno da Casa de Chico Mendes.** Processo de Tombamento n. 1.549-T-07 "Casa de Chico Mendes e seu acervo, município de Xapuri, Acre.". Data do arquivamento: 04/2012, Caixa n. 23, Ano: 2010, Cód. De Arquivamento: 2 nível. Pasta 03. IPHAN/ACRE. Rio Branco, ano de consulta: 2013.

_____. **Inventario de Referências Culturais de Xapuri-INRC**. Fundação de Cultura Elias Mansour, Rio Branco-AC, 2008. Biblioteca do IPHAN/ACRE. (Texto não publicado).

_____. **SICG-Xapuri**, Iphan, 2012.

DOCUMENTOS DA FEM

DPHC/FEM. Resolução do Conselho de Cultural Estadual, o **Processo de Tombamento da Casa FEM/DPHC/0011157-6/2010**. Arquivo do DPHC. Ano da consulta: 2012/2013.

_____. Projeto de Desenvolvimento do Turismo sustentável em Xapuri, s/d. **Processo de Tombamento da Casa FEM/DPHC/0011157-6/2010**. Ano 2010. Arquivo do DPHC. Ano da consulta: 2012/2013.

_____. **Processo de Desapropriação nº0014308-7**. Ano: 2008. Arquivo do DPHC. Ano da consulta: 2012/2013

_____. Memorial Fotográfico. In: **Processo de Desapropriação** FEM/DPHC/0014308-7/2008, fl. 14. Ano: 2008. Arquivo do DPHC. Ano da consulta: 2012/2013

DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

Mapas

Wikimedia Commons. **Localização do Município de Xapuri**. 1 Mapa, color. S/escala. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Acre_Municip_Xapuri.svg>. Acesso em: janeiro de 2014.

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. **Resex Chico Mendes no Estado do Acre**. 2 Mapa, color. S/ Escala. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/cmendes/visite.htm >. Acesso em: outubro de 2013.

Stélia Castro. **Localização da Casa de Chico Mendes no perímetro de Xapuri**. 3 Mapa, color, Escala: 1:250.000. Ano de elaboração: 2013.

IPHAN. (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão de Xapuri). **Mapa do município de Xapur**i. 4 Mapa, color, S/escala. 2012.

IPHAN/DEPAM. **Primeira Proposta de delimitação de entorno**. Acre, 2007. Mapa 5, color, escala: 1:3000. Elaboração Stélia Castro, 2012.

Jornal Página 20, capa. **Municípios da Bacia do Rio Acre**. 2013. Mapa 6, color, s/escala. Disponível em:< http://www.pagina20.net/cotidiano/governo-decreta-situacao-de-emergencia-nos-municipios-da-bacia-do-rio-acre/>. Acesso em: Outubro de 2013.

Arquivo IPHAN/AC. Normatização da Casa de Chico Mendes – Produto III, 2013. **Eixos viários de visibilidade**. Mapa 11, color, escala 1:100.

Arquivo IPHAN/AC. Normatização da Casa de Chico Mendes – Produto III, 2013. **Vegetação dos fundos da Casa de Chico Mendes**. Mapa 8, color, escala 1:1000.

Arquivo IPHAN/AC. Normatização da Casa de Chico Mendes – Produto III, 2013. **Setorização proposta para a nova área de entorno da Casa de Chico Mendes**. Mapa 9, color, escala 1:1000.

SILVA, Frank. **Resex Chico Mendes**. Mapa 10**,** color, escala 1:350.000. Informações geográficas da Secretaria de Meio Ambiente do Acre – SEMA. 2013.

Figuras

MELLO, Hélio. **Estradas da floresta**. Figura 1. 1983.

São Sebastião. Figura 2. Disponível em:< http://www.airu.com.br/produto/484221/sao-sebastiao>.

Fotografias

Arquivo FEM. **Inauguração da Usina Castanha**. 1933. 1 fotografia.

Arquivo FEM. **Casario da Rua do Comperio, Xapuri.** s/d. 2 fotografia.

CASTRO, Stélia. **Catraia.** 2013. 3 fotografia.

CASTRO, Stélia. **Casa de Chico Mendes**. Entre 1988 e 1992. 4 fotografia.

CASTRO, Stélia. **Sala da Casa de Chico Mendes**. 2013. 5 fotografia.

CASTRO, Stélia. **Livros.** 2013. 6 fotografia.

CASTRO, Stélia. Quarto do casal. 2013. 7 fotografia.

CASTRO, Stélia. Máquina de escrever. 2013. 8 fotografia.

CASTRO, Stélia. Parede no canto esquerdo. 2013. 9 fotografia.

CASTRO, Stélia. **Porta dos fundos- mira do assassino**. 2013. 10 fotografia.

CASTRO, Stélia. **Placa em memória a Chico Mendes**. 2013. 11 fotografia.

CASTRO, Stélia. **Placa – outro ângulo**. 2013. 12 fotografia.

Arquivo FEM. **Casa de Chico Mendes e vizinhança**. 2003. 13 fotografia.

Arquivo FEM. **Casa de Chico Mendes e entorno**. 2005. 14 fotografia.

Fotos e Filmes da Amazônia. **Centro de Memória Chico Mendes**. 2012. 15 fotografia. Disponível em: <http://cmexploreramazonia.wordpress.com./>.

Arquivo FEM. **Casa do lado direito da de Chico Mendes**. s/d. 16 fotografia.

Arquivo FEM. **Casa do lado esquerdo da de Chico Mendes**. s/d. 17 fotografia.

Arquivo FEM. **Antigo bar**. s/d. 18 fotografia.

Fotos e Filmes da Amazônia. **Casa de Chico Mendes e entorno imadiato**. 2012. 19 fotografia. Disponível em: <http://cmexploreramazonia.wordpress.com./>.

Fotos e Filmes da Amazônia. **Café Regional**. 2012. 20 fotografia. Disponível em: <http://cmexploreramazonia.wordpress.com./>.

Fotos e Filmes da Amazônia. **Casa do Artesão**. 2012. 21 fotografia. Disponível em: <http://cmexploreramazonia.wordpress.com./>.

Fotos e Filmes da Amazônia. **Memorial do Seringueiro**. 2012. 22 fotografia. Disponível em: <http://cmexploreramazonia.wordpress.com./>.

CASTRO, Stélia. **Sala de entrada do Mem**. 2013. 23 fotografia.

CASTRO, Stélia. **Porongas e lamparinas**. 2013. 24 fotografia.

CASTRO, Stélia. **Método de vulcanização**. 2013. 25 fotografia.

CASTRO, Stélia. **Painéis**. 2013. 26 fotografia.

Arquivo FEM. **Balsa de pelas para transporte de borracha no rio Acre**. s/d. 27 fotografia.

ANEXOS

Entrevistas

- As entrevistas são semi-estruturadas
- As entrevistas são qualitativas
- Em negrito estão as perguntas feitas por mim

Entrevista1: Cleyssom Alves da Silva
(Estagiário da Casa de Chico Mendes)

Assunto: Visitação na Casa
Formação: estudando licenciatura em química
Local: Xapuri-AC.
Data: junho de 2013

1.Como você veio trabalhar na Casa de Chico Mendes?

Dois irmãos meus já trabalhavam aqui e sempre tivemos contato com essa história (história de Chico Mendes) e tive a oportunidade em 2011 de entrar e ser guia e isso me levou a ficar mais perto dos meus irmãos e da história.

2. A quanto tempo foi contratado?

Em janeiro faz dois anos.

3. Quando você foi contratado houve algum tipo de treinamento?

O treinamento de estagiários do IEL e com o chefe do Departamento Histórico do Acre, o Libério.

4. Como foi o treinamento da FEM? Houve instrução de qual história deveria contar? E o que e como apresentar na Casa?

Sim. Tivemos dois dias de capacitação. Devemos apresentar principalmente o idealismo (de Chico Mendes). Enfatizar o dia, o momento daquele local que ele tava jogando dominó, tava com a PM e conversando com as pessoas e tem pessoas que chegam a se emocionar com a situação. E isso depende da gente formar uma cena na cabeça da pessoa de como tudo aconteceu.

5. Como você percebe a reação das pessoas quando você conta como foi o assassinato?

Olha isso é muito interessante, tem pessoas que chegam a chorar com a situação contada, é relativo, mas a maioria das pessoas ficam muito comovidas. Tem pessoas que conhece a história de longe, conhece a história falada, mas quando chega no espaço e ele é apresentado há uma emoção grande.

6. Como você percebe isso?

Pelas lágrimas, pela tristeza, pela fisionomia. Muitos falam "estou com meu coração pesado" ou " to com minha alma pesada".

7. Como você já começou a me dizer, mas entrando mais nesse assunto, quero saber se há outros comentários feitos pelos visitantes após a visita na casa.

Sim, como eu te disse tem aqueles e também as pessoas se perguntam "como pessoas tão covardes podem ter feito com alguém como ele, alguém tão lutador".

8. Você acha que esses sentimentos expressados pelos visitantes aproxima-se da revolta por uma morte injusta?

Sim, inclusive eles perguntam...sobre o assassino... querem saber se cumpriram a pena.. E geralmente se revoltam em saber que estão soltos e já cumpriram uma pena de 19 anos.

9. Como é o fluxo de visitantes na Casa de pessoas da própria cidade?

Tem visitas sim, mas não como esperávamos. Porque é uma obrigação nossa de ir buscar. Mas só há mais visitação quando há comemorações como a Morte de Chico Mendes, 20 de

janeiro (dia de São Francisco – padroeiro da cidade), semana de museu, primavera de museu, aí sim há uma maior visitação da população local. Até então há visitação mas não como o esperado.

Mais de fora.

10. Você acha que esse detalhe de ter poucas visitas à Casa pode ser porque talvez seja incômodo entrar lá e "ver" o assassinato. O que você acha?

Pode ser, eu sinceramente não consigo explicar porque não há muita visita local, eu não consigo entender. Mas pode ser isso.

11. De onde são as pessoas que visitam a Casa?

Muitas pessoas do Estado, grupos de idosos, escolas, do INCRA, EMBRAPA. E muitas visitações de repórteres da Suécia, Suiça, americanos. Mas a grande concentração é do Estado.

Entrevista 2: Gerson Pereira da Silva Júnior
(Estagiário da Casa de Chico Mendes)

Assunto: Visitação na Casa
Formação: Cursando ensino médio
Local: Xapuri-AC.
Data: junho de 2013

1.Como você veio trabalhar na Casa de Chico Mendes?

Fiquei interessado na importância da história do Chico Mendes que minha família falava muito e queria participar.

2. A quanto tempo foi contratado?

Dois anos

3. Quando você foi contratado houve algum tipo de treinamento?

No início que fomos contratados não houve treinamento, mas nos mandaram fazer leituras sobre a história de Chico Mendes e de Xapuri. Depois o chefe do Departamento – Libério – veio aqui e ele ensinou a gente a história do Acre e a história do Chico.

4. Como foi o treinamento da FEM? Houve instrução de qual história deveria contar? E o que e como apresentar na Casa?

Aqui a gente explica a história do assassinato, da biografia dele, sobre o que ele fazia, importância dele.

5. Como você percebe a reação das pessoas quando você conta como foi o assassinato?

Algumas ficam pasmadas outras ficam muito surpresas. A uma reação por parte da maioria

6. Como você percebe isso? Qual é essa reação?

Algumas chegam até chorar, umas dizem que dá calafrio, outras ficam meio tristes, algumas têm uma reação melhor.

7. Após a visita as pessoas fazem algum comentário?

Porque aconteceu aquilo, porque mataram ele. Porque ele era ameaçado.

11. De onde são as pessoas que visitam a Casa?

Tem muita gente de outros estados do país. Mas também daqui do Acre.

9. Como é o fluxo de visitantes na Casa de pessoas da própria cidade?

É pouco, vem mais nas datas comemorativas ou quando tem eventos organizados pelo museu Xapuri.

10. você acha que esse detalhe de ter poucas visitas à Casa pode ser porque talvez seja incômodo entrar lá e "ver" o assassinato. O que você acha?

Não sei...

11. De onde são as pessoas que visitam a Casa?

De todo canto. Tem gente do estado mesmo, gente até lá de Cruzeiro do Sul e tem também pessoal de outros países.

Entrevista 3: Elenira Mendes
(Filha de Chico Mendes)

Assunto: transformação da Casa de Chico Mendes em "Museu Comunitário"
Local: Rio branco-Ac
Data: Julho de 2013

1. Gostaria de saber um pouco da história daquela Casa que hoje é tombada e resguarda um patrimônio cultural.

Aquela Casa é o único bem material que meu pai conseguiu adquirir como família quando ele casou com minha mãe. Nós sempre morávamos no seringal, ou na casa de um, no sindicato dos trabalhadores rurais, então, assim, aquela Casa foi o único bem material que meu pai nos deixou. Então ele comprou aquela Casa, nós morávamos ali, então ali era o espaço que ele tinha pra família, pra receber os amigos, pra receber as pessoas que vinham de fora saber quem eram as ideias do movimento e o que os seringueiros queriam.

Então você vê que várias entrevistas dele ele tá ali. Aí no dia 22 de dezembro quando ele foi assassinado, então desde aquele dia nós já saímos da Casa.

Elenira quantos anos você tinha?

Eu tinha 4 anos de idade.

Então aquela Casa ela ficou ali, da forma como tava no dia 22 de dezembro de 88, então nós saímos e fomos pra casa de amigos. Então a partir daquele momento a ideia era de que não voltaríamos mais pra Casa, porque não tinha segurança, os assassinos ainda estavam soltos, ninguém sabia ao certo quem eram os assassinos e o que eles poderiam fazer com a família. Nós tínhamos perdido meu pai, brutalmente dentro de Casa, então a ideia era que não voltaríamos à Casa e não voltamos mesmo.

Passamos um tempo na casa de amigos, de parentes de pessoas companheiros do meu pai. Então a Casa ficou ali, com os objetos, com os móveis, deixamos do jeito que estava quando nós morávamos, ficou tudo né... Então conseguimos voltar pra Casa e algumas coisas foram retiradas e doadas pra algumas pessoas. E aí a Casa ficou aí né... E aí nasceu no próprio velório do meu pai a ideia de se construir uma instituição, uma fundação, uma organização que pudesse continuar os ideais, que pudesse agregar todo esse movimento, porque a preocupação era de que o movimento fosse desfacelado. Então resolveu-se contruir essa

instituição – que foi a Fundação Chico Mendes – e logo em seguida foi comprado aquele terreno ao lado (em frente onde hoje é o Centro de Memória Chico Mendes).

Então aí com o tempo as pessoas foram perguntando pq a gente não preserva mais a Casa para que ela num permaneça do jeito que Chico Morava.

Quem perguntava isso?

Os amigos, familiares e as pessoas que faziam parte da Fundação.

A Fundação é uma ONG?

Isso é uma ONG.

E aí o que aconteceu, como minha mãe já havia doado alguns objetos e móveis da Casa, as pessoas foram devolvendo esses materiais pra construir o cenário novamente, o cenário da nossa Casa, que nós morávamos.

Isso começou a acontecer nos anos de 91 e 92.

O Estado participou desse processo?

Não, não esse era um processo só mesmo da família, dos companheiros e amigos do meu pai. E nós fizemos o que podíamos.

E conforme a cidade vai crescendo a gente teve a preocupação de que aquele espaço ali, de que aquela área que foi palco de tantos movimentos, de tantos encontros, tantas conversas, se modificasse. Então aí foi a ideia que surgiu do Comitê Chico Mendes e da aglomeração de instituições também e da própria Fundação Chico Mendes e de nós familiares de preservar aquele espaço.

O que é o comitê Chico Mendes?

Também foi uma instituição que nasceu após a morte do meu pai, não é uma ONG, ela aglomera vários outras instituições, é um movimento na verdade. O que o comitê faz? A ideia do comitê era reivindicar que os assassinos do meu pai fossem condenados. E eles estão sempre fazendo movimento que lembrem a memória do meu pai, relembrem a memória de Chico Mendes, a luta do meu pai né.

Então aí o próprio comitê, a família a fundação começou a se preocupar com a preservação daquele entorno. Então nós procuramos o Governo Estadual e ela foi tombada pelo Estado, então (a Casa) já foi resguardada um pouco. Por que a casa ela representa muito né, inclusive a vida de um homem que lutou e deu a vida por uma causa, a preservação da floresta amazônica, da própria moradia dos seringueiros que foi o palco principal de toda essa luta.

Antes do tombamento em 2006 pelo Estado do Acre, as pessoas já iam visitar e já funcionava o espaço de memória?

Sim. Mas até antes de 2006 já era um espaço de visitação pública, as pessoas iam lá, tiravam fotos, se emocionavam.

A curiosidade de saber sobre a história do meu pai e estar ali no ambiente que ele morou e que ele foi assassinado que é uma coisa muito envolvente pras pessoas que estão ali visitando e verem tudo aquilo que meu pai passou naquela noite do dia 22 de dezembro de 1988.

É um espaço que as pessoas fazem questão de ir a Xapuri conhecer, visitar, se emocionar. Então, assim , a gente sempre manteve aberto ao público para as pessoas que queriam conhecer, mesmo quando a gente não tinha condições de manter aberto, a gente ia lá abria a Casa, as pessoas iam lá visitar, faziam entrevistas, fotos, então antes de todos esse processo de tombamento já era um museu. As pessoas legitimaram a Casa como um museu.

Uma curiosidade, como foi a questão de deixar o sangue na parede. Foi opção de vocês ou todo mundo perguntava e vocês resolveram deixar?

Quando tudo ocorreu (o assassinato) saímos e deixamos tudo como estava. Então levou um tempo até a gente organizar e arrumar a própria Casa né... Então aí, por exemplo, na época ninguém tinha dinheiro pra pintar a Casa, pra cobrir aquilo ali. A gente só limpou né, então o que ficou, por exemplo, o sangue na parede, é coisa que ficou lá.

Então ninguém tinha dinheiro pra pintar a casa então deixou lá. E aí com o tempo aquilo era algo curioso "olha ainda tem a marca de sangue" uma coisa assim.. as pessoas se sentiam mais próximas dele, como se o espírito dele permanecesse ali naquele lugar. Então a gente foi deixando aquilo, íamos trocando uma peça, arrumando algo da Casa e aquilo a gente foi deixando.

O Governo entrou nesse processo de ajudar a manter o espaço em 2006 então foi uma ideia nossa mesmo manter aquilo. A Casa.

Se pensarmos pelo lado financeiro seria fácil se desfazer daquilo, uma espaço que pra mim, meu irmão e minha mãe que presenciamos toda a cena do crime foi algo muito traumático, é muito difícil pra mim. Eu vou à Xapuri várias vezes, e uma vez ou outra eu entro na Casa e pra mim é o único espaço que me traz as únicas lembranças que tenho do meu pai.

A ideia de preservar aquilo ali sempre foi das ideias dos amigos, até mesmo como uma forma de pressionar as pessoas pra fazer justiça a morte dele.

Uma forma de pressão para que houvesse justiça, para que os assassinos do Wilson Pinheiro, Evair Junior não ficassem impune e que meu pai não fosse apenas mais um a ser assassinado.

Mas que a morte dele, o sangue que ele havia derramado servisse pra alguma coisa. Servisse para fechar aquele ciclo de assassinato das pessoas. Entendeu?

Então era uma forma de pressão mesmo.

O que você acha que mudou depois do tombamento. Foi bom? Ruim?

Foi muito bom, pois vivíamos em uma intense insegurança pq o vizinho poderia derrubar sua casa e construir qualquer outra coisa e perder o brilho daquela casinha simples com a história do seringueiro. Então a gente vivia naquela intensa pressão queria asfaltar a frente da Casa e ali era tijolo.

E as pessoas vinham de tão longe para conhecer a Casa e tinha um bar do lado com o som alto e era difícil era aquela confusão, com bêbados. Então a gente começou a se preocupar com isso. Então com tombamento a gente imaginou que aquilo ali seria eterno né. Que as minhas filhas poderiam conhecer, da mesma forma como era na época. Sempre existe mudanças, mas a essência nunca vai se perder. Entendeu?

O tombamento foi muito bom pra garantir e pra consolidar essa questão de preservar e continuar a luta dele e fazer com que as pessoas não esqueçam era um seringueiro semi-analfabeto que foi capaz de trazer uma revolução nas naquela década mediante o modelo de desenvolvimento que se empregava em nosso estado. Então, assim é uma segurança maior de que toda essa história, a história da luta dos povos da floresta ela não se apaguem e sejam cada vez mais vivas e sirvam de exemplo pros nossos filhos.

Você tem contato com o seringal?

Sim, tem família, parentes, amigos que moram no seringal.

Sabe quem fez aquela placa de cimento nos fundos da Casa?

Não sei te responder quem fez, mas posso ver com minha mãe ela com certeza deve saber.

Eu acredito que o intuito da placa era de a luta pela preservação e criação das reservas continuam. E que a resex não é o suficiente pois ainda tinham muito coisa a ser feita. E que o sangue derramado ali seja fruto de outras lutas e continuação desta luta.

Junto ao IPHAN, como bolsista, ajudei nos estudos de normatização do entorno e realizamos entrevista com essa população do entorno. Observamos que eles gostam muito da Casa como patrimônio cultural e acham essencial isso.

Fico feliz de ouvir isso, porque tem uma resistência muito grande na população, muita gente fala muito mal, porque, assim, existe toda uma questão “Chico Mendes”, “Chico Mendes”.

Exploram muito a imagem?

Exploram muito a imagem e o resultado pro município em si é muito pequeno, pra figura que ele foi e que era ali do município. Claro que a gente não pode limitar a memória do meu pai ao município de Xapuri, pois hoje as ideias e sonhos dele é alcançada em todo o mundo. Mas há uma resistência por toda população, pois, “chico mendes”, “Chico Mendes”.. e o município de Chico Mendes? Muitas coisas precisam mudar, a gente sabe disso, né , mas a questão mesmo é que muitas pessoas vêm de vários lugares pra conhecer somente a Casa de Chico Mendes, entendeu.

Já conversei com um taxista que pegou um casal no aeroporto e levei pra Xapuri, eles só viram a Casa e foram embora. Eles só queriam isso. Então a luta num tá ali. Mas ali representa a história dele. É representação de todo esse legado.

Entrevista 4: Ilzamar Mendes
(Viúva de Chico Mendes)

Assunto: Constituição do "Museu Comunitário"
Local: Rio Branco-AC.
Data: julho de 2013.

Então, gostaria de saber sobre o processo de constituição da Casa como museu, como surgiu isso?

Logo após a morte do Chico fizemos várias reuniões e já discutíamos e avaliávamos a importância daquele espaço. É tanto que quando eu morava na Casa e após a morte dele eu não voltei mais pra voltar na Casa, exatamente pra preservar, pra manter as coisas dele como cama, fogão, mesa, até o próprio dominó, roupa.. todos os objetos pessoais dele, então eu não mexi mais. Impressionante... Só não pensava naquele momento em tombar a Casa, mas da importância que era de preservar pra que as pessoas podessem visitar, porque naquele momento já se imaginava e já via isso, que o mundo, não só o Brasil, mas que o mundo já se interessava, já repercutia a luta do Chico. Então junto com tudo isso já veio a intenção de ser preservar a Casa né, porque aquilo dali é a memória viva do Chico Mendes, porque nós da família já imaginava que tinha que manter aquilo dali preservado. Tanto que a gente lutou e conseguiu comprar uma outra casinha pra gente morar, exatamente pra que eu não voltasse mais praquele local, não era nem pelo trauma de ter visto ele morto ali dentro daquela Casa, não era nada disso, era exatamente pra preservar a história e memória que estavam presentes ali naquela Casa.

A Elenira me falou que no próprio velório surgiu a criação da Fundação Chico Mendes e do Comitê Chico Mendes.

Exatamente, a Fundação foi dois dias após- que o Chico foi velado três dias -. O primeiro dia foi discutido a criação da Fundação Chico Mendes, aí no segundo dia já houve um – aproveitando que se encontrava inúmeras seringueiros, pessoas de toda parte do mundo – e já houve uma assembléia e já foi criada a Fundação Chico Mendes.

Vi uma foto de 1990 que tem uma placa da Fundação na Casa. Funcionava lá?
Na época como não tinha outro espaço lá ficou "Fundação Chico Mendes" e depois que se criou um espaço pra Fundação lá passou a ser a "Casa Chico Mendes" e tá lá até hoje com essa placa.

Aquele espaço era mais mesmo pra visitação, porque como a Casa era pequena. Não tinha espaço para reunião, quando a gente queria fazer uma assembléia grande a gente ia pro salão

paroquial que é o da igreja.
Aí depois que houve a intenção do IPHAN é – quem iniciou essa discussão foi até o Marcos Vinícius (presidente da fundação estadual de cultura – Fem – da época) -

A discussão de se tombar:
Essa proposta veio de Brasília do IPHAN.

Mas primeiro ela num é tombada pelo Estado em 2006?
Não, ela sempre foi tombada pelo IPHAN. O IPHAN, foi quem fez a proposta primeiro.

Agora, vamos rever as datas. Em 1988 Chico foi assassinado. Já em 88 vocês constituíram o museu?
Nós sempre preservamos a Casa. Ao invés de botar "Casa de Chico Mendes" nós colocamos "Fundação Chico Mendes", mas era um espaço...

Então vocês cuidaram desse espaço – sem o apoio do Estado – durante quase 20 anos?
É tanto que depois eu vi que não tinha condições de cuidar do acervo, dos prêmios, é, de tudo que ele tinha pessoal dele. Eu trouxe todas essas coisas que eu tinha e trouxe pra Rio Branco (capital do Acre) aí ficou só a Casa sem nada lá...
Depois disso o IPHAN, na pessoa do Marcos Vinícius pra tombar a Casa como patrimônio nacional.

Endendi. E tem aquele decreto do Estado do Acre que considera a Casa de Chico Mendes um patrimônio estadual.
Sim, o IPHAN tombou a Casa, houve o processo de transformar o Chico como herói da pátria. Foi tudo isso, nessa época houve toda essa discussão, primeiro o tombamento da Casa pelo Iphan, depois houve a discussão de incluir ele nos "heróis da pátria" e depois o Estado do Acre também entrou com o tombamento da Casa.

Essa discussão de por Chico Mendes como heróis da pátria partiu do Estado do Acre:
Não. É nacional, é de Brasília.

Quem que escolheu deixar aquela disposição dos móveis da Casa da forma como está hoje e também deixar o acervo (prêmios, roupas, etc) separado?

Lá na Casa não existe espaço pra guardar o acervo. Então o prédio da Fundação foi o local feito pra isso. Então ali a FEM e com o Libério e a Tereza da UFAC – designados pela FEM pra cuidar do acervo catalogar, dessas coisas todas. Isso depois do tombamento.

Aquela parte de dentro da Casa foi alterada após o tombamento?
Não, não.
E hoje em dia não pode por causa do tombamento.

O sangue de Chico Mendes na parede, como foi o processo de isso ter ficado como memória no museu?
Aquilo dalí é demonstrando a verdade, o que aconteceu lá.

Então vocês deixaram propositalmente?
Deixamos propositalmente. A única coisa que eu acho que deveria ainda estar do mesmo jeito que ficou no dia, mas infelizmente no dia seguinte que eu cheguei na Casa já tinham colocado a toalha dentro de um balde d'água. Porque aquela toalha do Chico que tá lá (no acervo) toda furada de piada de chumbo ficou vermelha de sangue. Na minha opinião aquela toalha deveria colocar um produto, alguma coisa que ela ainda permanecesse com o próprio sangue dele. Só que … só pra você ter uma ideia – no dia seguinte que eu procurei a toalha ela já se encontrava de molho, aí já peguei a toalha tirei e já guardei.

Me parece que esta vontade de resguardar coisas que traziam a memória de Chico foi bastante pensado por você.
Foi, porque já se via isso antes.. Olha gente é uma história, assim... Que o próprio Chico sabia que ia morrer, o próprio Chico sabia a repercussão da luta dele que já tinha dado. O mundo todo... o Chico já não era mais o Brasil, o Chico... Era o mundo que tava de olho na luta dele e no que ele defendia.
Então, após a morte dele- o Chico morreu umas seis e meia pra sete horas da noite - seis horas da manhã do outro dia Xapuri já tava lotada. Gente que na mesma hora que foi divulgada a morte – acho que com 30 minutos que confirmada a morte do Chico – já pegava o avião do RJ, SP, de toda parte do Brasil e do mundo.

E o julgamento dele foi dois anos depois mesmo?
Dois anos depois e Xapuri num teve onde acomodar tanta gente. Teve gente que alugou casa por uma absurdo.

Então essa ideia de preservar tudo dele foi da família. Aquelas pessoas que eu digo que não eram família de sangue, mas que eu que eram amigos e companheiros dele muito próximo.

Tiveram outros grupos que te apoiaram a montar a Casa como museu?
Olha... isso aí é uma questão muito delicada que eu nem gostaria de tocar. É um passado que na época houve questões políticas e houve facção, sigla partidária que tentou se infiltrar... entendeu?
Eu fui muito dura, tanto que pago um preço até hoje por causa disso. Eu toda vida fui muito radical em não deixar que a história do Chico se transformasse em palco político e comitê político. E infelizmente a corda quebra do lado mais fraco. Como eu na época não tinha tanta experiência, não tive condições financeiras, não tive apoio. Usam e usaram a memória dele.
Paguei e ainda pago um preço por isso, mas o que é mais importante pra mim é manter aquilo ali. De não ter dado fim em nada. Até mesmo de desfazer... pra você ter uma ideia até logo no começo tinha gente que queria comprar a Casa, queria as roupas e os prêmios. E eu sempre firme, esperando que o Sandino e Elenira ficassem de maior, fizessem uma faculdade e que tivessem o direito de cuidar.
Não é que eu queira dizer que aquilo é meu, é do Sandino, é da Elenira não, eu tenho consciência que aquilo é do Acre, do Brasil e é do mundo. Só que só pra você ter uma ideia tem época que lá em Xapuri precisa fazer fila pra que as pessoas possam visitar a Casa e o acervo. Ẽ uma história que na minha avalição nunca morreu, nunca apagou e nunca saiu da memória das pessoas, é por que eu acho que a causa que o Chico defendia que era o meio

ambiente, era preservar a floresta, era defender os menos favorecidos, a vida das pessoas, a ecologia, essas coisas... eu acho que é uma coisa que se sabe que nunca vai sair de discussão, e quando se fala em preservação da Amazônia em menos desfavorecidos, nos pobres.. a imagem e a luta do Chico vai estar sempre presente. É por isso que eu sempre pensei em preservar aquilo dali. Eu tenho certeza que a história do Chico, aquela Casa e o acervo vai servir pra várias e várias gerações.

Você acha que aquela Casa pode representar também uma memória dos seringueiros?

Também, porque flar na memória do Chico é falar no seringueiro. É tanto que os empates que ele fazia em defesa da floresta, com quem ele tavaÇ os seringueirs e era ali naquela Casa que muitas e muitas vezes que o Chico se reunia com eles. Então ali também está memória dos seringueiros.

A placa de cimento no fundo – é a única que vi em homenagem ao Chico – e está é de cimento e feita dedo. Quem a fez?
Olha aquela placa foi feita já muito tempo depois da morte do Chico.
Eu sei que foi assim... A gente fez uma reunião no sindicato (STR)... aí depois foi todo mundo em procissão visitar a Casa e alguém foi lá na frente (fundos da Casa) e escreveu a dedo e não foi só uma pessoa, foram várias pessoas eu tenho certeza, só que uma pessoa só escreveu.

Era reunião do que no sindicato?
Isso, era uma reunião do próprio sindicato.

Entendi. Agora só pra ter certeza, a ideia do tombamento partiu do estado do Acre?
Não do IPHAN. Na verdade quem iniciou essa discussão comigo foi o Marcos e aí houve um tombamento e pelo estado também foi o Marcos, só me comunicaram eu achei legal, e acho até hoje... A única coisa que eu não concordo é nem o IPHAN e nem o estado darem a atenção devida que a Casa merece, pois as coisas vão se acabando...
Pra nós, e principalmente pra mim não é interessante se discutir mega eventos, como a entrega do prêmio Chico Mendes, enquanto a Casa e o acerva tá da maneira que tá. Sõ que a gente tem uma reunião hoje e amanhã o povo já esquece ..Não anda.

Na sua opinião o que você acha que mudou depois do tombamento?
Acho que não mudou nada. A única coisa que, principalmente pelo IPHAN, é o IPHAN até onde eu sei aquela questão do levantamento do entorno que eu acho aquilo ali foi legal, mas sim, botou no papel, mas na prática não acontece nada, tombaram compraram algumas terrenos porque as pessoas que moravam e que ainda moram .. qual a intenção é preservar tudo como estar, tanto quem são donos e vão construir, têm direitos... o que estado tem feito é manutenção de limpeza.
Olha eu sinceramente, acho que por tudo que Chico representa - isso não é dizer “Ilzamar está puxando lenha pra sardinha” - não... olha o mundo já disse isso. O mundo se fala dessa história, então euacho que por tudo que ele fez, inclusive ter dado a própria vida dele em defesa de algo tão importante pra mim, pros meus filhos, netos e bisnetos e outras gerações eu acho que merecia mais. Eu acho que as autoridades poderiam fazer muito mais a favor dos colonos seringueiros, dos indios. Entendeu:

Você acha que usa-se muito a imagem dele? como é isso?
Se apropria da imagem dele e o que fica pra essas pessoas que ele defendia é muito pouco.

Entrevista 5: José Aguilera
(Parecerista do Tombamento da Casa, IPHAN)

Assunto: Entorno da Casa de Chico Mendes
Local: Rio de Janeiro –RJ
Data: dezembro de 2011.

O que o senhor entende por polígono de entorno e quais critérios pensados para a delimitação do polígono de entorno da casa de Chico Mendes?

A delimitação deste polígono é primeiro uma área que seja consistente e não seja exagerada e que mostre o contexto dentro do qual apareça esse tipo de arquitetura, a arquitetura desse estado. E prossiga, por exemplo, na pavimentação de tijolos. O trecho do rio, da mata do rio que pega o outro lado... Essa mata está desaparecendo por causa de invasões.

O entorno não é uma área que preserve a visibilidade, durante muito tempo se interpretou dessa maneira, é uma área que contextualiza o monumento que está só. Essa perspectiva dá uma diferença enorme na área de entorno.

Diante das bases legais comumente utilizadas para a preservação da ambiência do entorno o senhor utilizaria algum outro instrumento para a preservação deste polígono?

O princípio da conscientização, a educação patrimonial, que vai além de normas. Para as pessoas tomarem consciências do valor e do por que. As instituições que solicitam o tombamento são muito representativas, então através desta representatividade eu poderia montar um projeto de educação patrimonial que as normas só não faz sentido.

O senhor acha possível uma área de entorno ainda maior, que abarque mais bens, até o a Igreja do bairro Sibéria, por exemplo?

Esse é o problema, por que o uso do solo é uma atribuição municipal não é do IPHAN que cria normas de preservação das casas, das paredes externas, para não modificar o contexto, a não ser o bem tombado que se torna intocável pela conservação.

Eu acho, pelo que você informou, acho que diminuir a área de entorno para organizar normas devido uma área de entorno ter contextos diferentes é uma questão de falta de criatividade por que não é uma área exagerada.

Entrevista 6: Libério Souza
(Chefe do Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural do Acre)

Assunto: Intervenções na Casa de Chico Mendes
Local: Rio Branco-AC.
Data: junho de 2013.

Estou aqui com Libério Souza, ele é chefe do Departamento de Patrimônio Histórico aqui da FEM. Queria saber com você como que iniciou as intervenções por parte da FEM na casa do Chico Mendes, nesse final da década de 1990?

É, na verdade depois da conclusão da parte que competia ser a CEOPI da obra, a obra, vamos chamar de, não foi revitalização porque a casa não teve grandes mudanças, foi reforma da casa, a casa encontrava-se num estado delicado, físico, então teve que fazer cobertura, infiltração, depois que a Ceopi conclui a obra, veio, eis que surgiu a interrogação: o que fazer?

O que fazer com a casa, uma vez que a casa, só casa em si não era suficiente pra garantir ou pra atrair os visitantes, embora já atraísse, e ai surgiu a ideia de recompor a casa, a ideia era a casa com a cenografia, cenografia não, a casa com seus elementos constitutivos diante da morte do Chico, o que fazer pra recompor a casa pra que as pessoas quando visitassem, e durante a visita compreendessem como era o modo de vida, como o Chico vivia, qual a condição material de existência dele do ponto de vista da moradia tal, o local onde ele morou, até morreu e acabou. E ai olha, a gente têm que recompor, reaver os móveis, conversar com a família, pra ver quais que são.... ? o que que a família tem disponível, qual o interesse da família de recompor o espaço. E a primeira pessoa que nos procuramos foi a viúva, Ilza, Eu e a Celinda Cruz, que na época já nem era do Departamento, procuramos Ilzamar Mendes pra fazer essa conversa com ela, ela se mostrou totalmente disposta em ajudar, na época, colaborou muito com a gente, visitou a família, conversou com a família, nós orientamos ela em saber da importância daquela ação do governo, que a ideia era, possibilitar a memória do modo de vida do Chico aos visitantes, não só a geração daquele momento, mas as gerações futuras, como isso acontece quando as pessoas vão visitar e: ah era aqui que o Chico morava? nessa casa?, nossa mas era tão simples e tal, então, na verdade despertar a reflexão, possibilitar, garantir essa memória futura.

Libério, desculpa eu te interromper rapidinho, é queria te perguntar se, você sabe por acaso, não sei se você vai saber me responder isso, a quanto tempo ela estava fechada antes de vocês chegarem lá pra fazer essa intervenção?

Olha em 88 ela.... na verdade a ilzamar continuou morando na casa até vir embora pra Rio Branco. Ai acho que em 88, em noventa e alguma coisa a Ilzamar veio pra Rio Branco; depois do início da década de 90 quando ela veio pra Rio Branco ela fechou a casa, ela veio morar em Rio Branco, veio morar na Floresta e ai a casa ficou fechado durante esse tempo, porque, durante um período as pessoas visitavam mas era só a casa, depois que ela saiu ela pegou e doou os móveis, quando ela veio morar pra Rio Branco ela deu a mesa pra um, a estante pra outra, a tv pra outro. Quando ela veio morar aqui ela comprou uma casa, comprou os móveis, mobilhou a casa, então, toda a mobília anterior ela doou, mas acredito que no máximo, entre meados, nos primeiros anos da década de 90 até 99 não sei precisar exatamente, acho que a Ilza, a Ilza tem essa memória, se você conversar com ela provavelmente ela vai te dizer o dia em que ela saiu da casa nesse período a casa ficou fechada. Mas acredito que nos primeiros anos da década de 90 até 99 quando ela foi reaberta como, com a recomposição, porque ai a história foi o seguinte: a estante, tava com um irmão, a tv tava com a irmã, o revolver tava com o pai, num sei que tava; cada um, cada pessoa da família quis alguma coisa pra ter isso com lembrança, as pessoas na verdade ganharam, elas, elas, alguns móveis até eram usados, mas assim outros eram guardados porque na verdade era uma memória do Chico: eu tenho o relógio que era do Chico, eu tenho a mesa que era do Chico, eu tenho o dominó que o Chico estava jogando no dia, estão as pessoas guardavam muito com esses sentimento de pertencimento da memória, de ter tido alguma relação de familiaridade com o Chico, ou alguma proximidade, de ter participado do movimento; então era, era como, se chamava um objeto, uma relíquia para aquelas pessoas e tal. E ai, quando a gente conversando com a Ilza, nós retiramos a possibilidade de fazer uma permuta, se era possível, e ela, ela é (rs), ela achou legal a ideia e ai passou a visitar os familiares e propor; alguns, é: não tudo bem, pode levar, não tem problema se é pra repor, pra grande maioria; outros ficaram meio assim: que não queriam se dispor e tal, ai a gente ofereceu uma permuta, por exemplo: se você tem uma estante, a gente dá uma estante nova, não tem problema, a estante nova você ...?: não mas eu não quero me desfazer dessa; não mais assim, se você ficar com ela você vai estar guardando uma memória só pra você, se nós colocarmos na casa você vai estar disponibilizando essa memória pra todo mundo, pra todas as pessoas que visitam; então, agente chegava perto (?) e dizia: você tá sendo egoísta, você tá querendo só pra você, você deixa de egoísmo.

Arquivo 2.

Foi com esse fragmento que a gente foi começando, a família foi muito receptiva, foi muito, ah, não teve nenhum problema, nenhum problema maior. Apenas teve uma peça que a gente não conseguiu reaver que foi a geladeira.

Não tem geladeira, mais tinha geladeira?

tinha!A geladeira bem antiga, a gente foi atrás ainda, andei 20 km ainda no meio do mato, na floresta. Descobrimos onde morava o cara que comprou a geladeira, ai agente foi atrás chegando lá ele disse não eu vendi prum cara que tinha uma ceraria ele foi embora e levou. Ai

nós não conseguimos descobrir o paradeiro. Provavelmente devem ter da fim porque a geladeira já não era nova na época.

Mas enfim, então o processo foi assim, no ano de 99, e ai nós fomos é; conseguimos alguns livros de volta, uma parte do acervo tava, do acervo tava com a Ilza, os objetos menores ela guardou.

Os livros

Os livros, alguns pequenos objetos que compõem a casa que tavam ela, Eu tava olhando uma lista é, essa lista tem no processo do Iphan sobre a casa, e ai tem, assim, parece que: o sofá, a estante, o guarda-roupas, cama tudo foi comprado né. Mas, não! Assim, teve coisa que a gente, compra, compra, compra, compra a gente não compro nada, agente troco. O que eles, a família não deu, porque uma parte da família não pode levar. Outros a gente viu que eles só queriam.

Mas é réplica?

Não igual!O sofá é o dele mesmo, tava na casa de uns da família,

Então tá errada essa lista do Iphan

tava lá, o sofá a gente foi buscar ele. A estante também tava na casa de uma outros parente, o irmão, que era o que dirigia o caminhão, a gente foi buscar, ele foi até no caminhão com a gente.

Hum, a televisão?

A televisão tava na casa de um, parece que da cunhada que da irmã da Ilsa. Também era a televisão mesmo. O que não é do....: as panelas não são, o armário que tem na cozinha não é.

Acho que, o que não é, o que não é da casa é a cozinha, fora a mesa, a mesa e o dominó era o que ele tava jogando, as outras coisas, bancos a gente conseguiu. Fogão acho que a gente comprou o fogão, o fogão foi comprado, o Acho que, o que não é, o que não é da casa é a cozinha, fora a mesa, a mesa e o dominó era o que ele tava jogando, as outras coisas, bancos a gente conseguiu. Fogão acho que a gente comprou o fogão, o fogão foi comprado, o fogão não tinha mais não.

Ali da cozinha, ali da cozinha o que é original é a mesa e o dominó; não o banco é, o banco tava com o pai dela, de Brasiléia, a gente foi buscar também. Então, a maioria das coisas é original.

Cama, guarda-roupa que se desfez inclusive com a história da alagação, que infelizmente a gente não conseguiu reconstituir; a alagação do ano passado, ano retrasado, mas, a casa não

tinha muita coisa: a verdade é que a casa era uma casa simples com poucos móveis, uma casa típica de pessoas da classe social do Chico é, é simples...

Agora, e a Casa como um todo?

A casa...

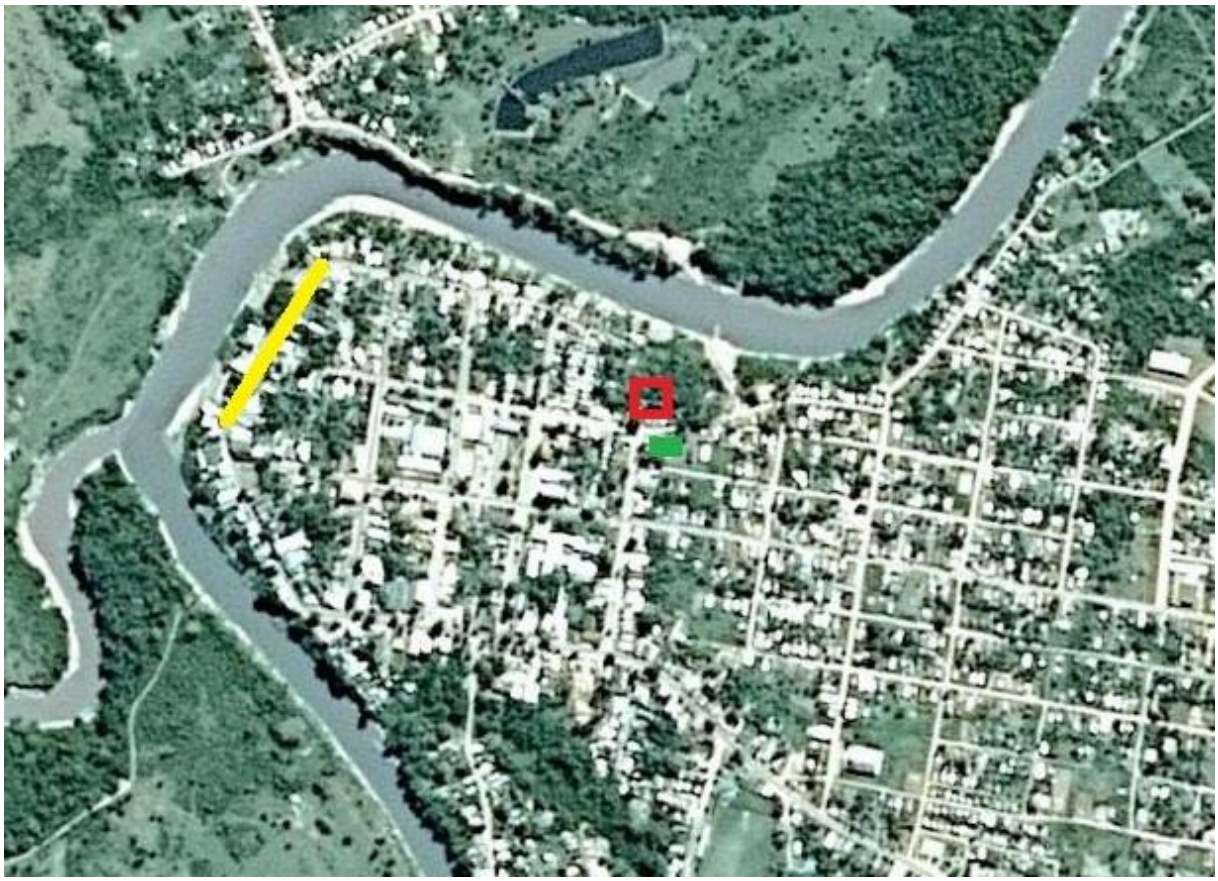
Havia um vincula daquele trabalho com os alunos e os professores da Ufac. Se você entra na casa tem umas plaquinhas indicando, narrando. Aquela narrativa foi um grupo de alunos da Ufac que, enfim, as pessoas que entra na casa (pausa) elas tem que entender como é que, o que foi que aconteceu aqui dentro, como foi que aconteceu; e ai elas decidiram colocar as plaquinhas sinalizando: eu estava aqui, me levantei, pedi a toalha, é, disse não é essa, é a nova, sai, na porta fui alvejado, voltei, me acertaram, cai nos braços de Ilzamar e morri. É como se o Chico estivesse narrando, o fato e a própria morte. Então, foi ideia dos alunos do curso de história da Ufac. Não foi o Departamento, tem que dar mérito pra quem de fato tem.

E o sangue, como é que foi aquela ideia de deixar por que?

É o sangue, porque quando foram reformar a Casa, as pessoas disseram: olha aqui é a merca do sangue; então não tira.

As próprias pessoas, a própria família falou, as pessoas comunidade que acompanhava e tal. A família, acho que foi a Ilzamr mesmo quem disse: olha aqui é a marca do sangue. E ai o Estado fez a opção de deixar a parede que tem as marcas do sangue, porque a marca é uma narrativa visual né, tá ali, as pessoas que chegam podem, é algumas pessoas se emocionam É algumas pessoas quando vão ali ficam bem impactadas, com o próprio ambiente; algumas pessoas não conseguem ficar muito tempo lá dentro, não sei se você já vivenciou isso, mas eu já vivenciei, de não querer ficar muito tempo dentro da casa, porque tem pessoas que são muito sensitivas né, muito (pausa), elas entram no ambiente e elas sentem a energia, os átomos, porque os átomos eles estão ali, eles não saíram daquele ambiente, eles continuam fazendo o movimento, e algumas pessoas entram e não sentem nada, algumas pessoas que são mais sensitivas quando elas entram aqueles átomos que parecem que tocam ou entram em choque com os seus átomos e ai as pessoas sentem aquela energia circundando ali. Tem muito isso, já ouvi, já presenciei de pessoas que são mais sensitivas e sensíveis que se emocionam com aquela situação e não conseguem ficar lá dentro, ou ficam engasgadas ali, querendo, enfim, falar sobre aquilo, querem chorar, ou enfim. A Casa ela traz muito isso, por que assim, o que ficou, o físico, é visual tá ali e tal, mas a memória daquilo tudo né, e o esquecimento que também permeia aquele momento ele é muito forte, por que assim: pessoas comuns, que decidiram lutar pelos seus direitos, e ai de repente surge um personagem que aprendeu a ler e a escrever...

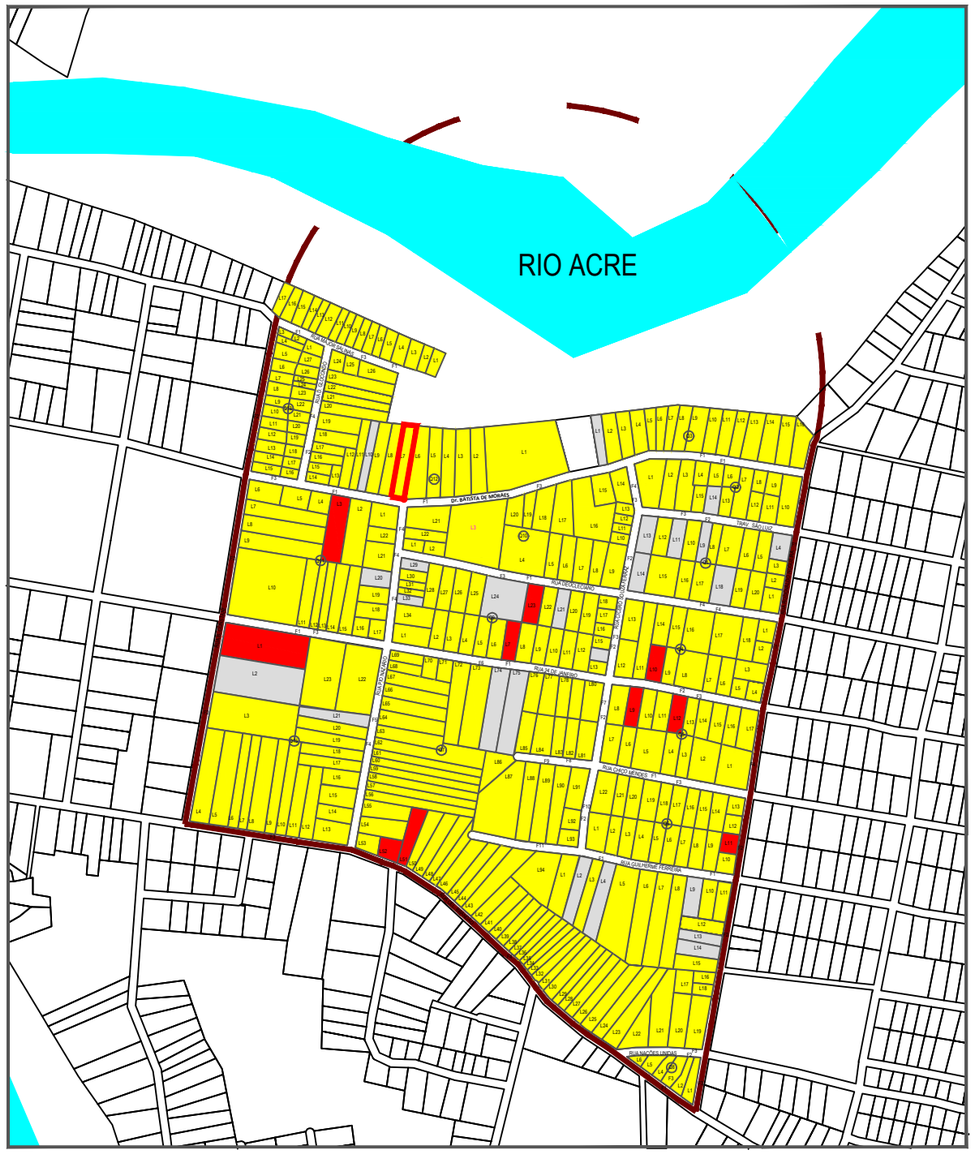
Mapas



Croqui de Localização. Casa de Chico Mendes: vermelho. ONG Fund. Chico Mendes: verde e Centro Histórico de Xapuri: amarelo. Elaboração: Stélia Castro.

Mapas temáticos (Estudos de Entorno IPHAN/ACRE, 2013).

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT



ESCALA GRÁFICA (m)

0 50 100

N

CONVENÇÕES

- CASA DE CHICO MENDES
- ÁREA DE ENTORNO
- CURSO D'ÁGUA

GABARITO

- TÉRREO
- TÉRREO +1
- ACIMA DE 3 PVTOS
- LOTE VAGO
- ESTACIONAMENTO

IPHAN

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

IPHAN-AC

Superintendência Estadual do Acre

ESTUDOS DE NORMATIZAÇÃO DA ÁREA DE ENTORNO DA CASA DE CHICO MENDES

XAPURI - AC

etapa: Diagnóstico da área de entorno

escala: Gráfica

prancha: 01/15

desenho: Mapa temático de tipologia de atividades

data: agosto / 2012

autor: Marcio Rodrigo Cóelho de Carvalho - Arquiteto e Urbanista - CAU 77772-2

desenhista: Marcio Carvalho (Técnico/Arquiteto)
Iuri Sgorla (estagiário)

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

MINISTÉRIO DA CULTURA IPHAN INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	Nota técnica: 001/2011/ DEPAM	Data: 02/08/2011

Para: Dalmo Vieira Filho

Diretor do Depam

Nota Técnica

ASSUNTO: Estabelecimento de procedimento para delimitação de poligonal de entorno de bens tombados

1. Preâmbulo

Desde 1937, com a criação do IPHAN e publicação do Decreto-Lei nº 25, a questão do entorno de bens tombados (ou "vizinhança", termo adotado em 1937 por aquela Lei) vem sendo discutida dentro da instituição, tendo sido, inclusive estabelecidos procedimentos para sua delimitação.[1]

A partir de 2007 e, sobretudo com a criação das Coordenações Gerais de Cidades e Bens Imóveis em 2009, o DEPAM voltou a abordar a questão no âmbito da revisão de procedimentos técnicos relacionados à gestão de áreas tombadas, com destaque para os de fiscalização e normatização. E nos diversos encontros e reuniões realizadas durante esse período e que contaram com a participação de técnicos das Superintendências Estaduais e Escritórios Técnicos foi possível constatar que, apesar dessas discussões, ainda hoje existe um grande passivo de bens protegidos onde as áreas de entorno nunca foram oficializadas.

Diante desse passivo, a instituição se viu praticamente paralisada, tentando responder com ações pontuais e reativas, muitas vezes colocando as Superintendências – que estão na linha da frente da política institucional – em situação frágil perante a população e demais órgãos públicos, como o Ministério Público. Além disso, a ausência dessa regulamentação dificulta substancialmente o trabalho do corpo técnico da instituição durante os procedimentos de fiscalização, análise e aprovação de projetos, o que a torna, portanto, um dos mais urgentes desafios a ser enfrentado.

A partir das discussões e de experiências desenvolvidas durante esse período (seja durante processos de tombamento, ou em trabalhos de normatização de áreas protegidas) foi possível perceber que é possível produzir propostas consistentes e objetivas para a delimitação de áreas de entorno de bens tombados em tempo razoável e com poucos recursos, a partir dos elementos realmente relevantes e prescindindo de análises exaustivas, onerosas e que, muitas vezes, não apresentam com clareza a justificativa para tal delimitação, nem os elementos que configuram a ambiência do bem protegido e sobre os quais o IPHAN deverá, efetivamente, legislar.

---

[1] Para mais informações ver: PEP, Cadernos de Estudos. **Entorno de Bens Tombados.** IPHAN – Programa de Especialização em Patrimônio, 2007. Esse material traz um levantamento das diferentes abordagens teóricas e metodológicas, além dos procedimentos adotados pelo IPHAN para o tratamento de entornos até o ano de 2005.

Buscou-se estabelecer orientações que considerem questões teóricas em sua complexidade, mas de forma pragmática e aplicada à realidade atual das cidades brasileiras. Essas orientações têm por objetivo primordial subsidiar o trabalho das Superintendências do Iphan, auxiliando os técnicos na elaboração de propostas coerentes, mas objetivas, e utilizando códigos comuns no que se refere a termos, procedimentos metodológicos e limites legais, possibilitando uma avaliação posterior de caráter amplo e diversificado. Ou seja, longe de se buscar uma ação de "homogeneização do pensamento", se espera possibilitar a inclusão de uma gama ampla de servidores do Iphan na discussão sobre o tema em questão.

Visando suprir essa lacuna temos trabalhado em uma proposta de procedimento para a delimitação dessas áreas, debatida entre a área técnica e que conta também com o auxílio da PROFER, de forma a seguir todos os trâmites requeridos pela administração pública e atender às legislações em vigor, notadamente pelo determinado no Decreto-Lei nº 25/37 e a Constituição Federal de 1988. E a partir dessas discussões mais amplas apresentamos agora uma orientação geral de **procedimento para delimitação de poligonais de entorno de bens tombados**, que podem ser utilizadas para bens protegidos individualmente ou em conjunto, nos casos em que essas áreas não tiverem sido delimitadas durante o processo de tombamento.

2. Sobre o conceito de Entorno.

Como a delimitação da área de entorno **não pressupõe alteração do objeto tombado** (nem em seus valores, nem em sua delimitação), juridicamente esse procedimento pode ser entendido como regulamentação do Art. 18 do Decreto-Lei nº 25/1937 – que protege a visibilidade dos bens tombados e determina a necessidade de prévia autorização do IPHAN para intervenções na sua vizinhança. E apesar de essa Lei não mencionar como necessária a regulamentação dessa área, é desejável que o IPHAN o faça em atendimento aos princípios de publicidade e transparência. Entretanto, assim como as Normas de Preservação, a delimitação do entorno é de âmbito técnico, relacionada à gestão e preservação dos bens tombados, e por isso não é necessário sua submissão ao Conselho Consultivo.

Após a edição do referido Decreto-Lei nº25/37 o conceito de "vizinhança" vem sendo ampliado, e atualmente pode ser entendido como equivalente à "ambiência". A área de entorno teria como função principal, portanto, preservar a qualidade ambiental e paisagística adequadas para a fruição e compreensão do bem protegido e dos valores a ele associados, funcionando como uma "área de amortecimento" entre o ele e o restante da cidade.[2]

No caso de áreas urbanas, faz-se necessário estabelecer com clareza a distinção entre a área tombada e seu entorno, o que implicará em necessárias diferenças de procedimentos, pois para os bens que compõe a área de entorno, mesmo que seja desejável sua preservação, esta só poderá ser justificada se estiver relacionada ao valor atribuído ao bem tombado.[3]

---

[2] "Entende-se, hoje, que a finalidade do art. 18 do Decreto-lei 25/37 é a proteção da ambiência do bem tombado, que valorizará sua visão e sua compreensão no espaço urbano. Nesse sentido, não só os prédios reduzem a visibilidade da coisa, mas qualquer obra ou objeto que seja incompatível com uma vivência integrada com o bem tombado. O conceito de visibilidade, portanto, ampliou-se para o de ambiência, isto é, harmonia e integração do bem tombado à sua vizinhança, sem que exclua com isso a visibilidade literalmente dita." RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais – O Tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. p. 122-123.

[3] "Embora o objetivo das restrições a imóveis da vizinhança de bens tombados seja permitir a ambientação do bem tombado para sua melhor apreciação, é evidente que as limitações a serem feitas nesses imóveis não devem ser da mesma ordem ou intensidade daquelas feitas à coisa tombada. Aos imóveis da vizinhança não se lhes pode exigir a

Se for considerado que um imóvel no entorno tem valor por si próprio, ele deverá ser alvo de proteção, podendo ser indicada sua inclusão como parte do conjunto tombado (mesmo sendo descontinuo territorialmente). Os estudos para delimitação do entorno podem apontar essa inclusão (o que demandará uma rerratificação do tombamento, ato que deve seguir um trâmite próprio), ou mesmo indicar a abertura de um processo de tombamento específico para ele. Entretanto a delimitação do entorno já pode (e deve) abarcar esses elementos e fornecer essas indicações, assim, quando da rerratificação, não será necessário alterar o entorno agora delimitado.

Buscando orientação sobre o respaldo legal para a atuação institucional nas áreas de entorno, em 2010 foi submetida uma consulta à análise jurídica. O Parecer nº 045/2010-PF/IPHAN/SEDE/GM analisou alterações no entendimento jurídico[4] sobre as áreas de entorno a partir da edição do Decreto-Lei nº25/37, e emitiu as seguintes manifestações sobre sua regulamentação:

> a) os critérios de intervenção em imóveis situados na área de entorno não podem ser fundamentados na importância cultural dos mesmos;
>
> (...)
>
> d) as restrições ao imóvel situado na área de entorno só se justifica em função do bem tombado, este sim, digno de preservação;
>
> e) são legítimas apenas as restrições impostas aos imóveis situados na área de entorno fixadas com a finalidade de se conferir visibilidade ao bem tombado, visibilidade esta que deve ser aferida em seu sentido amplo de ambiência, garantindo a harmonia do bem tombado com os imóveis vizinhos;
>
> f) as restrições concernentes a cor, volume, altura e outros elementos arquitetônicos estabelecidas para os imóveis situados na área de entorno devem ser fixadas apenas o suficiente para permitir a visibilidade/ambiência do bem tombado.[5]

A partir dessas orientações chegamos à seguinte definição de Poligonal de Entorno, que também posteriormente submetida à análise jurídica:

Poligonal de Entorno: área delimitada com o objetivo de resguardar a ambiência do bem tombado e garantir a qualidade urbana necessária para sua fruição. À área são atribuídos, portanto, valores diretamente relacionados aos valores atribuídos ao bem tombado, que deve ser a referência para sua delimitação.

---

conservação do prédio, com seus caracteres, pois isso equivaleria ao próprio tombamento. (...) com relação aos prédios vizinhos passa-se a exigir que estes não perturbem a visão do bem tombado, sem que, contudo, tenha de se manter o imóvel tal como é; basta que sua utilização ou modificação não afete a ambiência do bem tombado, seja pelo seu volume, ritmo da edificação, altura, cor ou outro elemento arquitetônico. (...) Para um [o bem tombado] a obrigação é de fazer (conservar), e para outro [entorno] é de não fazer (não perturbar)." RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais – O Tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. p. 125.

[4] "O entorno do tombamento pode ser conceituado como sendo a área de projeção localizada na vizinhança dos imóveis tombados, que é delimitada com objetivo de preservar sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade, tanto do ponto de vista físico (distância, perspectiva, altura) quanto finalístico (harmonia, integração, ambiência)." MIRANDA, Marcos Paulo de Souza (2006). *Apud.*: CAMELO, Genesia Marta Alves, *in* Parecer nº 045/2010-PF/IPHAN/SEDE/GM. Processo Administrativo nº 01450.011650/2010-25, fl. 19.

[5] Parecer nº 045/2010-PF/IPHAN/SEDE/GM, de 07 de outubro de 2010, assinado pela Procuradora Federal Dra. Genesia Marta Alves Camelo, constante no Processo Administrativo nº 01450.011650/2010-25, entre as fls. 04 e 23.

3. Sobre a delimitação de Poligonal de Entorno.

Conforme mencionado, a área de entorno não requer análise acerca de valores a ela atribuídos. **Os valores a considerar são os atribuídos ao bem tombado**, e o enfoque dos estudos para delimitação do entorno devem sempre se relacionar a ele. Portanto, deve-se refletir sobre até onde e sobre que aspectos são necessários o IPHAN se manifestar para garantir a ambiência do bem protegido.[6]

Essa análise deve, preferencialmente, partir da definição de quais características configuram a ambiência do bem tombado, como por exemplo: relações espaciais, visuais, implantação, relação com os imóveis vizinhos, relação com o ambiente natural (vegetação, rios, mar), acessos, manifestações de natureza imaterial diretamente relacionadas ao bem protegido (caminho de procissões ou festividades, áreas comerciais e/ou espaços de abastecimento) etc.[7] A partir dessa compreensão devem ser estabelecidos os limites para a leitura da ambiência do bem, assim como serão definidos os critérios para intervenção na área (sempre se relacionando à ambiência do bem tombado, e não aos próprios bens que compõe o entorno).

Visando estabelecer um procedimento eficiente e consistente para esse trabalho a ser apresentado como referência para todas as Superintendências, e uma vez que se trata de uma regulamentação de valor legal, solicitamos nova manifestação da PROFER sobre o tema. A Procuradora Federal Dra. Genésia Marta Alves Camelo, através do Parecer nº 34/2011-PF/AGU/IPHAN/DF, analisou a questão, e com base nas orientações jurídicas ali definidas, foi definida a orientação que se segue.

4. Sobre os procedimentos propostos para delimitação de Poligonal de Entorno.

A partir das reflexões sobre a ampliação do conceito de "visibilidade" no âmbito jurídico, das discussões sobre a função das áreas de entorno que vem sendo levantadas pelo corpo técnico do IPHAN durante as Capacitações para Fiscais e oficinas de Normatização, e da orientação da Procuradoria Federal, é proposto o seguinte procedimento para a delimitação das poligonais de entorno:

a) **Abertura de processo administrativo** no âmbito da Superintendência Estadual, sugerindo como assunto: "estudos para delimitação de poligonal de entorno do bem ... (nome do bem)"

b) **Elaboração de Parecer Técnico** contendo:

- Informações sobre o tombamento do bem (motivação, livros inscritos, data de inscrição)
- Análise da área onde o bem está inserido (área urbana, rural, adensada, descaracterizada, bem preservada...);

---

[6] "Caberá ao órgão competente estabelecer para cada tombamento os critérios pelos quais protegerá a visão do bem tombado, critérios esses que variarão conforme a categoria, tamanho, espécie de bem." RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais – O Tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. p. 123.

[7] "Tão importante quanto a coerência de critérios técnicos para casos análogos é a explicitação dos motivos que levaram a adotar esse ou aquele critério." RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais – O Tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. p. 124.

- Análise dos aspectos que configuram a ambiência do bem tombado;
- Identificação da área até onde o IPHAN deverá se manifestar para preservação dessa ambiência;
- Análise das restrições que deverão ser impostas a essas áreas, relacionando-as à ambiência do bem tombado;
- Descrição da poligonal de entorno proposta.

c) **Elaboração de minuta de Portaria**, conforme modelo anexo.[8]

Contendo esses documentos, o processo deverá ser encaminhado ao Depam, que providenciará sua publicação após análise final por parte da Procuradoria Jurídica.

Após a publicação a Portaria será anexada ao Processo Administrativo. Deverá ainda ser encaminhada por ofício à Prefeitura Municipal, cuja cópia também deve ser anexada ao Processo.

Após esses procedimentos, o Processo Administrativo deverá ser encaminhado ao Arquivo Central, no Rio de Janeiro, para ser anexado ao Processo de Tombamento do bem.

Voltando a frisar sobre a necessidade do estabelecimento de regras e parâmetros claros para a ação institucional do IPHAN, colocamo-nos desde já à disposição do corpo técnico das Superintendências Estaduais para o esclarecimento sobre eventuais dúvidas, bem como para contribuir com o apoio técnico necessário para a delimitação das áreas de entorno de bens tombados.

Atenciosamente,

Anna Eliza Finger
Coordenação de Identificação e Proteção
Coordenação Geral de Cidades
DEPAM

Sandra Rafaela Magalhães Correia
Coordenação de Gestão e Fomento
Coordenação Geral de Bens Imóveis
DEPAM

Yole Medeiros
Coordenadora Geral de Cidades
DEPAM

Érica Diogo
Coordenadora Geral de Bens Imóveis
DEPAM

[8] Portaria nº 253, publicada em 01 de agosto de 2011, que dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada na Rua do Rosário, em Itabirito – MG.